



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Rosilane Ribeiro Maralhas

O PROJETO NUCLEAR E A POLÍTICA DE POTÊNCIA NO
GOVERNO DE ERNESTO GEISEL

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSILANE RIBEIRO MARALHAS

O PROJETO NUCLEAR E A POLÍTICA DE POTÊNCIA NO GOVERNO DE
ERNESTO GEISEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Eli Alves Penha

Rio de Janeiro
2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/PROTEC

M299

Maralhas, Rosilane Ribeiro

O projeto nuclear e a política de potência no Governo de
Ernesto Geisel / Rosilane Ribeiro Maralhas.- 2007.

159 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eli Alves Penha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Geociência, Departamento de Geografia.

Referências: f. 151 a 155

1. Geopolítica – Brasil – Teses. 2. Política nuclear – Brasil –
Teses. 3. Governos militares, 1964-1985 – Teses. 5. Dissertações.
I. Penha, Eli Alves II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU 91:327

ROSILANE RIBEIRO MARALHAS

O PROJETO NUCLEAR E A POLÍTICA DE POTÊNCIA NO GOVERNO DE ERNESTO GEISEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eli Alves Penha (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves
Universidade do Estado Rio de Janeiro

Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho
Instituto COPPEAD / UFRJ

Rio de Janeiro
2007

Este trabalho é dedicado a todos os brasileiros que, assim como eu, acreditam na viabilidade sócio-econômica deste país e anseiam por vê-lo desenvolver um projeto de nação onde todo o seu povo possa estar verdadeiramente incluído.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que está acima de todas as coisas e que, em sua grandeza, a ninguém desampara. Nos momentos de maior dificuldade para a realização deste trabalho, Seu amor e Seu conforto foram meu refúgio e a fonte onde busquei forças para seguir adiante.

À Ana Paula Valadão agradeço e peço a licença necessária para usar trechos da bela canção de sua autoria, os quais resumem meus sentimentos de gratidão a Deus pela Sua fiel presença em minha vida.

Não tenho palavras
pra agradecer tua bondade
dia após dia
me cercas com fidelidade,
Nunca me deixes esquecer
que tudo o que tenho,
Tudo o que sou,
e o que vier a ser,
vem de ti, Senhor

Dependo de ti,
preciso de ti,
Sozinha
nada posso fazer
Descanso em ti,
espero em ti (...)
Tudo o que tenho,
tudo o que sou
E o que vier a ser
entrego a ti, Senhor

Ao meu marido Pedro e meu filho Carlos, pela resignação diante dos sacrifícios impostos à vida familiar tantas vezes acontecidos no decorrer desta pesquisa, e pelo apoio, confiança e a compreensão que sempre dedicaram a minha trajetória. Vocês são o meu maior estímulo.

Aos amigos queridos, os quais tive a sorte recente de cruzar os destinos:

Marcelo Pitanga Miguel, pela solidariedade e presença firmes nas horas de angústia e a alegria compartilhada na finalização dessa pesquisa;

Armando Machado L. Sales: não só pelo estímulo, mas também pelas propostas e sugestões que contribuíram muito para a discussão das perspectivas desse trabalho;

Simon Rosental: pela presença gentil, carismática e atenciosa toda vez que precisei recorrer a seus conhecimentos e experiências profundas sobre a questão energética brasileira. Sua generosa contribuição foi imprescindível para o enriquecimento das discussões nesse campo.

Ao professor Eli Alves Penha, meu orientador, pela confiança e apoio dedicados ao meu projeto.

Aos professores Gilmar Mascarenhas de Jesus, Williams da Silva Gonçalves e Severino Bezerra Cabral Filho, pela honra e o privilégio de tê-los enquanto componentes da banca examinadora.

*“A Geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira.
Caberá ao homem responder a esse desafio; ou responde e
o supera ou não responde e é derrotado.”*

Toynbee apud MATTOS, 1960, p. 65

RESUMO

Ao assumirem o Estado, os militares tomaram para si a responsabilidade de conduzir o Brasil ao seu “inevitável destino” de grande potência, tendo como princípio que sua extensa base física e sua posição privilegiada na América do Sul, ofereciam totais condições e legitimavam o projeto. Partindo dos pressupostos acima, esta pesquisa se propõe a investigar como foi construída a política de potência no governo Geisel, tendo em vista que foi em sua gestão que se implantou efetivamente as estratégias de projeção da influência política brasileira em relação ao sistema internacional _ sob o auspício do “Pragmatismo Responsável”_ buscando a independência nas decisões políticas, esperando convertê-las em progressos econômicos, mas sobretudo, em avanços no cenário mundial. Nesse contexto, o acordo nuclear assinado com a Alemanha Federal representava a culminância de seu projeto de potência, posto que embalava amplas expectativas da parte do governo: resposta eficiente à crise nacional de energia provocada pelo choque do petróleo, acesso à tecnologia de ponta, domínio completo do ciclo do átomo, modernização e dinamização da indústria nacional e, acima de tudo, a posse de um instrumento legítimo de poder que lhe autorizava exigir maior parcela de decisão frente aos grandes temas de interesse mundial.

Palavras-chaves: Governos militares, Projeto Brasil-potência, Geopolítica, Política externa, Autonomia tecnológica, Projeção internacional.

ABSTRACT

When militaries took the power of the state they also assumed for themselves the responsibility of leading Brazil to its “unavoidable fate” of large potency, having as a beginning that its extensive physical bases and its privileged position in South America offered total conditions and legitimated the project. Based on the presupposition above, this research proposes to investigate how the political of potency was constituted in Geisel government, swing that was in his management which was definitely introduced the projection strategies of the political influence of Brazil in relation to the international system _ under the promise of the “Responsible Pragmatism” searching for the independence in political decisions, expecting converting them in economical progress but, above all, in advances in the world-wide scenery. In this context, the nuclear agreement which was signed with Federal Germany represented the culmination of its own project of potency, swing that it brought vast expectations from the government: efficient response about the national crises of energy caused by oil shock, access to the modern technology, total control of the period of the atom, modernization and giving dynamism to the national industry and, above all, the possessions of a rightful instrument of power, which allowed to demand more decisions in big themes of world-wide interests.

Key-words: Militaries governments; Brazil-potency project; Geopolitics; External politic; Technological autonomy; International projection.

LISTA DE SIGLAS

AERP	Assessoria especial de Relações Públicas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CDTN	Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear
CEME	Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTA	Centro Técnico da Aeronáutica
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariff and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio)
IEA	Instituto de Energia Atômica
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
IPEN	Instituto de Pesquisas energéticas Nucleares
IPR	Instituto de Pesquisa Radioativa
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
KWU	Kraftwerk Union
OEA	Organização dos Estados Americanos

OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PEI	Política Externa Independente
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
SGP	Sistema Geral de Preferências
SNI	Sistema Nacional de Informações
TNP	Tratado de Não Proliferação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento)
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: POTÊNCIA MUNDIAL E AS FORMULAÇÕES DA POLÍTICA DE POTÊNCIA DO BRASIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	30
1.1 GEOGRAFIA E PODER MUNDIAL	31
1.2 A GEOGRAFIA COMO LEGITIMADORA DO DISCURSO DE PROJEÇÃO MUNDIAL DO PAÍS	33
CAPÍTULO 2: AS DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL NO CONTEXTO DOS GOVERNOS MILITARES	37
2.1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO E ESTRATÉGICO BRASILEIRO	37
2.2 AS TRÊS FRENTES ESTRATÉGICAS DA PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: PRATA, ATLÂNTICO SUL E ÁFRICA	48
2.2.1. A Estratégica Brasileira na Bacia do Prata	49
2.2.2 A Projeção Geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e África....	54
CAPÍTULO 3: GEOPOLÍTICA E POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MILITARES	58
3.1 OS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES (1964-1974): Alinhamento X Autodeterminação no Sistema Ocidental de Alianças ...	58
3.1.1 Governo Castello Branco	58
3.1.2 Governo Costa e Silva	63
3.1.3 Governo Médici	65

CAPÍTULO 4: GOVERNO GEISEL: AUTONOMIA X LIMITES DA POLÍTICA DE POTÊNCIA	73
4.1. QUADRO GERAL DOS DESAFIOS, DIFICULDADES E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	74
4.1.1 Brasil x Estados Unidos: uma relação conflituosa nos planos comercial e diplomático	81
4.1.2 O Universalismo como Estratégia: África, Oriente Médio, Europa Ocidental e América do Sul	89
4.2 A CRISE DO PETRÓLEO E A NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA DO BRASIL	94
4.2.1 A Evolução Histórica do Desenvolvimento Nuclear Brasileiro ..	100
4.2.2 O Programa Nuclear e a Estratégia da Autonomia Tecnológica Brasileira: uma relação estreita com o Projeto de Potência?	120
4.2.3 O Programa Nuclear em Debate: argumentos e contra- argumentos	131
4.2.4 Panorama Atual da Situação Nuclear Brasileira	139
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
 REFERÊNCIAS	151
 ANEXOS	156
 ANEXO 1: A POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DE BUENOS AIRES	157
 ANEXO 2 : PARAGUAI E BOLÍVIA: “PRISIONEIRO GEOPOLÍTICOS DA ARGENTINA”	158
 ANEXO 3 : O BRASIL A CAMINHO DO PACÍFICO	159

INTRODUÇÃO

“Gigante pela própria natureza (...)” Grafadas em versos até mesmo na letra de seu hino nacional, as aspirações de grandeza e poder da nação brasileira germinaram desde o processo de independência e vem aprimorando-se, historicamente, através dos caminhos trilhados por sua política externa, desenvolvendo de forma ora mais tímida, ora mais arrojada, o tema da construção da potência.

O caráter recorrente da política exterior brasileira em busca de maior projeção, influência e afirmação internacionais nos revela que a busca deste objetivo não é fruto de um projeto, mas de um longo processo que se desenha desde o primeiro Governo Vargas (1930 - 1945), quando a atuação da chancelaria foi instruída precursoramente a somar esforços para a resolução do problema nacional do desenvolvimento, orientando-se no sentido de buscar maior autonomia nas relações políticas e comerciais do país, tomando tanto estas relações quanto a conjuntura internacional, como importantes e proveitosos componentes para a solução dos problemas internos de desenvolvimento (CERVO, 1992). A ênfase nos interesses nacionais passa a dar o tom na política exterior inaugurada por Vargas. A partir de então, tal conduta tem se afirmado e reafirmado, com breves desvios no percurso, através da linha de ação definida e posta em prática pelo Itamaraty.

Em tempos recentes, a política externa do primeiro Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2006) guiou-se no sentido de resgatar tais procedimentos e, por essa razão, foi alvo de intensos debates nos meios de comunicação, haja vista sua audácia, classificada pelos setores mais conservadores como inoportuna, arriscada e até mesmo irresponsável (JORNAL

DO BRASIL, 05/05/05, p. A14), mas festejada pelos segmentos mais nacionalistas por seu tom imperativo e pragmático. Com Lula, como anteriormente ocorrera nos Governos João Goulart e Geisel, a busca por maior independência e participação nos grandes temas da política internacional está corroborada pelas condicionantes geográficas do país (FONSECA, s.d., p.13). Nesse sentido, o peso de sua estatura (territorial, econômica, demográfica, além do mercado potencial interno) mais do que conferir-lhe legitimidade, “naturaliza” o direito brasileiro de ocupar um lugar entre os grandes, ou seja, entre aqueles poucos países que realmente decidem o destino do mundo.

Tais governantes, avaliando como autênticas estas premissas, e tendo em perspectiva a realização do projeto de potência, decidiram-se pela via do crescimento econômico o mais autônomo possível e tomaram como própria a responsabilidade pelo desenvolvimento do país. Coerentes com a nova orientação, passaram a executar uma política externa de riscos, pois independente no que se refere ao posicionamento político (até onde tal prerrogativa, em seus respectivos contextos históricos, seja possível), afastando-se freqüentemente do alinhamento automático às decisões de seu tradicional aliado, os Estados Unidos. Comercialmente arrojados, trabalharam objetivamente no sentido de aumentar a margem de manobra operacional do país e reduzir sua dependência dos mercados tradicionais por meio de ações tentaculares empreendidas na conquista de novos parceiros. Pragmáticos, procuraram tirar proveito do quadro internacional que vivenciavam para atrair investimentos e/ou aumentar sua capacidade de barganhar vantagens que abrissem novas possibilidades de promoção do desenvolvimento nacional.

O cenário retratado em tela, como se pode observar, é o da construção da potência brasileira. Tema sempre recorrente, pois jamais apagado do imaginário coletivo, e fortemente alicerçado no âmbito das Forças Armadas e de segmentos nacionalistas da sociedade civil, alterna, ao longo da história, momentos em que emerge revigorado, ainda que sob formas

diversas de concepção e gestão, com outros em que, abatido pela conjuntura internacional desfavorável, sofre recuo em sua urgência de se fazer cumprir, face às novas exigências apresentadas.

Contudo, do ponto de vista da reflexão presente, o regime militar é certamente aquele período em que se desenvolveram as ações relativas à política de potência. A própria noção de Brasil-potência tornou-se fortemente associada ao regime de 64, embora essa prática por parte dos Estados, ou seja, a busca por mais prestígio e influência no concerto das nações, constitua-se em um imperativo incontornável em qualquer regime político (WIGTH, 1985, p. 79). A identificação potência & regime militar deve-se, em parte, à apropriação publicista que os sucessivos governos do período ditatorial, sobretudo a gestão Médici, fizeram da política de expansão da influência brasileira no mundo, respaldada internamente por taxas de crescimento econômico assombrosas.

Na visão da elite dirigente militar, tomar o Estado era cumprir com seu dever institucional de proteger o país do perigo da penetração de ideologias exóticas que colocassem em risco a estabilidade política e social do país. Tal perigo era representado pela aproximação ou simpatia pelas idéias comunistas, indisfarçavelmente presentes, segundo estes, nos discursos e nas ações empreendidos pelo Governo João Goulart. O alto comando militar justificava assim a tomada do poder, em 64, como um movimento legítimo e natural das três Forças no exercício de sua função primeira, qual seja, de proteção e defesa da ordem e das instituições nacionais.

A segunda missão tomada como própria e intransferível pelos militares se inscrevia no desafio de conduzir o Brasil à realização de seu “inevitável destino”. Sob essa perspectiva, o período dos governos militares foi aquele em que o projeto de promoção do país no âmbito doméstico, e, sobretudo, no espaço internacional, adquiriu contornos oficiais sustentado em um projeto para a modernidade baseado no ideário de Brasil-Potência (BECKER, 1992).

Nesse panorama, alguns fundamentos da geografia ganharam grande importância ao servir de alicerce e instrumento fundamental para autenticar as aspirações de grandeza e poder nacional. Respalçadas pelas formulações elaboradas pela Escola Superior de Guerra (ESG), berço intelectual do pensamento político-militar, tais teorias sustentavam que o país reunia, de forma privilegiada, as qualidades materiais elementares a uma nação aspirante à categoria de potência (MATTOS, 1960). Por esse viés, a conjugação das muitas variáveis geográficas favoráveis _ a extensa base física, a privilegiada posição no concerto hemisférico, tanto no que se refere a sua posição geoestratégica, quanto ao tamanho de sua população e economia, entre outros atributos _ condicionava, e, mais do que tudo, legitimava o projeto de fortalecer e ampliar, para além de suas fronteiras, o exercício do poder nacional.

Contudo, essa trajetória não seguiu, como se podia esperar, a linha reta e previsível de uma evolução, na qual as inflexões resultam do acúmulo de ações que apresentem complementaridade e harmonia essenciais entre si. Ao contrário, a descontinuidade é a marca distintiva do período 1964-1985, e esta pode ser reconhecida em todos os campos de atividade dos Governos da seqüência: da condução das políticas interna e externa, passando pela direção da economia, ou mesmo considerando o tratamento dado às questões concernentes à problemática social ou da possibilidade de retorno ao Estado de Direito (MARTINS, 1975), (SKIDMORE, 1982). Segundo Martins, a unidade que se pode perceber consiste na idéia-força de construção da potência. A consecução do projeto e as estratégias de implementação política do mesmo sofreram uma pluralidade tamanha de propostas ao longo das gestões militares que relegaram a um plano secundário sua efetiva implantação e acabaram por comprometer seus resultados.

Entretanto, a proposta investigativa desse estudo não tem a pretensão de analisar profundamente todo o universo do período militar. No presente trabalho, voltado à pesquisa das estratégias para a consolidação e projeção da potência brasileira, a ênfase será colocada

em um período específico dos Governos militares, aquele inaugurado com a era Geisel, por entender que foi em sua gestão que se formalizou uma política mais efetiva e agressiva em direção à afirmação da presença brasileira no sistema internacional e de aumento da sua influência no hemisfério sul. Nessa perspectiva, a superficialidade com que as gestões militares anteriores serão abordadas deve ser interpretada apenas como uma tentativa de compreender, através do quadro conjuntural herdado por Geisel, o panorama político e econômico em que o Brasil se inscrevia quando o general assumiu o poder, num modesto, porém necessário esforço por entender os rumos de sua política em busca da realização dos objetivos aos quais se propôs.

A construção da política de potência em Geisel resgatou, em muitos pontos, os princípios da Política Externa Independente (PEI), da dupla Jânio Quadros/João Goulart, aprimorando-lhes as formulações conceituais e doutrinárias ao adaptá-las à nova realidade histórica em que ora se desenvolvia. As condicionantes infra-estruturais mais favorecedoras do país na década de 70 – maior grau de industrialização, diversificação mais acentuada das ligações internacionais, bem como o “salto de poder” proporcionado pelo crescimento acentuado experimentado pela economia no governo Médici – apresentavam um Brasil mais maduro e mais consciente de seu peso e relevância no concerto internacional do que aquele inscrito na década anterior.

A diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel irá fazer, então, uma revisão completa do discurso diplomático da PEI, dando prosseguimento ao seu caráter crítico, mas abandonando seu conteúdo utópico – posto que, no entender do Governo, a dimensão grandiosa daqueles objetivos e a fragilidade dos meios efetivos de realizá-los, conferiu-lhes uma faceta ingênua e contraproducente que não se materializou nos resultados perseguidos pelo país. A nova postura do Itamaraty, revisada e decidida, procurará se conduzir por uma linha de ação mais objetiva na defesa exclusiva do interesse nacional. Se for válida a premissa

de que “as condições de riqueza ampliam o instrumental diplomático”, conforme sustenta Fonseca (*op.cit.*, p.17), o Governo Geisel teria então diante de si uma oportunidade extraordinária de praticar “independência” em política externa, ‘relativizando’ o termo, considerando que tais manobras sofriam as limitações impostas pela dependência brasileira de capitais e tecnologia.

A chamada diplomacia do “Pragmatismo Responsável” irá buscar, contudo, novos caminhos para driblar as dificuldades e dar continuidade ao projeto Brasil-Potência _ alvo em que miraram e para onde convergiram todas as distintas e, por vezes, contraditórias ações e decisões políticas empreendidas pelas sucessivas gestões gerais.

Sob tal perspectiva e diante de um quadro internacional de crise econômica provocada pelo choque do petróleo, o Governo Geisel redefiniu as funções supletivas da política externa ao nacionalismo de fins: a diplomacia, convertendo-se em instrumento mais ágil, buscou a cooperação, a expansão do comércio exterior, o suprimento de matérias primas, e insumos básicos e bens de capital (CERVO, *op. cit.*, p. 347). O universalismo tornou-se um elemento caro à nova orientação tomada pela chancelaria, pois se consubstanciava na multiplicação dos contatos internacionais para buscar maior autonomia diplomática, comercial e econômica, visando se afastar do campo hegemônico dos Estados Unidos. Para o novo Governo, o ideologismo que norteava as ações e influenciara as decisões tomadas pelos dirigentes militares anteriores, não trouxera, em contrapartida, o esperado “reconhecimento” de seu aliado preferencial, reconhecimento aqui traduzido em relações econômicas “especiais” que respondessem aos desígnios de desenvolvimento do país. Tão ativa postura, entretanto, estava limitada pela possibilidade de retaliações comerciais e financeiras da grande potência norte-americana, que via com preocupação e desagrado, o ímpeto ‘independentista’ brasileiro.

Nesse contexto de implantação das bases em que se firmariam os pilares da grandeza nacional e diante do realismo, marca inconfundível do Governo Geisel, uma questão que os analistas das relações internacionais já identificavam como presente desde a gestão Jânio Quadros/João Goulart retornara ainda mais fortemente no novo Governo: como ser uma potência e obter reconhecimento e respeito internacionais a sua nova envergadura, condição fundamental para credenciar o país a participar e influir decisivamente nos grandes temas mundiais, se faltava ao mesmo os meios reais de exercer o poder? A geometria do poder mundial nas décadas de 60 e 70 detinha-se em torno do Conselho de Segurança da ONU, cuja simetria era dada pela posse da bomba atômica e não propriamente pelo poder econômico. Como ser potência efetiva sem a posse de tal artefato? O que fazer para abrir ao país as portas daquela Instituição e conquistar uma vaga permanente no seletíssimo Conselho de Segurança, uma obsessão histórica, em torno do qual se reuniam os quatros vencedores da 2ª Guerra Mundial (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França), mais a China, detentores exclusivos de poder de veto sobre as resoluções de interesse mundial?

Diante de tal quadro, e tomado por esses questionamentos, ganhou nova dimensão no Governo Geisel a decisão de dar continuidade ao programa de desenvolvimento da capacitação atômica nacional por via da transferência de tecnologia alienígena, oficialmente com o fim único de gerar eletricidade. Esse tipo de programa fora inaugurado em 1969, por Costa e Silva, com a compra do primeiro reator de potência encomendado à empresa Westinghouse norte-americana (ROSA, 1991, p.14). Erigido com Geisel sob novas bases, trazia como principal inovação em relação ao acordo nuclear anterior, a exigência, selada em contrato, de um acordo de cooperação para a transferência de tecnologia que abrangesse desde o ciclo completo do combustível até a produção dos reatores, com vistas a alcançar, em um período relativamente curto, a autonomia nacional no setor.

Coerente com a tradição brasileira de se guiar de acordo com as oportunidades que se abrem diante de uma conjuntura internacional favorável, Geisel teria na crise mundial do petróleo e no grave quadro de conseqüências que se desenhava para o país _ forte dependência do insumo e urgência em garantir o ritmo de crescimento econômico doméstico - argumentos providenciais para justificar sua decisão, tomando como necessidade imperativa a dotação do país dos meios mais modernos de produção de energia, garantindo, através da diversificação de sua matriz, a satisfação do suprimento energético necessário à voracidade do crescimento econômico interno registrado desde o começo da década (BRASIL, 1977, p.7). Na concepção de Meneses (1981, p. 23), tais argumentos eram inconsistentes, haja vista que o país tinha diante de si alternativas energéticas, mais viáveis sob todos os aspectos, sobretudo o econômico. Rosa (1981, p.35), vai além e sustenta que a capacidade hidroelétrica fora propositalmente sub-dimensionada e o custo de produção núcleo-energético sub-avaliado pelos técnicos do governo, de forma a revestir de coerência a decisão de investimento no campo nuclear. Segundo estes autores foram, sobretudo, de natureza político-estratégica as razões do interesse no desenvolvimento do programa. É esse viés de análise que este trabalho pretende investigar, pois conforme afirmou o físico Oppenheimer, não há veracidade no discurso de quem defende que se possa desenvolver uma energia atômica somente para a paz e outra para a guerra.

A tese central do trabalho se baseia na hipótese de que o projeto nuclear brasileiro teve sua gênese na busca da afirmação da potência nacional e na projeção da influência do país no concerto das nações. Esses objetivos ganharam contornos mais fortes na gestão Geisel, que atendendo aos requisitos da racionalidade, qualidade característica de sua administração, elege a eficiência da ação como instrumento para ampliar a autonomia do país e obter ganhos concretos. Nesse expediente, tornou-se legítimo e indispensável, em face da crise mundial de energia, dar continuidade ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro tendo o cuidado

de assegurar, através da formalização de um acordo de transferência progressiva de tecnologia com a Alemanha, o acesso completo à produção de energia atômica. Esperava o Governo, com a assinatura do acordo, garantir ao país o completo domínio do setor num futuro muito próximo, convertendo-o, em médio prazo, em resultados práticos, tanto em âmbito interno quanto, e principalmente, no cenário externo.

No primeiro caso, presumia o Governo, em face dos efeitos multiplicadores positivos vislumbrados para a economia, em decorrência da exigência de transmissão de conhecimentos abarcar também a qualificação técnica da mão de obra e a capacitação tecnológica das empresas nacionais na produção dos equipamentos e componentes nucleares (BRASIL, 1977), além, evidentemente, de garantir a autonomia energética. A revisão do modelo energético estaria, dessa forma, a serviço do desenvolvimento industrial baseado na constituição de um setor de bens de capital nativo. Ambos eram necessários para sustentar o ritmo acelerado de crescimento econômico e o ingresso do país no mundo desenvolvido. Este, nos planos de gestão Geisel, se daria com a conclusão do ciclo de industrialização e se faria mediante o deslocamento do centro dinâmico da economia do setor de bens de consumo duráveis para o setor de bens de capital. Este movimento de destinaria a “(...) manter o impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento” (II PND, 1974, p.15) e concluiria a missão do Estado desenvolvimentista brasileiro erigido a partir de 1930, por Getúlio Vargas.

No segundo caso, e este é o mais relevante para essa pesquisa, o sucesso do empreendimento energético poderia pavimentar a estrada mais curta para a real inserção internacional do Brasil no clube dos grandes, posto que, dominar os processos físicos para a produção de energia nuclear para fins não bélicos seria também capacitar-se, potencialmente, a produzir armas atômicas (CHAYES & LEWIS, 1978, p.13). Mesmo que esta possibilidade última estivesse dificultada pela assinatura anterior de acordos internacionais ligados, direta

ou indiretamente, à questão da proliferação de armas nucleares e fosse, veementemente, negada e combatida nos discursos do Itamaraty, deter tal tecnologia significava dispor da alternativa de desenvolvê-la ou não, e essa importante prerrogativa, inegavelmente, atribuiria a um país pujante e com as dimensões do Brasil, uma condição de respeito extraordinário, capaz de converter-se em ganhos reais na cena internacional. E a oportunidade de realizar esses objetivos no menor espaço de tempo possível o país iria buscar através da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, decisão que acarretaria fortes críticas da comunidade científica nacional, cujas pesquisas em busca do desenvolvimento de uma tecnologia nacional autônoma foram desestimuladas e mesmo atropeladas pela pressa de Geisel em implantar o projeto nuclear (MENESES, *op. cit.*, p.24), e, tomado pela urgência, optar por um programa do tipo comprovado, ou seja, já adotado externamente (OLIVEIRA, 1981, p.68).

Face o exposto, os objetivos deste trabalho são os seguintes:

1. Analisar as ações e decisões políticas e estratégicas que sustentaram, na era Geisel, a construção e o alcance da potência brasileira.
2. Investigar as relações existentes entre o projeto Brasil-Potência e o acordo nuclear, considerando a hipótese de que tal programa foi pensado como ferramenta capaz de concretizar os planos de projeção mundial do país e conduzi-lo, efetivamente, ao seu “inevitável destino” de grande potência.

O interesse por continuar a investigar especificamente esse período recente da história do país, iniciado com a monografia de graduação, remonta às lembranças de infância, quando o “orgulho nacional” foi trabalhado com maestria pelos governos militares, sobretudo Médici, e incutido com sucesso no coração de cada pequeno brasileiro em formação.

Da propaganda ideológica que sublinhava todas as ações do período, aos apelos publicitários oficiais, intensamente veiculados na mídia, tudo concorria para edificar no

ideário popular, um retrato de país com extraordinário potencial, cujo destino estava testificado por suas condições de riqueza, pela natureza privilegiada e, acima de tudo, por sua respeitável dimensão geográfica. A popularização dos princípios geopolíticos se efetivou pela via do consumo propagandista dirigido às massas e serviu ao interesse maior de completar o circuito de renovação das idéias defendidas e praticadas pela Escola Superior de Guerra (CORRÊA, 1976, p.62), circuito este que deveria iniciar-se com as elites dirigentes do país, militares e civis, e culminar com a estratégia de convencimento popular. Na opinião de Wight (*op. cit.*), é parte do jogo estratégico da classe dominante criar, ao longo do tempo, lealdades nacionalistas que garantam legitimidade a seu projeto político. Essa afirmativa pode ser evidenciada na expressão de um dos mais importantes teóricos militares do Estado Nacional, Carlos de Meira Mattos (*op. cit.* p.31), segundo o qual “(...) era preciso instilar idéias novas, idéias de fé e de crença no destino de nosso país, país favorecido pela geografia e lançado para a grandeza”. A idéia de um Brasil grande era questão unânime no seio do alto comando militar, mas para ganhar legitimidade era preciso atingir um contingente cada vez maior de brasileiros, sobretudo entre a elite civil.

A crença no poder latente dos trópicos firmou presença junto aos dirigentes das Forças Armadas que incorporaram a responsabilidade do desenvolvimento brasileiro e, entre estes, Geisel se destaca, por arvorar-se a pensar o país de forma altiva, carregando no voluntarismo ao pretendê-lo maduro o suficiente para desafiar o determinismo geográfico teorizado pelos europeus, o qual nos condenava à pobreza e ao subdesenvolvimento perpétuos _ seja em razão da posição astronômica que nos impunha condições climáticas inóspitas e favorecia a apatia e a indolência _ seja em função da nossa “incapacidade intrínseca”, que se manifestava tanto através da inoperância administrativa, quanto no uso inadequado dos recursos internos e do aparato técnico à disposição _ entre outras proposições ainda mais simplificadoras e reducionistas (LATOUCHE, 1994), (GUIMARÃES, 2005).

A determinação de contrariar as considerações preconceituosas e emergir como a primeira grande potência tropical orientou as idéias e as ações de tal governante. A oportunidade de desvendar os princípios geopolíticos em que elas se balizaram e as estratégias implementadas em busca desse objetivo fomentaram nosso interesse pela pesquisa.

Outro aspecto de grande relevância a fomentar o interesse pelo tema nos foi apresentado pela cobertura oferecida pelos meios de comunicação acerca do modo de condução da política externa nos anos iniciais do primeiro Governo Lula (2003/2005) e a clara identificação de pontos de sensível semelhança com os movimentos da chancelaria no Governo Geisel, sobretudo sua decisão de sustentar uma postura arrojada e de cunho autônomo na busca de resultados que atendessem aos interesses nacionais. As semelhanças se estenderam desde a decisão de polinizar os parceiros comerciais brasileiros, como também às posições defendidas pelo país nos fóruns internacionais. Nestes _ além de atuar como porta-voz das nações em desenvolvimento ao chamar a atenção dos países ricos para o aumento da distância econômica entre ambos _ procurou dar visibilidade ao Brasil, lutando para que o mundo (re) conhecesse suas potencialidades e o mérito de sua condição singular entre os países em desenvolvimento. De maneira obstinada, buscou incansavelmente um lugar de destaque nos organismos multilaterais, sobretudo no Conselho de Segurança da ONU, defendendo uma distribuição mais justa do poder mundial de modo a atribuir à Instituição uma face mais representativa da geopolítica atual e, através da presença brasileira, assegurar a representação dos interesses dos países emergentes (O GLOBO, 17/05/05, p.25). No contexto regional, reafirmou a liderança brasileira, ferindo suscetibilidades argentinas, ao despertar antigos fantasmas de hegemonia no rival histórico (O GLOBO, 03/05/05, p.4). No âmbito interno, ressuscitou a discussão do desenvolvimento do setor de energia nuclear expondo divergências no seio do próprio governo sobre a conveniência de se retomar, ou não, os investimentos em energia atômica (O GLOBO, 14/04/05, p.25), ao mesmo tempo em que

anunciou ao mundo o sucesso das pesquisas do programa nuclear paralelo, desenvolvido pela Marinha, na descoberta de uma tecnologia totalmente nacional de enriquecimento de urânio (JORNAL DO COMMÉRCIO, 29/05/2005, p. A-5).

De maneira recorrente na história, a política exterior arrojada se contrastou com a política interna conservadora, tal qual se dera nos Governos Jânio/Jango e novamente em Geisel. Nas palavras de Celso Lafer (O GLOBO, 08/05/05, p. 8), que se ajustam perfeitamente às gestões acima citadas, “a diplomacia foi feita instrumento de satisfação ideológica interna para compensar a ortodoxia da política econômica doméstica”. Esses pontos de convergência entre três distintos e marcantes momentos da história política brasileira contribuíram para chamar nossa atenção para o tema e aguçaram profundamente nosso interesse pela pesquisa.

Contudo, se é verdade que nosso objeto nos suscita grande interesse, inegavelmente também nos apresenta grandes dificuldades, por ser a questão nuclear muito rica e por si mesma incitadora de discussões apaixonadas que representam posicionamentos em defesa de interesses de várias ordens: ideológicos, geopolíticos, ambientais, econômicos, estratégicos _ todos legítimos em seus argumentos, mas quase sempre conflitantes em seus objetivos. Na visão desta pesquisadora, conhecer os fundamentos de cada corrente é essencial para dar consistência às discussões que se pretende desenvolver neste trabalho e o curto espaço de tempo de que dispomos para realizá-la torna a tarefa hercúlea.

Por outro lado, delinear o caráter estratégico do programa atômico nacional em busca de interesses geopolíticos exigirá um maior contato interdisciplinar com as demais ciências sociais, sobretudo a Ciência Política, cujos conceitos e idéias não conhecemos em profundidade, mas avaliamos como contribuições imprescindíveis para as pretensões desse trabalho. Compreender o “olhar” específico de campos de conhecimento tão distintos da

Geografia demandará de nossa parte maior cuidado e atenção e significará um desafio a mais para uma temática que já é por si mesma ambiciosa.

Quanto ao método empregado para a investigação, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com a seleção das mais pertinentes referências, buscando confrontar e correlacionar informações que consubstanciassem o conteúdo do trabalho, de forma crítica e reflexiva. A distribuição dos temas que compõem esse trabalho, assim como os principais autores que formam seu escopo teórico, estão assim relacionados:

Capítulo 1: O principal esforço consistiu em deslindar os princípios geopolíticos que deram sustento à tese de que ao Brasil cabia, por natureza e destino, uma fatia maior de poder na esfera internacional, em face dos atributos físicos com que a geografia, tão generosamente, lhe presenteara. Para apresentar suas bases, acompanhamos rapidamente à evolução do conceito de potência mundial ao longo do século XX como forma de compreender a matriz teórica que alimentou e projetou o pensamento estratégico nacional nessa direção. As principais referências bibliográficas a sustentar essa discussão foram as obras do general Carlos de Meira Mattos “Projeção Mundial do Brasil” e do cientista político Martin Wight “A política do poder”.

Capítulo II: A proposta nesse capítulo é analisar o desenvolvimento teórico e a ação prática do pensamento político e estratégico brasileiro recente, bem como a influência exercida pela Escola Superior de Guerra sobre as diretrizes geopolíticas nacionais no decurso dos primeiros governos militares. A geoestratégia, aplicada na definição de uma efetiva projeção continental no âmbito da América do Sul, Atlântico Sul e África foi aqui enfocada. Para essa discussão, um número maior de estudiosos tiveram grande relevância consultiva: além de Carlos de Meira Mattos, Hans J. Morgenthau, Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Maria Helena Moreira Alves foram autores fundamentais.

Capítulo III: Neste capítulo o interesse volta-se para uma visão panorâmica dos esforços empreendidos por Castello Branco, Costa e Silva e Médici em busca de seus objetivos geopolíticos de construção e projeção da potência brasileira, segundo matizes ideológicos de diferentes intensidades e, em razão destes, constantes correções de rumos. O trabalho de recomposição dessas formulações básicas tem como proposta discutir o caráter descontínuo das políticas elaboradas por tais governos para alcançar essa meta, resultando em constantes mudanças de conduta, sobretudo no que tange aos rumos seguidos pela política exterior. Os principais autores a balizar esta discussão foram Carlos Estevan Martins e Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno.

Capítulo IV: Este capítulo é a culminância da pesquisa, onde se expõe o detalhamento das questões de estudo. Nessa discussão utiliza-se como método, inicialmente, uma análise da conjuntura política nacional e internacional no momento em que Geisel recebe das mãos de Médici a responsabilidade de dar continuidade e marca própria ao projeto de construção da potência brasileira. De igual modo, traremos ao presente uma retrospectiva dos muitos embates que o Brasil travou com os Estados Unidos, as soluções encontradas para garantir espaço de crescimento no mercado externo, afirmar sua autonomia e obter o reconhecimento a sua nova envergadura no concerto das nações. Fechando o capítulo, faremos uma análise do processo histórico de construção das políticas para o setor nuclear, de sua gênese até o acordo nuclear fechado com a Alemanha Ocidental. Nesse contexto, traremos ao debate a contraposição nacional aos argumentos defendidos pelo Governo Geisel para dar prosseguimento ao programa nuclear e justificar as razões do acordo teuto-brasileiro com aqueles rebatidos por especialistas de outros setores da sociedade _ comunidade científica, técnicos e grupos setoriais _ de interesses _ como forma de confirmar, ou não, a hipótese levantada por essa pesquisa acerca do caráter iminentemente político-estratégico, à médio e à longo prazo, do programa nuclear brasileiro. Entende-se que essa discussão é relevante tendo

em vista a aparente contradição _ apontada por muitos críticos do programa _ entre o objetivo do governo de procurar rapidamente a independência nuclear, prescindindo, porém, de esforço interno próprio para o desenvolvimento de uma tecnologia verdadeiramente nacional. Para essa discussão grande número de autores _ com igual nível de importância para o desenvolvimento do trabalho_ foram consultados. Entre eles podemos citar: Sonia de Camargo & J. M. Ocampo, Cervo & Bueno, David Harvey, Regina Moraes Morel, Carlos A. Girotti, Conant & Gold, Thomas Skidmore e Luis Pinguelli Rosa.

CAPÍTULO 1:

POTÊNCIA MUNDIAL E AS FORMULAÇÕES DA POLÍTICA DE POTÊNCIA DO BRASIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Ao abrir este capítulo pretendemos chamar a atenção do leitor para uma preocupação fundamental: esclarecer o objetivo frente ao objeto, que por não ter uma natureza ambiciosa, não almeja esmiuçar, em profundidade, as discussões que permitiram determinar uma conceituação para potência mundial. A pretensão, nesse sentido, é mais modesta e se restringe a dois propósitos: acompanhar superficialmente a evolução do conceito ao longo do século XX (período em que os estudos geopolíticos ganharam maior importância e projeção, servindo de base de sustentação teórica-metodológica da qual se apropriaram as nações para justificar seus movimentos em busca de acréscimos de poder que lhes conferissem maior prestígio e influência na cena internacional); e capturar o momento em que essas abordagens, calcadas em características geográficas especiais, reforçaram a auto-imagem de potência que o Brasil sempre fez de si, devido às dimensões portentosas de seu território e a outros atributos mais de grandeza, conforme veremos adiante.

1.1 GEOGRAFIA E PODER MUNDIAL

As teorias que discutem as relações internacionais continuamente enfatizam a importância que elementos físicos e/ou materiais como “espaço” e “posição”, extensão de fronteiras, densidade demográfica, recursos naturais, entre outros, ocupam para caracterizar o poder de um Estado no contexto mundial (WIGHT, *op. cit.*, p.18) .

O poder que faz uma “potência” é composto de muitos elementos. Seus componentes básicos são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos econômicos e produção industrial. Temos de acrescentar, a esses últimos, elementos menos tangíveis, tais como eficiência administrativa e financeira, o aprimoramento educacional e tecnológico e acima de tudo, a coesão moral.

No decorrer do século XX, os princípios geopolíticos que orientavam o conceito de potência acompanharam o desenvolvimento econômico e financeiro diferenciado das nações, tornando-o cada vez mais seletivo. Carlos de Meira Mattos, um dos mais importantes ideólogos do Estado brasileiro, em sua obra “Projeção Mundial do Brasil” (*op. cit.*, p.7), discorre sobre essa evolução e a ela nos apresenta:

“Espaço, liberdade de movimento e coesão interna”. Para o geógrafo sueco Rudolf Kjellém estes eram atributos necessários para que um país, na primeira metade do século, pudesse ser candidato à grande potência;

“Uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que a sociedade que lhe serve de base”. Essas foram as palavras do renomado historiador Arnold Toynbee para conceituar o que para ele seriam as características de uma grande potência;

Na mesma obra, Mattos nos apresenta às considerações do historiador e escritor francês Tibor Mende e ressalta que em seu livro “Entre la peur et l’espoir” (Paris, 1958), este

autor dá maior extensão interpretativa à conceituação de Toynbee ao fazer a argumentação abaixo acerca dos atributos que, na opinião dele, conferem a um país a qualidade de grande potência:

Hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais. Sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território; deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão de obra especializada; sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados; as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições presentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

(Mende *apud* MATTOS, 1960, p 7 - 8)

Já para o cientista político Martin Wrigth (*op. cit.*, p.37), se certas características físicas especiais continuam sendo fundamentalmente inspiradoras para um país almejar a categoria de grande potência, estas, encerradas em si mesmas, não dão conta do conceito. Por essa linha de raciocínio, o delineamento de uma grande potência se faz historicamente e, portanto, outros atributos não materiais são relevantes e necessários. É na conjunção desses muitos fatores que residirá, comparativamente, a diferença entre as nações e partirá da relação harmônica de tais atributos as condições ótimas para a definição da grande potência: “(...) Talvez seja considerado óbvio que uma grande potência é mais forte do que o Estado padrão em relação a pelo menos alguns dos componentes do poder: em população, extensão do território, recursos industriais”, mas não prescinde da “(...) organização social, tradição histórica e aspiração à grandeza”.

Não se pode negar, analisando os argumentos acima apresentados, que os pressupostos básicos que envolvem o conceito de potência e que permitem que uma nação possa ser concebida e reconhecida como tal, permanecem firmes em sua essência. Entretanto, é notório que do início do século passado até os dias atuais ampliaram seu raio de ação de uma esfera visivelmente menor, ou seja, do âmbito nacional ou no máximo continental (conforme as

considerações defendidas por Kjällén e Toynbee), para um limite estratégico de alcance mundial, de acordo com as novas exigências da estratégia global que hoje se baseiam em princípios mais rígidos para caracterizar uma potência mundial (tal qual procura enfatizar o historiador Tibor Mende). Em outras palavras, os ingredientes básicos que informam o conceito permanecem intocados, conforme reafirma Wight, mas o grau de exigência e dificuldade imposta a uma nação postulante a tão ambiciosa posição assume contornos elitistas e inequívocas expressividades de poder.

Visto dessa maneira, o que explicaria a pretensão do Brasil, país pertencente ao grupo de nações em desenvolvimento, com graves problemas de desigualdade em qualquer que fosse a esfera considerada _econômica, social, regional ou de renda _ em almejar para si a categoria de potência, executando de forma autoritária, através do Estado e pelas mãos dos militares, um projeto geopolítico para a modernidade, visando emergir progressivamente como potência, primeiro regional, posteriormente hemisférica e por fim mundial? Em que variáveis se escoraria o país para sustentar suas aspirações de grandeza nacional? Em que fontes foi possível se buscar respaldo, interno e externo, que fortalecessem convicções e legitimassem considerações teóricas acerca das qualidades brasileiras de potência e da possibilidade de se emergir, ainda no século XX, como uma grandiosa nação?

1.2 A GEOGRAFIA COMO LEGITIMADORA DO DISCURSO DE PROJEÇÃO MUNDIAL DO PAÍS

Para o diplomata e escritor norte-americano, Adolf Berle Junior, em seu livro “Tides off Paradise”, traduzido para o português sob o título “O Mundo Entre o Ocidente e o Oriente”, o Brasil seria o país com maiores possibilidades de substituir, num futuro próximo, a liderança mundial exercida, ainda no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade, pelos

Estados Unidos e pela União Soviética. Em sua obra, o diplomata americano defendia que (Berle Júnior *apud* MATTOS, 1960, p.69):

Um terceiro contendor é o Brasil. Com uma superfície que seria igual a dos Estados Unidos se estes tivessem dois Texas, uma população atual de uns 60 milhões, com um aumento de 1,5 milhão, uma capacidade de organização não desprezível e de recursos naturais que tem sido comparada a dos EUA, o Brasil deverá encerrar o século XX com uma população de uns 125 milhões de habitantes, um potencial econômico comparável ao dos EUA de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano.

Para o historiador Tibor Mende, em sua já citada obra: “Há ainda três regiões que podem aspirar à condição de potência mundial, com fundadas esperanças: a Europa Ocidental, se progredir no sentido da integração do Velho Continente, a Índia e o Brasil” (Mende *apud* MATTOS, *ibid.* p.70).

Ao regressar da visita que fez a América do Sul, no final da década de 50, o escritor francês André Mauroix, na qualidade de Ministro da Educação e Cultura, em entrevista à imprensa de seu país, expressou seu espanto e admiração com o que viu em solo brasileiro: “(...) o que se passa no Brasil é de importância imensa. O Brasil está em vias de tornar-se um dos países em que o futuro do mundo será jogado, antes do fim do século” (Mauroix *apud* MATTOS, *ibid.*).

Se do ponto de vista externo as expectativas em relação ao Brasil eram positivas, no cenário interno davam lugar a certezas. A legitimar nossas aspirações haviam as teorias geopolíticas, fortalecidas no contexto mundial por ocasião das duas grandes guerras e cada vez mais difundidas pelo jogo de poder entre as nações. No âmbito doméstico, a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), considerada por muitos o reduto intelectual das Forças Armadas, cuidava de propagar essas mesmas teorias, sustentadas pela geografia favorável do país, que reunia, segundo a Instituição, todas as condições necessárias para se projetar internacionalmente. Esta Entidade é apontada por muitos autores não apenas como

responsável por uma ideologia que passou a ser conhecida como Doutrina de Segurança Nacional, mas como um “laboratório de idéias” de onde emergiu o projeto de grande-potência (SKIDMORE, 1988), (ALVES, 1984).

O Brasil foi um dos primeiros países a absorver os estudos da geopolítica na acepção transmitida por Kjällén. No início do século passado, Eliseu de Carvalho já estudava a organização nacional e a projeção interior do Brasil de forma inter-relacionada através de sua obra “Brasil Potência Mundial - inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil” (CARVALHO, 1919).

Em sua já citada obra “Projeção Mundial do Brasil”, o general Carlos de Meira Mattos chega mesmo a submeter o Estado brasileiro ao “raio x de Kjällén” _ espaço, posição e coesão interna. Mattos analisa o espaço brasileiro conjugando cinco fatores: extensão, posição, articulação, povoamento e possibilidades econômicas, traçando um perfil otimista das possibilidades nacionais, concluindo ser o Brasil possuidor de atributos que o credenciava senão já à condição de grande potência, sem sombra de dúvida “em potência média, em compasso de espera para potência mundial” (MATTOS, *op.cit.*, p.9).

Inegavelmente, no conjunto de países do mundo e especialmente na América Latina, o Brasil ocupa uma posição de destaque decorrente de uma série de fatores que lhe são bastante favoráveis e que, por isso mesmo, de forma alguma podem ser desprezados. Dentre esses fatores, podem ser considerados:

- Sua grande extensão territorial: é o quarto maior país do mundo em terras contínuas, precedidos pela Rússia, China e Canadá e o maior da América Latina. Os Estados Unidos sem o Alasca e o Havaí, áreas não contíguas a seu território continental, são menores que o Brasil;

- Privilegiada posição geográfica, fazendo fronteira com quase todos os países da América do Sul, exceto Chile e Equador. Possuidor da maior costa atlântica dentre todos os países voltados para esse oceano;
- Forte economia: situada entre as quinze maiores do mundo, pelo menos no que diz respeito ao volume de produção total de riqueza;
- Grande população, a maior de todos os países da América Latina, o que representa, quantitativa e potencialmente, um grande mercado consumidor;
- Amplas áreas à espera de ocupação, o que representa um potencial de recursos ainda não totalmente mensurado, mas certamente apreciável.

Esse gigantismo acabou despertando um sentimento ufanista, o de que o país estava destinado a ser, inevitavelmente, uma grande potência. Para muitos autores, é invariavelmente na conjunção desses diversos fatores geográficos e políticos que historicamente se fundamentou o ideário de grandeza da nação (BECKER, *op. cit*), (OLIC, 1992), (MATTOS, 1975), (COUTO E SILVA, 1967).

Porém, da abstração ufanista à objetividade dos fatos, grande responsabilidade teve a ESG nas etapas percorridas rumo ao projeto Brasil-Grande. A Entidade trabalhou intensamente na busca de um consenso acerca do inevitável destino de grandeza e poder do país e sua ideologia foi um fator relevante na sublevação de 64. A Escola foi criada para formular uma nova política de desenvolvimento e segurança nacional para o país. A doutrina serviu para dar certo grau de legitimidade e uma estrutura intelectual e política aos militares (ALVES, 1984). Suas concepções tiveram grande influência sobre esses Governos, principalmente os três primeiros, a saber, Castello Branco, Costa e Silva e Médici.

CAPÍTULO 2:

AS DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL NO CONTEXTO DOS GOVERNOS MILITARES

Este capítulo procura analisar o desenvolvimento do pensamento político e estratégico no período dos governos militares, bem como a influência exercida pela Escola Superior de Guerra no que concerne às diretrizes geopolíticas nacionais no decurso desse momento histórico. Destaca também as três frentes estratégicas da projeção geopolítica brasileira: Prata, Atlântico Sul e África.

2.1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO E ESTRATÉGICO BRASILEIRO

A idéia-força que deu origem à Escola Superior de Guerra fundamentou-se na necessidade de dotar o país de uma nova elite, “capaz de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais” (CORRÊA, 1976, p. 62). Nas palavras de Mattos (1960, p.27): “O objetivo dessa renovação outro não é senão superar aquela sobrecarga negativa constituída pela herança de uma chamada ‘ideologia colonialista’ que predominou no espírito da maioria dos nossos homens de pensamento até a bem pouco tempo”.

O problema da renovação das elites se impunha na medida em que era necessário preparar e, mais do que tudo, homogeneizar a opinião da classe dominante do país a respeito do *destino grandioso* do Brasil. Para isso era primeiro necessário quebrar as estruturas arcaicas das oligarquias rurais, ligadas a interesses regionais distintos e vinculados aos interesses das potências européias, desejosas de perpetuar a condição essencialmente agrícola do país como forma de manter seus privilégios e seu poder político. Urgia, portanto, a necessidade de se combater as idéias retrógradas e os interesses paroquiais daqueles para quem o Brasil deveria encontrar seu destino político contentando-se em ser, eternamente, um exportador de produtos agrícolas e matérias-primas e consumidor de materiais industrializados (MATTOS, *ibid.*).

A crença no potencial de superpotência do Brasil como “destino manifesto” ganhou força entre os militares, contudo, para arrogar-se como manifestação genuína da vontade nacional era preciso atingir também uma parcela cada vez maior de líderes civis, que compartilhassem das mesmas idéias sobre desenvolvimento e segurança. Essa preocupação doutrinária estava explícita no regulamento de criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, que definiu sua finalidade em “preparar civis de notável competência e atuação relevante e oficiais das Forças Armadas de comprovada experiência e aptidão, para o exercício das funções de Direção e Planejamento da Segurança Nacional” (CORREA, *op.cit.*, p.63).

A história da ESG remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil participou das lutas na Itália através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e mais um grupo de caças da FAB (Força Aérea Brasileira). A fraca coordenação entre as três Forças, evidenciada ao longo da participação no conflito, ensejou no seio do alto comando militar um sentimento de urgência em reformular a estratégia nacional, vista a partir da experiência empírica daqueles oficiais no advento, como um fator de grande responsabilidade no atraso do

país frente ao mundo capitalista desenvolvido, um produto da coordenação política deficiente das estratégias de então ao não englobar, conjuntamente em seu planejamento, todos os campos/setores da sociedade (militar, industrial, psico-social, econômico, burocrático, etc). Essa constatação, disseminada pelos militares no momento oportuno da volta para casa, ou seja, quando os elevados níveis de prestígio e de orgulho nacionais a eles atribuídos estendiam as suas instituições grau de credibilidade e influência equivalentes, estimulou junto à alta hierarquia o desejo de formalizar tanto um Estado-Maior de serviço conjunto (fortalecimento das Forças Armadas), quanto um Conselho de Segurança Nacional, encontrando apoio junto a setores da elite civil. Esse era o resultado mais imediato do impacto sofrido pelos militares brasileiros que participaram diretamente daquele arrasador conflito internacional ao comparar a realidade e as potencialidades do Brasil com aquilo que viram em termos de destruição, fome e miséria nos campos de batalha italianos. De outro modo, era também uma consequência da forte impressão que o progresso experimentado pela outra América, a desenvolvida, provocara nos oficiais de alta patente que, naquele contexto histórico, por lá estiveram. Tal registro pode ser perfeitamente ilustrado no relato do general Golbery do Couto e Silva, apresentado a seguir:

Os membros da FEB desejavam um desenvolvimento muito rápido para o Brasil. A FEB não foi importante só pela ida à Itália. Possivelmente ainda mais importante foi a visita de dos membros da FEB aos Estados Unidos, onde viram, em primeira mão, uma grande potência democrática e industrial. Foi uma abertura de horizontes. Eu fui e foi um grande impacto: para mim ficou perfeitamente claro que um país em regime de livre empresa tinha sido bem sucedido em criar uma grande potência industrial

(COUTO E SILVA apud Gonçalves, 1984, p.12)

Partiu assim dos principais organizadores da FEB a idéia de desenvolver uma Escola especial que formulasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacionais e, através de um planejamento minucioso e total, propiciasse a arrancada do país de uma situação de subdesenvolvimento perene para a condição de potência plenamente desenvolvida

e projetada internacionalmente. Na concepção dos seus formuladores, a questão de uma Força Armada forte não podia separar-se do problema do desenvolvimento econômico, nem a questão da segurança nacional separar-se da educação, da indústria ou da agricultura. A segurança nacional compreendia uma ampla gama de fatores: políticos, psico-sociais, científico-tecnológicos, militares, logística e mobilização, informações e contra informações, doutrina e coordenação (Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1976).

A emergência do novo modelo, entretanto, não caracterizava uma estratégia isolada dos militares brasileiros, mas obedecia a uma lógica que se tornara comum às grandes potências da primeira metade do século XX: a criação e o desenvolvimento de estabelecimentos de alto nível contando com a participação conjunta de militares e civis de elevada posição em seu meio (na maioria das escolas) visando à elaboração, à análise e à coordenação de todas as atividades que interessassem à defesa nacional (CORRÊA, *op. cit.*, p.62 e 63). Dessa forma, havia:

- Na Inglaterra, o Imperial Defense College, criado em 1927, e que tinha entre seus membros, militares e altos funcionários do Estado;
- Na França, em 1936, foi criado o Institute Français des Hautes Etudes de la Defense Nationale, seguindo o mesmo padrão inglês;
- Os Estados Unidos, em 1946, instituíram o seu National War College, e a União soviética, para o mesmo objetivo, a Academia Vorochilov.

No Brasil, os militares criaram então, em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG), contando com o apoio dos Estados Unidos e tendo como modelo os institutos americano e francês. A marca da sua originalidade residia no fato de que, diferente da escola norte-americana, cujo enfoque privilegiava a preparação para a guerra, seu objetivo era bem mais

complexo e ambicioso e se propunha “a formular, através de um método científico, a política e estratégia nacionais com um critério que transbordasse dos limites de defesa nacional, cujo sentido era restrito (...)” instituindo um centro de altos estudos que tinha concomitantemente como missão ser “um centro permanente de pesquisas, destinado a preparar, para o exercício de funções de direção e de planejamento da segurança nacional, oficiais militares e civis que se houvessem destacados em seus campos” (*Ibid.*, p.63).

O foco intelectual da ESG, portanto, era o inter-relacionamento entre segurança e desenvolvimento. De acordo com Becker (1994, p.126-127):

Trata-se de uma perspectiva de um país subdesenvolvido com vistas a acelerar o seu desenvolvimento e alcançar um novo status segundo o modelo corrente nos países capitalistas avançados, sob a tutela do Estado, mas, ao mesmo tempo, mantendo uma visão de autonomia relativa no hemisfério face à hegemonia dos Estados Unidos.

Percebendo que a estratégia da guerra revolucionária envolvia todos os níveis da sociedade, o conceito de segurança entre as Forças Armadas passou a abarcar todos os aspectos da vida social e política do país. Os militares começaram a se preocupar com o seu papel de *construtores da nação*, e com planos globais de desenvolvimento (COUTO E SILVA, 1967), (BECKER, 1994). Essas respostas implicavam uma expansão considerável do papel dos militares e uma sólida crença na legitimidade política desses novos papéis. Todas essas idéias foram defendidas pelos Estados Unidos e ensinadas em suas escolas para militares latino-americanos

O escopo teórico que sustentava a idéia-força na qual se balizava a proposta da Escola se estruturava, nesse momento, sob uma nova fonte de alimentação _ não mais a tradicional influência da geopolítica alemã, da qual o pensamento estratégico brasileiro se afastou ainda antes da eclosão do último conflito mundial, quando o país decidiu integrar-se ao grupo dos Aliados _ mas sim nas teses geopolíticas dos pensadores anglo-saxões, cada vez

mais respeitados e influentes no pós-guerra e com as quais nossos estrategistas passaram a se identificar em face dos acontecimentos mundiais que redefiniram os novos pólos de poder _ o declínio da Europa Ocidental e a derrota da geopolítica alemã, a emergência dos Estados Unidos e da União Soviética como grandes potências.

As formulações desses teóricos acerca do poder nacional (ascensão, conservação e demonstração), atribuíam grande relevo e responsabilidade ao papel desempenhado pelas elites na determinação do destino de suas nações, elites estas que se configuravam, sob o olhar do historiador inglês Arnold Toynbee, como uma “minoría criadora”, cuja competência em oferecer respostas criativas e satisfatórias aos desafios lançados pela grande massa proletária, classificada como a “maioría não criadora”, era fator crucial para definir uma rota de ascensão ou de decadência para sua nação (Toynbee apud GONÇALVES, *op.cit.*, p.80).

Nesse ponto, as formulações do historiador sobre o papel vital das elites encontram ressonância com aquelas desenvolvidas contemporaneamente pelo cientista político norte-americano Hans J. Morgenthau, que ao analisar a natureza do poder e do interesse nacional estabelece uma ponte que articula estas categorias ao poder político. Segundo a análise do estrategista: “O poder político é uma relação psicológica entre os que o exercem e aqueles sobre os quais se exerce. Dá aos primeiros o controle sobre certos atos dos últimos, mediante a influência que o primeiro exerce sobre a mente dos últimos” (Morgenthau *apud* Gonçalves, *ibid.* p. 84).

A importância do papel político das elites, portanto, inscreve-se em definir os interesses e os objetivos nacionais e escolher os meios de realizar a política de poder do Estado, conduzindo diligentemente a massa da população em sua identificação com tais propostas. Ao fazer convergir as aspirações individuais de poder do proletariado para um plano de interesses mais amplo e conjunto _ o interesse da nação enquanto entidade de identificação, a um só tempo, exclusiva (na comparação com os outros) e coletiva (em

relação a si mesma) _ terá conseguido a classe de comando desviar o foco das preocupações e frustrações egoístas da massa proletária para o regozijo e a identificação emocional conjunta frente às vicissitudes do interesse nacional. Então os acréscimos de poder contabilizados pela nação na esfera internacional serão apropriados e computados, orgulhosamente, pela grande população como uma vitória também sua, ufanada que estará com os resultados meritosos conquistados por seu país, conforme explica _ fiel à linha do realismo político _ Morgenthau (1953, p. 3) em suas análises hobbesianas acerca da natureza intrinsecamente egoísta e agressiva do ser humano:

(...) há muita gente incapaz de satisfazer sua ambição de poder dentro da comunidade nacional. Dentro desta, somente um grupo relativamente pequeno maneja o poder sobre grande número de pessoas, sem estar sujeito a grandes limitações por parte dos outros. A grande massa da população é, em muito maior proporção, objeto do que dirigente de poder. Sendo incapaz de achar plena satisfação da sua ambição de poder dentro dos limites nacionais, o povo lança essas aspirações insatisfeitas à cena internacional. Aí encontra um substitutivo na identificação com a ambição de poder da nação.

Já o caráter messiânico _ que imputara ao momento histórico e à classe militar o encargo de realização da potência _ ganhava exposição no discurso do Ministro Chefe das Forças Armadas, general Antônio Jorge Correa, quando da aula inaugural do ano letivo de 1976, na ESG, ao destacar orgulhoso as idéias que inspiraram os integrantes do primeiro grupo encarregado de apresentar o projeto de regulamento da recém-nascida Escola:

(...) Surgimento do conceito mais abrangente de Segurança em substituição ao de Defesa; consciência de que o Brasil possuía já os requisitos para chegar à grande potência; crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e de execução; necessidade de elaboração de formulação da política nacional.

As formulações da Escola, é importante salientar, foram elaboradas tendo por referência um determinado quadro internacional, incontornavelmente dominado pela Guerra Fria. O mundo encontrava-se, então, nitidamente dividido entre duas hegemonias dispostas em blocos bipolares: de um lado, os países capitalistas e “democráticos” e de outro,

protegidos e isolados pela “cortina de ferro”, expressão cunhada por Winston Churchill, os países socialistas e “totalitários”.

O Brasil, desde o início da Guerra Fria, havia se colocado numa posição estrategicamente confortável. O movimento de Getúlio Vargas em direção ao campo dos aliados, em 1942, havia definitivamente inserido o país no bloco capitalista ocidental, numa posição privilegiada, dada a sua posição geográfica. Fora do palco da guerra, a adesão à aliança comandada pelos Estados Unidos proporcionou ao governo brasileiro, prestígio e, sobretudo, recursos para impulsionar o surto de desenvolvimento baseado na substituição de importações.

Contudo, se do ponto de vista externo a Guerra Fria não ameaçava o alinhamento brasileiro, internamente esta lealdade encontrava-se abalada pela proliferação de embates políticos de intensidade crescente, que se configuravam, na ótica de Golbery do Couto e Silva (1981, p. 186-187), como episódios de “antagonismos dominantes na quadra conjuntural”, ou seja, o choque entre a “civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente”: O espectro da influência comunista, identificado como um perigo real e imediato; a preocupação com a radicalização progressiva do discurso das esquerdas, que fragmentada e impaciente, pregava a agilização das reformas de base preconizadas por Goulart “na lei ou na marra” (FERREIRA, 2004, p. 185), caso não fosse possível aprová-las junto ao Congresso Nacional, cujo perfil era conservador, e, aliado a tudo isso, o crescimento das manifestações de insatisfação social por parte da classe trabalhadora. Somados, todos esses aspectos apresentavam-se perante aos grupos de direita e às Forças Armadas como sérias ameaças de subversão interna e de guerra revolucionária. O olhar conservador, e, no mais das vezes, contra-ofensivo das elites nacionais em relação às demandas populares, unidos ao panorama ideologicamente explosivo do pós-guerra, reforçaram a percepção militar de acirramento dos conflitos políticos e de caos social iminente. A ambiência efervescente e declarada de golpe _

comum nos discursos e nas peças de campanha tanto das esquerdas, quanto da direita – somada à grave crise deflagrada com a quebra da hierarquia militar no evento conhecido como “revolta dos marinheiros e sargentos da Aeronáutica” em março de 64 (episódio em que a rebelião de uma fração dos praças contra seus superiores imediatos recebeu apoio, e, posteriormente, anistia de Goulart contra punições, atingindo profundamente os mais caros valores a permear e dar significado às Forças Armadas: a disciplina e o respeito à cadeia de comando), desencadearam fortes reações junto às altas patentes, definindo, no seio das corporações, posições políticas antes vacilantes, antecipando o desfecho da crise, cuja culminância redundaria no sacrifício do Estado de Direito e na tomada do poder civil democrático pelo Exército (GASPARI, 2002); (FERREIRA, 2004). O passo conseqüente obedeceu à lógica de reafirmação do posicionamento do Brasil no quadro das alianças da Guerra Fria, bem como privilegiou a aplicação prática dos conceitos de interdependência e segurança continental coletiva, conforme formulações defendidas pela Escola Superior de Guerra e aqui resumidas nas idéias de seu maior expoente e principal estrategista político:

Em vista de sua posição geográfica, o continente latino-americano está claramente comprometido com o campo dos Estados Unidos, permanecendo inevitavelmente em sua esfera de influência e controle. O poderio econômico do “Gigante do Norte” anula a possibilidade de neutralidade para a América Latina; o destino manifesto impele os países latino-americanos a se juntarem aos Estados Unidos na defesa geral do Ocidente contra a ameaça de expansão comunista, representada pelas ambições imperialistas da União Soviética.

(COUTO E SILVA, 1981, p.95)

Em face de tal contexto, o modelo implementado de administração do país obedeceria à vinculação do binômio segurança & desenvolvimento econômico como categorias indissociáveis, conforme preceitos presentes no Manual Básico da ESG (ALVES, *op. cit.*, p.48):

Em primeiro lugar, os dois componentes são associados; não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico. A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva

utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada. O manual da ESG define como meta do desenvolvimento econômico a conquista de completa integração e completa segurança nacional, em especial considerando-se que um país subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista. Uma estratégia contra-ofensiva possível consiste, assim, em promover rápida arrancada do desenvolvimento econômico, para obter o apoio da população.

O modelo econômico proposto pela doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional elaborado pela Escola e que seria adotado pelos militares, congregava os seguintes elementos, assim reunidos e analisados pela crítica apaixonada da autora acima (*op.cit.*, p.51):

1. Trata-se de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa aliança entre capitais de Estado, multinacionais e locais. O manual da ESG considera a contribuição das corporações multinacionais positiva para o desenvolvimento econômico de um país, apesar de gerar considerável oposição interna.
2. A segurança como elemento do conceito de desenvolvimento com segurança implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista.
3. O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se, sobretudo, com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários. Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas primordiais e relevantíssimas, segundo enfatiza o manual da ESG, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações.

Em termos de objetividade, a meta de difundir sua ideologia sobre a classe de comando, na perspectiva de propagar o pensamento esguiano e, por meio desta, influenciar uma parcela cada vez maior da sociedade, em busca do consenso, tendeu a crescer nos anos pós 64. É o que demonstra os dados fornecidos por Stepan (1975, p.129 e 130):

Entre 1950 e 1967, 648 dos 1276 graduados da ESG eram civis. Após o golpe, graduados da escola vieram a ocupar muitos dos cargos importantes das instituições políticas e econômicas brasileiras. Entre os que concluíram cursos na ESG estavam 599 altos oficiais militares, 224 industriais, 200 ministros de Estado e burocratas de primeiro escalão, 97 diretores de órgãos governamentais, 39 parlamentares, 23 juízes federais e estaduais e 107 tecnocratas.

E ainda por Dreifuss (1981, p.76), que menciona:

Entre os principais civis em atividades na ESG antes do golpe estavam Otavio Gouvêa de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Neto. Todos eles ocupariam cargos de ministros de Estado.

É grande a importância conferida por vários analistas a ESG como influência intelectual e orientadora de fatos ocorridos durante o período autoritário (PENHA, 1998), (BECKER, 1994), (GONÇALVES, 1984). Em vários acontecimentos que dizem respeito à política interna e externa das gestões militares, há uma convergência quase absoluta de opiniões sobre a responsabilidade da Instituição em relação as medidas que culminaram nesta ou naquela decisão. São computadas na conta da ESG _ além do modelo de desenvolvimento econômico aplicado, a conspiração civil-militar que resultou na tomada do poder (ALVES, *op. cit.* p.23), passando pelo endurecimento do regime _ via Ato Institucional nº 5 _ até a extinção do pluripartidarismo, em 1965 ou sua volta em 1980, tese veemente refutada por Miyamoto (1985, p.400), que não credita à Entidade tamanhos prestígio ou capacidade persuasiva.

Todavia, não se esgotaram apenas aí os desdobramentos da influência da ESG sobre o pensamento político e as ações estratégicas do país no período mencionado. Outras ações e reações se fizeram sentir, como adiante teremos a oportunidade de ver, ao examinarmos o quadro da prática brasileira para a região do Prata e para o Atlântico Sul, ou mesmo ao observarmos os novos e diferenciados rumos seguidos pela política exterior nos três primeiros governos militares.

Quanto a estas novas orientações da chancelaria brasileira, vale lembrar, é apenas a título de complementação e como suporte ao objetivo geral dessa pesquisa, ou seja, a política de construção da potência brasileira na era Geisel, que as gestões militares anteriores serão enfocadas. É também um esforço no sentido de mostrar que as constantes correções de rumo do Itamaraty, ao longo do período, estiveram sempre atreladas a uma perspectiva de encontrar o melhor caminho para superar os enormes obstáculos que se manifestavam ao desenvolvimento de um país na situação do Brasil, a todo o momento apresentado aos limites impostos por suas condições estruturais.

2.2 AS TRÊS FRENTES ESTRATÉGICAS DA PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: PRATA, ATLÂNTICO SUL E ÁFRICA.

Entre 1964 e 1974, contando com um regime político favorável, as formulações geopolíticas da Escola Superior de Guerra passaram a influenciar as ações do Ministério das Relações Exteriores. O Brasil fundamentou sua política externa em uma forte aliança bilateral com os Estados Unidos e criou uma expectativa que era unicamente brasileira, de com essa adesão *natural*, conseguir carrear para o país maior volume de recursos americanos de forma a financiar o desenvolvimento doméstico e a sua projeção externa. A subordinação aos Estados Unidos pressupunha, sob o ponto de vista brasileiro, uma condição de aliado privilegiado em função tanto da singularidade geoestratégica do país na América Latina, derivada da importância de sua posição geográfica em termos de controle do Atlântico Sul, num contexto de confrontos ideológicos antagônicos, quanto de “seus vastos recursos naturais _ especialmente minerais estratégicos e de sua grande população” (COUTO E SILVA, 1955)

No âmbito regional, valendo-se dessa bilateralidade, buscou posicionar-se na nova divisão de funções que se impunha na condição de sub-liderança do continente, num

reconhecimento incontestado da posição de líder absoluto dos Estados Unidos (MARTINS, 1975). A posição atribuída ao Brasil na hierarquia política das nações expressava a consciência do peso e da posição do país no contexto americano (BECKER, 1994), (CERVO, 1992), uma vez reconhecida as enormes distâncias que separam os Estados da região, tanto em relação ao grau de desenvolvimento atingido, quanto em termos de prestígio internacional.

Dessa forma, priorizando a geoestratégica brasileira, centro de nosso interesse neste capítulo, poderemos observar que o Brasil buscou imprimir uma atuação mais agressiva na região, visando assumir um papel de maior importância na América Latina e a seguir, no Atlântico Sul. De acordo com Becker (*op. cit.* p. 154), dois esforços marcaram fundamentalmente esse período:

- A ofensiva diplomática brasileira na América Latina, através de relacionamentos bilaterais que refletiam interesses do Estados Unidos e do Brasil;
- A atuação brasileira na fronteira atlântica.

2.2.1 A Estratégica Brasileira na Bacia do Prata

Na Bacia do Prata, a ação brasileira guiou-se no sentido de capturar para si a vantagem estratégica que até a primeira metade do século XX favoreceu a Argentina “centro de poder considerável, que articula Buenos Aires com as cidades de Córdoba, Tucuman e Mendoza” (Couto e Silva, *apud* MAGNOLI, 1982, p.34). De acordo com o general Golbery (1967, p.90), “a linha de tensão máxima do continente situa-se aí, na cunha Argentina encravada entre o Brasil e o Paraguai, na fronteira dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”.

A Bacia do Prata, área drenada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, é a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul e uma das maiores do mundo, atingindo regiões

do Paraguai, Uruguai, Bolívia, Argentina e Brasil. Na região coberta por essa bacia estão localizadas as áreas mais dinâmicas, ou seja, as principais concentrações urbanas e complexos industriais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Entretanto a capital Argentina, localizada no estuário do Prata, tornou-se um pólo natural de atração de toda a bacia, uma vez que a rede hidrográfica está “grosseiramente” disposta no sentido norte-sul, desembocando nesse ponto (ANEXO 1). Tal fato configurava a difícil situação tanto da Bolívia quanto do Paraguai, pois não tendo acesso ao mar, ambos dependiam da rede hidrográfica comandada por Buenos Aires para desenvolver seu comércio exterior, expressando uma condição que o estrategista Golbery do Couto e Silva classificou de “prisioneiros geopolíticos da Argentina” (ANEXO 2).

A expressão acima, usada por Golbery, revela o histórico antagonismo existente entre as duas maiores potências da América do Sul, que desde que se tornaram independentes, desenvolveram projetos de hegemonia regional, cada qual baseada em suas convicções nacionalistas: o Brasil, conforme observamos, se escorando em sua base geográfica e a Argentina na sua auto-imagem de país europeu _ por possuir uma população quase que exclusivamente branca, num contexto de nações vizinhas marcadamente mestiças, mas também por ser portadora de uma distribuição de riquezas comparativamente mais justa entre sua população e assim ocupar uma melhor classificação em relação ao índice de desenvolvimento humano na região _ condições que a credenciavam a ser o interlocutor natural do hemisfério sul junto à Europa, num papel análogo ao representado pelos Estados Unidos na parte setentrional do continente.

Nesse contexto de rivalidade, o Brasil começou a delinear, desde o início do século passado, uma estratégia para resgatar a Bolívia e o Paraguai da condição de *prisioneiros geopolíticos da Argentina*. A ação brasileira consistiu em atualizar as relações de poder no continente sul americano, tratando de criar um sistema de transporte no sentido leste-oeste

como também em reaparelhar e modernizar os principais portos da região sul e sudeste do país.

O projeto original começou a ser esboçado na década de 30, com Mário Travassos, um dos pioneiros da geopolítica brasileira, cujos mais importantes trabalhos foram “Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras” e “Projeção Continental do Brasil”. No primeiro, propugna o desenvolvimento de ações e estratégias para promover o fortalecimento do poder nacional através da criação de um sistema de transporte e comunicação moderno, diversificado e racional, interligando o país de norte a sul, garantindo o domínio brasileiro por todo o seu vasto território. Com “Projeção Continental do Brasil”, seu estudo de maior impacto geopolítico, Travassos proporia medidas para assegurar um acréscimo de poder regional ao Brasil através de uma presença mais afirmativa no continente, efetivada mediante o total controle sobre as bacias hidrográficas da Amazônia e do Prata, de modo a neutralizar o eficiente sistema de comunicação ferroviário argentino, que ligado diretamente com as capitais de três países limítrofes (Assunção, no Paraguai, Santiago, no Chile e La Paz, na Bolívia) fazia a conexão entre o interior e o mar, resultando em crescente influência daquele país sobre os Estados do sul da América, sobretudo os mediterrâneos _ Bolívia e Paraguai_ oferecendo lhes a saída para o Atlântico que não possuíam. As proposições geopolíticas de Travassos, contudo, só foram parcialmente colocadas em prática na década de 60, com a chamada política dos corredores de exportação. Vejamos como isso se deu:

- A construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, planejada desde 1903, pôs em contato a importante região econômica do leste boliviano com o porto de Santos, no estado de São Paulo. Ao mesmo tempo foram estabelecidos acordos entre Brasil, Bolívia e Chile que possibilitariam a ligação do porto de Santos, no Atlântico, ao porto de Arica (Chile), no Pacífico. Na perspectiva geopolítica brasileira, ao finalizar-se a construção do último trecho da ferrovia que ligará Santa Cruz a Cochabamba (ANEXO 3), estará aberta uma via de acesso

ao Pacífico, dissolvendo a tradicional compartimentação do continente nas suas vertentes atlântica e pacífica. (CASTRO, 1997), (COUTO e SILVA, 1967), (MATTOS, 1960).

Porém a construção da última ligação entre Bolívia e Chile tem sido prejudicada até hoje pelas pretensões bolivianas de recuperar, pelo menos em parte, sua saída marítima para o Pacífico, perdida para os chilenos no final do século XIX, posição, aliás, apoiada pelo Brasil. Reivindica a Bolívia a devolução da região do Antofogasta, seu antigo litoral, que segundo destaca CASTRO (*op. cit* , p.18) fazendo coro com Travassos, é “considerada uma das áreas mais cruciais do continente” e “é sem dúvida, a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acionada em tempos de crise”, atuando como elemento de aglutinação interna em torno de um tema que cala fundo ao orgulho do cidadão boliviano, independente do grupo étnico, da ideologia política ou da classe social a que pertença ou com a qual se identifique.

Sobre a questão do apoio brasileiro, há quem defenda que sua posição nada tem de solidária no sentido de considerar legítima a reivindicação boliviana, mas visa sim, a proteção de seus interesses de supremacia na região, garantindo uma maior possibilidade de realizar o velho sonho geopolítico de acesso ao oceano Pacífico. Segundo posição de Magnoli (*op. cit.*, p.38), “é a satelitização da Bolívia que explica a postura do Itamaraty, de apoio à reivindicação de devolução do corredor para o Pacífico anexado pelo Chile no século XIX”.

Com relação ao Paraguai, para capturá-lo da influência Argentina, o Brasil colocou em prática uma série de importantes medidas. Entre elas podemos destacar:

- A transformação do porto de Paranaguá, no estado do Paraná, em área franca para o comércio exterior do Paraguai (1965).
- A inauguração da rodovia BR-277, ligando Assunção, capital do Paraguai, ao porto de Paranaguá (1969). O trajeto fluvial de regiões paraguaias ao porto de Buenos

Aires, que chegava a levar 15 dias, pode ser evitado através de uma viagem de apenas 20 horas para o porto brasileiro¹.

- A ampliação do porto de Paranaguá para permitir a atracação de navios de maior calado (1971).

Historicamente um foco de tensão, a bacia do Prata traz em seu bojo, desde a época do Brasil colonial, a cobiça estratégica por seu domínio. Primeiro entre portugueses e espanhóis e, mais tarde, entre brasileiros e argentinos. A reorientação dos fluxos paraguaios sobre o eixo oeste-leste, magnetizado pelo Brasil, se combinaria com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu (1974), uma empreitada binacional brasileiro-paraguaia. A cota excedente da energia produzida pertencente a este último, é vendida ao Brasil, representando uma importante fonte de divisa para o sócio menor, reforçando a posição brasileira de maior parceiro comercial do Paraguai.

Todas essas estratégias ao serem colocadas em prática acabaram gerando, num primeiro momento, acirradas polêmicas entre Argentina e Brasil. Aparentemente, os principais pontos de atrito referiam-se à questões técnicas ligadas à construção de hidrelétricas no rio Paraná. Entretanto, para vários autores (MAGNOLI, 1982), (OLIC, 1992), o cerne da discórdia era a preocupação argentina com o “avanço” brasileiro sobre áreas tradicionalmente sob sua influência.

Com relação ao Uruguai, o esquema geopolítico imaginado pelos estrategistas brasileiros previa a transformação deste país da condição de Estado-tampão em “país ponte, rota de passagem em direção ao eixo oeste-leste transversal ao agora decadente eixo norte-

¹ De acordo com Magnolli (1982, p. 40) a captura do Paraguai fundamentou-se na precariedade da saída fluvial através do porto de Buenos Aires e das águas do Rio Paraguai. O rio só é plenamente navegável durante três meses, na época das cheias, sendo singrado unicamente por chatas no resto do ano. Em Buenos Aires, as cargas têm de ser transferidas para navios de grande calado, onerando ainda mais o comércio já submetido às taxas portuárias argentinas. A estratégia brasileira se guiou no sentido de oferecer, então um “caminho oceânico alternativo” ao Paraguai.

sul” (MAGNOLI, *ibid.*, p.41). Assim, o superporto do Rio Grande do Sul torna-se peça chave desse esquema. Terminal do corredor de exportação gaúcho, o superporto especializou-se no escoamento de óleos vegetais, grãos, carne e fumo, ocupando o terceiro lugar entre os portos exportadores brasileiros e passou a atrair o comércio de certas regiões do Uruguai e da própria Argentina. O pampa uruguaio passou assim a ser, potencialmente, espaço de influência brasileira.

O segundo esforço, conforme veremos adiante, relaciona-se com as estratégias postas em ação pelo Brasil em defesa de seus interesses na fronteira atlântica. Visava aproveitar-se de um vácuo de poder existente no Atlântico Sul, uma vez que a região não fora contemplada com a devida importância por nenhum dos dois blocos antagônicos. Ao Brasil caberia, no contexto dos blocos ideológicos, ocupar esse vácuo de poder, afinal de contas, seu peso e posição ocupados na esfera regional, sem falar na própria geografia, o credenciavam definitivamente a esse papel. Essa geoestratégia tinha como objetivo consolidar a imagem do país como força relevante e preponderante na região.

2.2.2 A Projeção Geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e África:

Dos países da América do Sul, o Brasil possui inequivocamente, uma vantagem estratégica que é ter, conforme mencionado, o maior litoral banhado pelo Oceano Atlântico, não só entre os países latino-americanos, mas entre todos os países do mundo banhado por este oceano. A região ganhou maior importância a partir da segunda guerra mundial e, principalmente, ao final dela, quando foi inserida no contexto da Guerra Fria. Classificada pelos estrategistas brasileiros como o ponto de maior vulnerabilidade do continente americano, já que ao norte, a responsabilidade encontrava-se nas mãos dos Estados Unidos

“centro poderoso de todo o sistema defensivo do Ocidente” (COUTO E SILVA, *ibid.*, p.54), caberia ao Brasil a maior parcela de responsabilidade na defesa do Atlântico Sul. Nas palavras de Mattos (1960, p.23, 24):

Nossa posição continental, ocupando uma extensa parte do território sul-americano (...) com um saliente lançado sobre a imensa massa afro-euro-asiática, nos incorpora inelutavelmente à estratégia mundial, como donos que somos do espaço vital à realização de dois planos militares de capital importância para o Ocidente: _ o de manutenção da ponte estratégica do Atlântico, ligando a América à massa afro-euro-asiática, e vice-versa.

O “saliente” a que se refere o autor, configura um aspecto peculiar da geografia do Brasil, que projeta a região nordeste oceano à dentro, resultando na menor distância entre a América do Sul e o continente africano. Esse “afunilamento” se dá entre as cidades de Natal, no Rio Grande do Norte e Dakar, no Senegal. Esse aspecto geográfico, apesar de não ser o único, serviu como um importante reforço para o interesse brasileiro na região dentro das premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Nas palavras de Penha (1998, p. 179):

Ao atrelar o Brasil à Aliança Ocidental, os estrategistas militares procuravam enfatizar o papel brasileiro na defesa do Atlântico Sul e ainda lhe garantir peso suficiente para ser conduzido à categoria de grande potência no sistema internacional, com o aval dado pela relação “especial” que o país teria com os Estados Unidos.

Sob essa perspectiva, a África apresentava singular importância como “fronteira oriental” do Brasil, já que, na opinião de Mattos (*ibid.*, p.25), “a conquista do Novo Continente por uma potência européia ou asiática impõe, como preliminar, a ocupação de bases na vertente atlântica da África”.

Entretanto, não ficou apenas na questão da segurança estratégica a importância conferida pelo Brasil à África. No decorrer das várias gestões militares, a quebra da continuidade na condução da política externa foi a marca que caracterizou o período. Dessa

forma, no intervalo de uma década_ 1964-1974 _ os interesses brasileiros na região seguiram diferentes orientações todas, porém, sempre associadas ao projeto de construção da potência brasileira. Nessa perspectiva, a África passou a ser visualizada como um novo espaço de exercício da influência brasileira na região do Atlântico Sul. De acordo com Penha (*op. cit.* p. 178):

1. Num primeiro momento representando uma fronteira ideológica, vinculada às premissas de segurança ocidental coletiva: “O relacionamento com a África passou a ser visto mais como uma contribuição para deter o comunismo do que uma política de solidariedade terceiro-mundista”. Nesse sentido, a idéia que norteou a política africana no Governo Castello Branco, pautou-se no princípio de que o continente africano deveria ficar restrito a sua posição estratégica em termos de segurança ocidental coletiva no Atlântico Sul. Essa segurança seria reforçada com o estabelecimento de uma aliança política entre Brasil, Portugal e África do Sul, esta última visualizada como “um aliado preferencial e o mais estável para garantir segurança ocidental no Atlântico Sul” (*ibid.*, p.166). A segurança coletiva justificava, portanto, o apoio dado pelo Brasil à Portugal no que se refere as suas políticas coloniais na África. As aspirações de independência das colônias podiam ser associadas à difusão do comunismo. Por outro lado, a política pró-Portugal assentava-se na perspectiva de que o país poderia ser um importante instrumento para fortalecer a posição de liderança do Brasil na região do Atlântico Sul.

2. Nas duas gestões posteriores (Costa e Silva e Médici), “a África era percebida como fronteira estratégica, no sentido de servir de ponto de apoio para as ações brasileiras no âmbito do Atlântico Sul”. Marcada pelas percepções de que o conflito leste-oeste se deslocara para centro-periferia e de que convinha reforçar o poder e ampliar a ação no sul, a nova orientação brasileira com relação à África vai se caracterizar, então, pela viabilização do projeto nacional desenvolvimentista. Nessa perspectiva, esclarece Penha (*ibid.*, p.186) “a

busca por novos mercados conduziu a mudança do eixo da segurança coletiva para o exercício da influência brasileira, através de meios econômicos e soluções pacíficas, sem interferências externas e sem pactos de segurança coletiva”.

A política exterior para a África, apesar de seu caráter descontínuo, conduziu-se sempre no sentido de angariar maior prestígio diplomático para o país. Dessa forma, o restabelecimento e o estreitamento das relações brasileiras com países africanos não foram orientados unicamente por razões de segurança ou mercantilistas. Nem tão pouco por critérios exclusivamente políticos. Todos esses aspectos, importantes em maior ou menor escala, dependendo da conjuntura política internacional, estiveram sempre subordinados ao contexto da estratégia de inserção do país no sistema mundial. É o que nos sugere Lima (1980, p. 240):

A nova dimensão conferida aos vínculos com os países africanos se insere, pois, em um projeto diplomático de mais longo alcance. Tal projeto busca assegurar uma presença internacional própria, com vistas a aumentar a capacidade de influência do país em questões globais que possam afetá-lo direta ou indiretamente e, sobretudo, fazer face à situação de vulnerabilidade gerada pela crescente dependência de fatores externos.

Em síntese, o revigoreamento do interesse brasileiro pela África associa-se com o projeto de construção da potência brasileira e a ele se subordina, haja vista que o Brasil buscou sempre realçar a política africana como forma de garantir maior peso e prestígio internacional no Atlântico Sul.

CAPÍTULO 3:

GEOPOLÍTICA E POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MILITARES

Este capítulo procura destacar os Governos Castello Branco, Costa e Silva e Médici e suas mais evidentes iniciativas para construir as bases da política interna e externa brasileiras. Ele apresenta, de forma genérica, as expectativas e também as frustrações desses governantes frente às dificuldades apresentadas aos interesses do país pelo sistema internacional.

3.1 OS PRIMEIROS GOVERNOS MILITARES (1964-1974): Alinhamento X Autodeterminação no Sistema Ocidental de Alianças.

Estarão a seguir apresentados um resumo do perfil de Governo dos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Médici.

3.1.1 Governo Castello Branco

Ao instalar-se no Brasil, no ano de 1964, o Governo Castelo Branco estabeleceu um padrão de política externa que, em face de suas propostas, julgadas inadequadas para as aspirações nacionais, seria em pouco tempo abandonada.

De cunho subserviente aos interesses norte-americanos, as novas diretrizes tomadas pela chancelaria brasileira seguiram no sentido de alinhar-se incondicionalmente à política traçada pelos Estados Unidos para a América Latina, na perspectiva de angariar com essa atitude, um estreitamento das relações entre os dois países que permitisse um expressivo aporte de investimentos produtivos de maneira a tornar exequíveis os anseios nacionais de progresso e desenvolvimento.

Nesse panorama, o primeiro Governo militar buscou imprimir uma profunda revisão na política externa brasileira de talhe independente e terceiro-mundista que caracterizara as gestões de Jânio Quadros e João Goulart, tratando de assegurar novos padrões substitutivos para orientar as ações do Itamaraty.

Nessas condições, a política externa de Castello Branco (1964-1967), influenciada pelo contexto da Guerra Fria, foi implementada em conformidade com o bipolarismo e o desenvolvimento associado e dependente, em total sintonia com as formulações da Doutrina de Segurança Nacional (não fosse o próprio chefe da nação um importante quadro saído da ESG). A opção básica pelo Ocidente significava, de modo resolutivo, o alinhamento brasileiro com o bloco do oeste, em termos de relações prioritárias. Dessa forma, o conceito de bipolarismo “incorporou as categorias de ocidentalismo, de interdependência, da defesa coletiva, da aproximação com os Estados Unidos e da abertura econômica, de modo a se articularem pela ideologia anticomunista” (CERVO, 1992, p.333).

O limite estratégico da política de potência de Castello Branco era o estabelecimento de sub-hegemonias regionais, em razão do grande distanciamento, em termos de desenvolvimento, que caracterizava os membros da aliança pan-americana. Em outras palavras, o desenvolvimento mais vigoroso e intenso de México, Argentina e Brasil, credenciavam esses países a se constituírem em potências médias regionais, cabendo-lhes, portanto, o dever de assumir, em parcial substituição aos Estados Unidos, uma parcela maior

de responsabilidades pela manutenção da ordem continental, sempre, é claro, sob a hegemonia incontestável dos norte-americanos. Essas prerrogativas não escondiam as indisfarçáveis aspirações brasileiras (oficialmente negadas) de liderar, no concerto das Américas, o bloco latino-americano, escorado pela sua condição de mais pobre entre os ricos _ na visão orgulhosa dos militares; ou o mais rico entre os pobres _ na visão mais provável do Norte.

A integração latino-americana supunha, em tais condições, a limitação das soberanias em benefício da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas. Assim, o Governo Castello Branco rompeu com a tradicional posição brasileira favorável á autodeterminação dos povos, escudada nos princípios de não intervenção, por entender ser esta a única maneira de assegurar o direito de cada país viver soberanamente. A interdependência adquiriu, portanto, status superior ao da soberania, subordinando seu exercício aos imperativos de combate à subversão. Em troca dessas contribuições, os Estados Unidos se comprometiam a assumir novas responsabilidades no campo econômico e financeiro e no setor da ajuda técnico-científica, de forma a promover o desenvolvimento dos países aliados.

No âmbito da economia, as relações com os Estados Unidos foram consideradas prioritárias e retrataram as aspirações brasileiras de cruzar interesses econômicos e comerciais com a afinidade política e a segurança coletiva. Sob essa perspectiva, a política de Castello tratou de assegurar a abertura da economia ao capital estrangeiro, esmerando-se em criar um ambiente favorável para a expansão dos negócios norte-americanos através de vantagens proporcionadas pela nova política econômica brasileira. Assim, promulgou uma nova lei de remessa de lucros, revogando as restrições até então existentes ao movimento dos capitais internacionais.

A prioridade dada ao combate à inflação e o arrocho salarial que ocorreu em seu governo, foram medidas implementadas de uma forma que penalizaram, a um só tempo, empresários e trabalhadores. Essas medidas complementaram com maiores possibilidades de

ganhos a grande mobilidade que o capital externo já havia adquirido com a nova lei de remessa de lucros.

Todas essas medidas correspondiam à contribuição do Brasil para o fortalecimento do bloco ocidental, sob a hegemonia norte-americana e supunha recolher em contrapartida, dos Estados Unidos (CERVO, *ibid.* p.337):

Grande incremento nos fluxos de capitais e tecnologias de forma a viabilizar o desenvolvimento nacional, abertura de seu mercado a produtos brasileiros, inclusive industrializados, e ampliação da reserva de mercado latino-americano às filiais brasileiras das empresas estrangeiras.

Essa contextualização da política externa nos quadros do bipolarismo e do desenvolvimento associado ao capital transnacional contou com o apoio da Escola Superior de Guerra, particularmente as formulações geopolíticas de Golbery do Couto e Silva, que pregava o alinhamento com os Estados Unidos, a defesa da civilização cristã ocidental e o contexto da Guerra Fria.

No âmbito da América do Sul, o apoio dado aos golpes militares na região era uma medida coerente com o duplo compromisso de garantir o princípio de segurança hemisférica coletiva e, ao mesmo tempo, legitimar o papel dos militares como gestores capazes e os mais indicados para conduzir o desenvolvimento de seus respectivos países, invariavelmente *ameaçados* pelas ebulições internas, que se manifestavam na crescente proliferação de embates sociais e políticos de intensidade cada vez maiores no interior dessas fronteiras. Nesse ambiente acirrado de conflitos de classes da década de 60, as insatisfações, demandas e reivindicações proletárias foram interpretadas pelas forças conservadoras como um perigoso caldo de cultura e uma porta aberta às quais os defensores da ideologia comunista podiam estar recorrendo e até se apropriando, levando a visualizar nessas cada vez mais frequentes manifestações públicas, um grave fator de risco à paz social, a unidade continental e à segurança hemisférica.

O projeto de política externa de Castello Branco teve vida curta, pois não correspondeu aos interesses, necessidades e aspirações nacionais. A ação do Brasil no âmbito continental, apesar de subserviente, não obteve dos Estados Unidos a contrapartida esperada em termos de ajuda ao seu desenvolvimento. Novamente essa expectativa era só brasileira, uma vez que, para o Norte, o país representava uma necessidade estratégica muito limitada em termos de segurança coletiva no contexto bipolar, já que a área de defesa brasileira, a região do Atlântico Sul, era vista como uma fronteira muito distante por parte dos soviéticos, justificando assim a histórica negligência com que os Estados Unidos sempre trataram a questão da pobreza na América Latina. Dessa forma, o desenvolvimento brasileiro, latino-americano ou sulista não estava entre os objetivos da potência hegemônica ou do Ocidente, muito pelo contrário. O crescimento econômico dessa parte do continente lhes era prejudicial a menos que fosse induzido e controlado por suas empresas e banqueiros. É sob o impacto desse juízo que voltaria à pauta do Itamaraty, nas gestões posteriores, a questão colocada pela Política Externa Independente (PEI), acerca dos propósitos implícitos das políticas protecionistas aplicadas pelos países ricos à entrada em seus mercados dos produtos manufaturados oriundo dos países em desenvolvimento, sendo estas políticas interpretadas pelo Brasil como uma estratégia de congelamento do poder mundial nas mãos das grandes potências.

Essas contradições do período e o malogro do modelo bipolar induziram a novas correções de rumo, desta feita recuperando as tendências da política externa brasileira, atreladas ao nacionalismo, ante a perspectiva de poder utilizar a variável externa como instrumento apto a preencher os requisitos do desenvolvimento. Em vários aspectos, conforme poderemos verificar, aproximou-se a política externa do período (1967-70), daquela praticada durante o governo Jânio Quadros / João Goulart.

3.1.2 Governo Costa e Silva

Costa e Silva reformulou as diretrizes fundamentais da política externa procedendo a uma nova limpeza de posições. Assim, foram primeiro eliminados _ depois de um minucioso estudo da conjuntura internacional _ os principais conceitos que pautaram a orientação diplomática na gestão Castello Branco:

- **Bipolarismo:** porque o conflito leste-oeste se distendera e o entendimento entre as duas superpotências avançava cada vez mais; a rigidez do sistema de alianças enfraquecera, ao mesmo tempo em que a divisão norte-sul aprofundava-se;
- **Segurança coletiva:** porque não servia à superação da desigualdade em um mundo onde se acentuava, cada vez mais, o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza da maioria;
- **Interdependência militar, política e econômica:** porque as políticas do país deveriam guiar-se pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas;
- **Ocidentalismo:** porque tolhiam a ação externa e as vantagens do universalismo.

Na nova conjuntura, a doutrina de segurança nacional foi reformulada e os fatores que atuaram como determinantes para sua revisão foram as dificuldades encontradas pelo Brasil para atrair a seu território tecnologias avançadas, através da cooperação internacional. Também contribuiu para essa evolução a percepção de que, por trás dos sistemas de segurança, havia o interesse imperialista das grandes potências de manter congelados no mundo, tanto o poder, quanto a riqueza. A conscientização do desinteresse dos norte-americanos em relação à questão do subdesenvolvimento da América Latina e, de maneira particular, as frustradas expectativas provocadas em relação ao Brasil, ensejou no país, no segundo Governo militar, uma nova postura no que tange à política externa: o

desenvolvimento passou a ser concebido como responsabilidade unicamente nacional. O setor externo tornou-se estratégico em termos de comércio, tecnologia e capital, porém sempre subordinado aos interesses particulares do país. A política externa se guiava, de agora em diante, pelo exclusivo interesse nacional e a serviço do desenvolvimento. A isto, no Brasil, se convencionou chamar de *nacionalismo*.

Dando seqüência a essa nova orientação, o Governo Costa e Silva buscou empreender ações visando recuperar a iniciativa preponderantemente nacional na questão da defesa. Por isso, os esforços no sentido de dominar a tecnologia nuclear são retomados, resultando na não adesão, em 1968, ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. No plano regional, a segurança de cada país do continente sul-americano passou a ser responsabilidade exclusiva de suas Forças Armadas (MARTINS, 1977, p. 338).

A revisão do alinhamento automático aos americanos recuperava o exercício mais afirmativo dos princípios da soberania. Porém, para que essa atitude não se convertesse em um relativo isolamento internacional, havia a necessidade de atrelá-la a uma estratégia de alianças consistentes. A chamada “Diplomacia da Prosperidade” veio responder a essa necessidade. Tratava-se de uma valorização do conflito norte-sul, cujo resultado resvalou numa política de integração dos países em desenvolvimento, com vistas a promover a diminuição das diferenças e dos desequilíbrios econômicos e sociais entre ricos e pobres. Essa nova estratégia implicou, portanto, no deslocamento da linha preferencial aos Estados Unidos, em benefício do Terceiro Mundo, sustentando uma concepção “nacionalista” e “integracionista” no âmbito latino-americano (MARTINS, *ibid.*, p. 397).

Essa face agressivamente latino-americana, reafirmando freqüentemente a postura autonomista em relação à superpotência americana, resultou em situações de afastamento e até de tensão com os Estados Unidos, pois soou como ameaçadora ao *status quo* geopolítico da superpotência na região.

Em síntese, a partir de 1967 a ação externa brasileira, calcada no nacional desenvolvimentismo, destinou-se a suprir a sociedade e o Estado das condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento o mais autônomo possível. A esse processo subordinaram-se tanto as formas de condução da política externa quanto às decisões referentes a ela. Estas tornar-se-iam cada vez mais complexas e extensas devido ao crescimento econômico e a maior inserção do Brasil no sistema internacional.

3.1.3 Governo Médici

Sustentando esse objetivo, o Governo Médici irá inaugurar uma era de realismo fundada na compreensão de que o Brasil “podia e deveria se constituir numa individualidade histórica” (MARTINS, 1977 p. 407), que prescindia de alinhamentos por afinidades históricas, culturais ou éticas. O fundamento da política externa brasileira, em seu governo, passou a ser, explicitamente, o de promoção da potência nacional.

Assim, o Governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, mantendo o padrão descontínuo que caracterizou as gestões militares, vai operar importantes mudanças no plano das políticas aplicadas em relação ao governo de seu antecessor. Isto porque ao rejeitar para o Brasil o poder associado à potência hegemônica, Costa e Silva não conferiu ao poder nacional soberania plena, uma vez que o vinculou, em grande parte, ao poder emergente do Terceiro Mundo, através de alianças que esperava resultar num robustecimento do bloco, esperando com isso abrir caminho interno e externo para o equacionamento conjunto do problema do subdesenvolvimento.

O pragmatismo do Governo Médici, entretanto, rejeita essa linha de desenvolvimento da política externa desprezando energicamente a constituição do chamado “Bloco do Terceiro Mundo”. Para Médici, não passava de uma concepção ilusória a idéia de que pudesse ser conferido a este bloco qualquer papel positivo como força política autônoma no cenário internacional. Essa nova postura estava explícita nas palavras de seu Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, conforme nos mostra Carlos (1974, p. 28): “(...) Os ativistas do Terceiro Mundo tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem a história e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um Terceiro Mundo”.

A política de potência do Governo Médici iria referir-se, portanto ao “mundo desenvolvido” e não mais ao Ocidente ou ao Terceiro Mundo, como as de Castello Branco e Costa e Silva. A auto-afirmação enquanto potência de seu governo afastou do horizonte dos formuladores da política externa os princípios genéricos que haviam tangido seus antecessores no pós-64. Não mais a “defesa conjunta do Ocidente”, nem tão pouco a “integração latino-americana” orientaram as relações no período, mas sim a ascensão do país na hierarquia das potências.

Ainda que possa parecer arrogante a afirmativa acima, ela apenas expressa o realismo em que se pautou a política internacional do Governo Médici. O Brasil pretendia, efetivamente, desenvolver uma política de eficácia rumo a seus objetivos, tratando de recuperar o interesse central do Estado brasileiro ao colocar como condição para a construção da potência, o combate ao *congelamento mundial do poder*.

Diante disto, o novo enquadramento assumido pelo Brasil perante a idéia herdada da administração anterior não mais se consubstanciava na tentativa de revogar o “imperialismo”. Pelo contrário, passou a considerar como fato que a hegemonia das grandes potências e a dominação econômica que lhes são características, não eram distorções ocasionais do sistema,

mas constituíam-se num fenômeno intrinsecamente ligado ao próprio processo de desenvolvimento capitalista em escala mundial. Perante esta constatação, passou-se a considerar que não seria uma estratégia inteligente do Brasil e nem corresponderia a seus interesses imediatos lutar contra a “bi-segmentação norte-sul do mundo em termos de uma quixotesca aliança dos países subdesenvolvidos contra os desenvolvidos” (MARTINS, 1975, p. 79). “Quixotesca” porque, para Médici, toda a estratégia externa brasileira voltada à consecução de alianças entre países subdesenvolvidos para combater as diferenças entre o norte e o sul, defendida por seu antecessor, resulta em prejuízos para o país. Seja porque ela se volta contra uma condição cuja superação exige praticamente uma revolução de dimensões globais para ser revertida, seja porque o Brasil se associa para a realização dessa “missão impossível”, a Estados Nacionais cujas possibilidades de desenvolvimento e a posição na hierarquia das potências, eram de modo geral, muito mais reduzidas do que as suas. Em outras palavras, o Brasil propunha como seus problemas que eram, em maior profundidade, dos seus aliados.

Desse modo, o propósito de sua política externa ou internacional, como era denominada pela Itamaraty, se guiou no sentido de desenvolver uma linha autonomista que voltava-se contra a cristalização do *status quo* sem, no entanto, produzir alinhamentos que gerassem comunidades de estados-nação com o mesmo destino histórico.

Para que essa reviravolta se efetivasse, os estrategistas brasileiros realizaram profunda revisão crítica dos pressupostos da projeção externa do país nos Governos anteriores do ciclo militar. O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa, destacou o que passou a ser entendido como “as três falácias” ligadas à questão do desenvolvimento que dificultavam a plena expansão dos interesses do Estado brasileiro, aqui sintetizadas por Martins (1977, p.406-407):

1. A falácia do subdesenvolvimento auto-gênico, segundo a qual o subdesenvolvimento é fruto de um acidente histórico e do determinismo geográfico. O mundo não tem assim qualquer inter-relação com os países subdesenvolvidos, apenas coexistindo com os mesmos.

Mário Gibson desmonta essa falácia expondo os mecanismos de transferências de recursos da periferia para o centro do sistema capitalista como uma consequência da divisão internacional o trabalho.

2. A falácia paternalista, que propõe que o desenvolvimento pode ser atingido através de laços especiais que ligam certos países desenvolvidos a certos países em desenvolvimento.

A experiência brasileira, sobretudo após a gestão Castello Branco, desautorizava qualquer especulação ilusória a respeito dessa questão;

3. A falácia do desenvolvimento como um processo longo.

Entendida pelo ministro como uma mera transposição da experiência histórica dos países desenvolvidos.

Partindo daí, a determinação de aceleração do crescimento econômico dominou as estratégias de seu Governo. As posturas oficiais durante o Governo Médici, particularmente as da área econômica e diplomática colocavam o desenvolvimento nacional como uma meta e um requisito de construção da potência, cuja implementação seguiria um trajeto singular e específico do país, de forma que “o modo de organizar o Estado e moldar as instituições, para no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento” (I PND, 1971, p.14).

O discurso oficial difundia a visão de éramos um grande país com possibilidades concretas de nos tornarmos ainda maiores. A realização de uma política de potência

ambiciosa tornou-se, afinal, a diretriz prioritária do governo e a missão dos militares à frente do Estado. Ela estava presente nos adesivos da propaganda governamental, distribuídos nos pára-brisas dos automóveis, nos discursos, nas peças de planejamento e, sobretudo, na ação realista da nossa política exterior. “Ninguém segura esse país” era o lema maciçamente propagado no período. Da mesma forma o imperativo “Ame-o ou deixe-o” antecipava qual era o espaço destinado, na melhor das hipóteses, a quem se opusesse ao curso traçado pelos dirigentes militares.

A versão oficial do projeto de um Brasil grande potência foi apresentado em 1970 no programa intitulado “Metas e Bases Para a Ação do Governo”. Algumas diretrizes consagradas por aquele documento, segundo Martins (1975, p.83 e 84), são expostas a seguir:

A política interna e externa deveria ser formulada sem recurso a soluções extremadas, nem preconceito contra a colaboração procedente do exterior”; simultaneamente, entretanto, caberia aumentar “a capacidade de manobra que terá o Brasil para estabelecer (...) o volume, a forma e a oportunidade daquela colaboração” de modo a tornar exequível “o propósito de consolidar a autêntica soberania nacional, em relação à colaboração externa, no campo da cooperação econômica e técnica de transferência de tecnologia.

No capítulo sobre os objetivos nacionais, definiu como objetivo síntese o ingresso Brasil no mundo desenvolvido (*ibid*):

Até o final do século (...) construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência”. Isto pressupõe a “capacidade para a tomada de grandes decisões com o fim de selecionar os setores e os projetos de maior prioridade.

O documento estabelecia que o projeto nacional considerava três perspectivas: a de médio prazo (período Médici), a década (1970-80) e a de uma geração, que culminaria no ano 2000. Entre 1969 e 1973, previam-se incrementos da seguinte ordem: “PIB: 41%, investimento bruto, 58%, exportações, 46%”. Quanto ao crescimento econômico de longo prazo, o documento estipulava “um mínimo de 7% e o máximo de 10% ao ano”.

Acrescentando a isso, devia-se considerar a magnitude estática da massa territorial, sobre a qual, presumia-se, estaria assentada “uma população de cerca de 200 milhões de habitantes”.

Esse era o perfil da potência a ser construída segundo Médici, mediante a hábil manipulação das oportunidades oferecidas pelo sistema internacional. Essa singularidade do modelo apontava para uma linha de ação que não se confrontava nem rompia com as bases da ordem mundial estabelecida, mas sim aspirava exclusivamente alterar a posição relativa ocupada pelo Brasil. Assim, ao longo de 1970-73, a diplomacia assumiu, com relativo sucesso, posições que colocaram o Brasil em destaque na ordem internacional. Essas ações, contudo, resultaram em tensões com os Estados Unidos que já se verificavam desde a gestão anterior, exigindo redobrados esforços da diplomacia brasileira para não ver comprometidos seus fins.

De qualquer forma, essas tensões não foram tão significativas a ponto de provocar o abandono do posicionamento pró-ocidental e a confiança no papel positivo do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional continuavam a ser professados e defendidos com convicção.

Dando curso a nova linha diplomática, componente essencial de sua política de potência, o Governo Médici firma posições que resultariam efetivamente em avanços no campo internacional. A declaração do limite territorial marítimo de 200 milhas, um dos principais objetivos do Brasil para o Atlântico Sul, visualizando como área vital para a segurança econômica, correspondeu, por um lado, às “necessidades de expansão das exportações e a busca de novas fontes de petróleo para enfrentar a vulnerabilidade energética do país” (PENHA, 1998, p.188) e, por outro lado, a uma forte carga simbólica referente à afirmação da grandeza e da soberania nacional.

Para alguns analistas, o decreto brasileiro ilustra precisamente o tom independente e ativo da política externa de Médici (CERVO, 1992, p.189), (PENHA, *op. cit.* p. 189). Para

outros, a decisão situava-se fora das áreas explosivas em que as reações de auto-defesa de Washington são deflagradas automaticamente e, portanto, não se revestia de maior importância para o parceiro hegemônico norte-americano, justificando por quê, após algumas rodadas de negociações, este reconhece o direito brasileiro (MARTINS, 1977, p.86-87), (MIYAMOTO, 1985, p. 414).

Coerente com as diretrizes do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), a política internacional brasileira rejeita o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares proposto pelos Estados Unidos aos países latino-americanos porque aquele era visto como um elemento de manutenção seletiva do poder internacional. Finalmente, cabe ressaltar a posição brasileira de crítica às políticas de controle demográfico e combate à poluição que, por constituírem-se em condicionantes do desenvolvimento, seriam igualmente rejeitadas.

Se não conseguiu realocar o país no topo da hierarquia internacional, conforme postulavam as projeções excessivamente otimistas de Médici, a nova orientação no desenvolvimento da política de potência significou, pelo menos, um forte incremento no crescimento econômico no plano interno e uma relativa melhoria no seu posicionamento no cenário do poder mundial. O Brasil se consolida não só como liderança subcontinental, como se candidata à situação hegemônica no hemisfério sul, projetando sua política de poder em direção ao Atlântico Sul e a África. O período Médici, embora não tenha resultado na superação total da dependência, redefiniu esses termos, sobretudo porque o ritmo voraz da expansão da economia brasileira era mantido com base no ingresso maciço de capitais estrangeiros.

Contudo, esse empreendimento foi feito à custa de vários esgotamentos. A capacidade industrial instalada estava quase plenamente utilizada, privando a economia do fôlego necessário para um novo salto desenvolvimentista. A autonomia da elite militar dirigente

havia resultado numa fórmula de legitimação dependente de altas taxas de expansão econômica, insustentáveis após os anos do “milagre brasileiro”.

Médici deixa a seu sucessor um país privilegiado em termos de posição internacional e com uma economia expandida e complexa. Entretanto essa herança trás consigo o duplo desafio de lançar a economia num novo ciclo de expansão, o que não seria uma tarefa fácil _ dadas as condições de esgotamento em que se encontravam a infra-estrutura do país _ mas trazia também o desafio de dar prosseguimento à política de potência, de modo a conduzir e consolidar a inserção do país no concerto das grandes nações, incumbências aliás, que iriam exigir de Geisel uma postura ainda mais realista e objetiva em busca dos caminhos para cumpri-las.

CAPÍTULO 4:

GOVERNO GEISEL: AUTONOMIA X LIMITES

DA POLÍTICA DE POTÊNCIA

A proposta de fazer uma rápida *passagem* pelos governos anteriores à administração Geisel tinha como intuito trazer à luz não somente a idéia-força de construção da potência brasileira que embasou, antes ou depois de sua gestão, as decisões políticas dos generais que ocuparam o Planalto. Era também demonstrar que o esforço de construção das estratégias de promoção dos interesses externos do Estado brasileiro assumiu um caráter descontínuo como recurso para testar novos caminhos e conseguir, senão remover, ao menos desviar os grandes obstáculos colocados pelo sistema internacional para um país dotado de poucos instrumentos de poder, como era o caso do Brasil. As expectativas frustradas pelas dificuldades apresentadas às aspirações de desenvolvimento do país foram erodindo pouco a pouco os posicionamentos mais apaixonados e ideológicos daqueles governantes e injetando doses maiores de realismo na relação do Brasil com o mundo industrializado. E essa nova postura, conforme teremos a oportunidade de constatar, conheceu seu momento de maior dramaticidade durante o período conduzido pelo general Ernesto Geisel.

4.1 QUADRO GERAL DOS DESAFIOS, DIFICULDADES E COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Ao assumir o poder em 1974, o general Ernesto Geisel viria a se deparar com uma conjuntura internacional bastante diversa daquela herdada por seu antecessor. O panorama político e econômico mundial inscrevia-se num cenário complexo, cuja dinâmica exigia do país soluções ao mesmo tempo criativas e inovadoras para não comprometer a continuidade do projeto de grandeza nacional. Assim, o horizonte que se desenhava externamente apresentava uma paisagem bastante árida e desafiadora para o posicionamento de um país como o Brasil: dependente de um insumo indispensável _ o petróleo _ tornado crescentemente escasso e caro devido a contingências políticas eclodidas com o conflito no Oriente Médio; situado na esfera de influência imediata da superpotência americana _ o que limitava significativamente sua liberdade operacional em termos de contatos e comércio internacionais_ país alçado à condição de potência emergente num mundo iminentemente multipolarizado, em face não só da distensão provocada pela nova realidade nuclear em que potências nucleares de médio alcance como Inglaterra, França, China e Índia surgiram, tornando relativo o poder até então concentrados nas mãos dos Estados Unidos e da União Soviética, mas também da nova realidade econômica em que Japão e Europa Ocidental (liderada pela Alemanha) despontavam como grandes potências. Tudo isso emoldurado por uma realidade particular bastante dura: sua condição de país economicamente dependente e necessitado de recursos externos para dar continuidade a seus propósitos desenvolvimentistas, num quadro em que se desenhava uma crise monetária de dimensões mundiais.

No plano interno a situação também era preocupante. Além dos claros sinais de esgotamento da infra-estrutura a demandar novos investimentos, condição para a manutenção

das altas taxas de crescimento experimentadas desde 1970 pelo país, a crise do petróleo, iniciada em 1973, expunha a vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento nacional “associado & dependente” a seu ponto máximo. O país, fortemente dependente da importação da matéria-prima _ 80% de suas necessidades eram supridas por fontes externas _ via reverter-se as boas condições dos termos de intercâmbio legadas por Médici. A capacidade brasileira de importação de outros gêneros e necessidades ficara comprometida pela drenagem da maior parte de seus recursos se orientando para garantir o abastecimento interno de petróleo, cujo preço quadruplicara no mercado internacional, acarretando um brutal aumento nos gastos do país com a compra do insumo. A dependência da matéria-prima, fundamental para assegurar as metas de crescimento econômico, a necessidade de dinheiro para garantir o provimento doméstico satisfatório e o próprio sentido de missão, simbolizado na decisão de vencer os obstáculos que se apresentavam ao desenvolvimento, intensificaram a procura do Brasil por capitais externos num momento da conjuntura mundial em que a oferta de créditos financeiros sofria recuo, tornando-se cada vez mais escassa (COELHO, 1999, p. 29). Operava-se, portanto, uma mudança radical na tranqüila situação do país em relação ao momento anterior, quando Médici tinha a seu dispor acesso farto e barato aos recursos financeiros internacionais.

Essa situação ocorria em decorrência do aumento exponencial nos preços do barril de petróleo que repercutiu em grave crise econômica nos países capitalistas centrais, sobretudo da Europa Ocidental, e Japão, recém-recuperados do pós-guerra e em posição de competição acirrada (e em alguns setores, de superação) com os Estados Unidos em termos de produção industrial e ocupação de mercados _ não somente internacional, como igualmente, o mercado doméstico norte-americano _ antes tranqüilamente dominado por suas empresas transnacionais. A crise, segundo análise essencial elaborada por David Harvey acerca do comportamento *imperialista* norte-americano, fora gestada pelas contradições do modelo de

acumulação capitalista desenvolvido em casa pela potência líder, cuja economia, em processo de corrosão na década de 60, mostrava-se incapaz de absorver os excedentes de capitais, inaugurando um indesejável período de estagnação. Os fantasmas que assombravam a economia americana eram numerosos e não paravam de atormentar Washington: perda de competitividade industrial, sucessivos *déficits* orçamentários _ em razão dos elevados gastos com a corrida armamentista e com a guerra do Vietnã _ desequilíbrios na balança comercial, inflação. Desenhada com traços fortes na década anterior, a crise explodiu violentamente na década de 70, ante os desdobramentos do conflito árabe-israelense. A socialização de seus efeitos por sobre as economias centrais teria resultado das manobras e estratégias do *império* para salvar-se a si mesmo do colapso iminente e da própria incompetência em competir, jogando aos leões seus aliados capitalistas para assim recuperar a hegemonia na produção e na economia, colocadas em cheque pelo advento dessas novas potências. Afirma Harvey (2004, p. 58):

O conluio (hoje documentado) entre as administrações Nixon e os sauditas e iranianos para elevar loucamente em 1973 os preços do petróleo prejudicou muito mais as economias européias e japonesa do que os Estados Unidos (que na época não dependiam muito das reservas do Oriente Médio). Os bancos norte-americanos (em vez do FMI, que era o agente preferido das outras potências capitalistas) obtiveram o privilégio monopolista de reciclar petrodólares na economia mundial, trazendo de volta para casa o mercado do eurodólar. Nova York tornou-se o centro financeiro da economia global, o que, associado à desregulação interna dos mercados financeiros, permitiu que a cidade se recuperasse de sua crise e florescesse até o ponto da incrível opulência e do consumo ostensivo da década de 90.

A crise espalhou-se, provocando profunda recessão e aceleração da escalada inflacionária, em diferentes graduações nos países industrializados, que adotaram como saída para o impasse medidas agressivas de auto-proteção, entre as quais: a reorientação dos seus investimentos para os mercados seguros dos países centrais _ sobretudo o norte-americano, que por sua vez, para atraí-los, elevaram internamente as taxas de juros; a criação de novas medidas restritivas à entrada dos manufaturados oriundos dos países emergentes como forma de proteger seus próprios mercados; e a manutenção de preços baixos para as *comoditties*,

principal item da pauta de exportação dos países em desenvolvimento no mercado internacional.

Visto isto, não parece necessário nenhum esforço de reflexão para inferir que as conseqüências da crise abateram-se de maneira implacavelmente desigual sobre realidades também desiguais. Em outras palavras, se a crise energética dos anos 70 foi diagnosticada como severa para as democracias industriais, haja vista que se desdobrou em um colapso econômico de âmbito mundial, expondo as fragilidades do sistema capitalista; também é verdade que tais crises afetaram de forma ainda mais contundente os países em desenvolvimento _ sobretudo aqueles dependentes do petróleo _ uma vez que este grupo além de afetado diretamente pela deficiência no provimento do insumo, seria, juntamente com os outros parceiros da periferia do capitalismo, o destinatário a quem os países avançados enviariam a conta da decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), contribuindo para agravar, ainda mais, a penosa situação de suas balanças comerciais e de suas economias como um todo. É o que, magistralmente, nos é sintetizado por Camargo e Ocampo (s/d., p.40):

A resposta desses países, transformando a modalidade de seu comércio e passando adiante, de forma bastante rápida, o peso do déficit através de excedentes de exportação, tornou a carga dos países em desenvolvimento e não produtores de petróleo extremamente pesada. No Brasil, outros fatores de ordem econômica interna, como um tipo de modelo de industrialização com alto nível de recursos inexistentes no país, agravaram ainda mais as pressões sobre a disponibilidade de divisas.

Portanto, esse era o contexto geral dos desafios e dificuldades que Geisel teria pela frente em 1974. A resolução dessa difícil equação condicionava a sustentação da trajetória de construção da potência brasileira e, nessa perspectiva, demandava respostas ao mesmo tempo urgentes e corajosas de seu governo. Duas decisões políticas tomadas _ uma de cunho econômico e outra de natureza diplomática _ se enquadravam nestes qualificativos: a decisão de dar continuidade à política de crescimento acelerado, aproveitando os vultosos fundos

originados pela reciclagem feita pelos bancos internacionais dos dólares da OPEP, os chamados petrodólares, mesmo à custa de um considerável aumento da dívida externa; e aquela que redefiniu e determinou uma postura mais “independentista” do Itamaraty na condução da política exterior, mirando novos espaços na cena internacional. Para Geisel, embora o Governo devesse pautar-se por um comportamento consciente e realista perante a natureza e a magnitude dos problemas dos quais dispunha o país, de sorte que não perdesse de vista as reais dificuldades que teria para equacioná-los, a condição de potência emergente autorizava e exigia do Brasil posturas mais arrojadas em busca do melhor caminho para enfrentá-los, em defesa unicamente dos interesses nacionais, conforme ressalta ainda os autores acima citados (*op.cit.*, p.41):

As questões internacionais que incidiam sobre a economia eram, portanto, financeiras, comerciais, energéticas e tecnológicas, vistas cada vez mais pelas autoridades negociadoras como questões políticas. Nessa medida, coube ao Itamaraty, pelo menos simbolicamente, formular as grandes linhas de política externa desse momento, linhas que implicavam confronto com antigos aliados _ especialmente Estados Unidos e Portugal _ reaproximação com outros _ Argentina e países da Europa Ocidental _ e a criação de novos _ países africanos recentemente independentes e países árabes.

As mudanças anunciadas com a gestão Geisel se estendiam desde o estilo pessoal de governar até a correção de rumos introduzida nas ações da política externa, onde as formulações propostas pela Escola Superior de Guerra pouca influência exerceram, apesar da presença do general Golbery do Couto e Silva no Governo como Ministro da Casa Civil, e de ser o próprio Presidente oriundo da Escola, alcunhada por seus estagiários de “*Sorbonne Brasileira*” (GASPARI, 2002).

O novo estilo de gestão transparecia não somente na aparência austera e no modo peculiar de centralizar todas as decisões de Governo na Presidência, em imediata contraposição ao formato Médici, onde o poder era pulverizado entre vários órgãos militares e administrativos, com razoável autonomia decisória; mas estendia-se à postura discreta e

realista com que o Presidente encarava os avanços e as dificuldades inerentes a um país do porte do Brasil. Assim, para Geisel, o projeto de grande potência, nos limites que o país realmente podia almejar, em consonância com as condições que efetivamente se apresentavam no momento, era de uma potência média, de alcance imediatamente regional, e medianamente hemisférica – numa crítica explícita ao estilo ‘grandiloquente’ de seu antecessor. Daí, uma das primeiras medidas tomadas por seu Governo foi a desativação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), o poderoso órgão de comunicação social, criado ao final da administração Costa e Silva, que tão bem serviu à divulgação dos feitos da administração militar que o sucedeu (MATOS, 1989). O discurso apologético característico da gestão Médici foi substituído, com Geisel, por uma locução mais realista, em que tornava públicos diagnósticos igualmente realistas dos problemas e das condições efetivas do país para enfrentá-los (SKIDMORE, 1988).

No que refere à nova conduta da diplomacia brasileira, o realismo ainda mais incisivo do chamado “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” indicava a disposição do novo Governo em realizar uma limpeza de posições onde antigas concepções passaram a ser encaradas como obstáculos a mais a se somarem aos já tradicionalmente conhecidos, produzindo, de modo artificial, novas dificuldades aos desígnios de desenvolvimento do país.

O fundamento desse novo modelo de conduta estava na convicção de que a questão do subdesenvolvimento não estava no centro das preocupações das grandes potências, a não ser nos planos da retórica política e do discurso ideológico, e o que de fato se evidenciava eram os interesses estratégicos de tais potências em demarcar e garantir, primordialmente, áreas de hegemonia que assegurassem para si o acesso às matérias-primas e aos mercados dos países periféricos. Por essa lógica, o que interessava ao mundo rico era a manutenção do *status quo* e o congelamento do poder mundial e, portanto, o subdesenvolvimento lhes era conveniente.

Assim, romper as amarras do atraso exigia, além da disposição viril, uma visão abrangente e verdadeira das condições e possibilidades do país de modo a conferir viabilidade a seus projetos. Sob esse prisma, a decisão de dar continuidade ao desenvolvimento nacional acelerado demandava atitudes que eram a um só tempo autônoma _ no sentido de que deveriam guiar-se estritamente em consonância com os interesses na nação, em qualquer lugar onde estes estivessem _ e responsável _ haja vista que o desafio do desenvolvimento passou a ser encarado como uma incumbência de conta e risco próprios ao país, e por essa mesma razão, deveria este delimitar, de forma independente e ativa, as linhas de ação que melhor lhe conviesse para alcançá-los. Nessas circunstâncias, não poderia haver espaço para ideologismos ou “relações preferenciais” que limitassem o espaço de manobra do país, prejudicando seus interesses, sobretudo no que tange aqueles objetivos circunscritos a três frentes preferenciais de batalha: os interesses do comércio exterior, a garantia do suprimento de matéria-prima e produtos essenciais, e o acesso à tecnologia mais atualizada. Partindo dessa lógica, o ecumenismo, era, portanto, um caminho necessário. Para otimizar a viabilização das novas metas, antigas posturas necessitavam ser corrigidas, conforme ressaltam Camargo e Ocampo (*op.cit.*, p.41):

(...) era necessário criar áreas de sensibilidade na África, no Oriente Médio e na própria América Latina, focos de tradicional resistência à penetração brasileira. Era necessários fazer esquecer as teses de hegemonia continental e de neutralismo na questão colonial africana e reabilitar outras concepções perigosas nos últimos anos.

Tais propósitos estabelecidos foram concebidos como primordiais para cobrir os setores identificados como os mais sensíveis, em termos de respostas positivas, ao crescimento nacional. Dessa maneira, Geisel elegerá o universalismo como prioridade da política exterior, visando ampliar o leque de alianças e parcerias internacionais que permitissem o acesso a produtos e tecnologias alienígenas importantes para atender aos objetivos nacionais de progresso, bem como abrir novos mercados para os produtos

brasileiros, de modo não só a aumentar as possibilidades de comércio que reforçassem as divisas e o provimento de petróleo do país, mas, sobretudo, fazer frente, segundo acreditava, ao processo vigente de “congelamento das estruturas internacionais do poder econômico” (CERVO, 1992, p. 369), aqui representado pelas ações nefastas da política de comércio exterior norte-americana, no sentido de erguer barreiras protecionistas contra os produtos manufaturados brasileiros, impedindo relações justas no comércio bilateral entre os dois países _ causando déficits progressivos e perigosos na balança comercial brasileira, já devidamente afetada pela dependência do petróleo.

4.1.1 Brasil x Estados Unidos: uma relação conflituosa nos planos comercial e diplomático

A deterioração das trocas comerciais em favor da potência hegemônica ocorreu a partir do Governo Costa e Silva e resultou das medidas restritivas de acesso ao mercado norte-americano, crescentemente aprovadas pelo Congresso estadunidense (VIGEVANI, 2003, p. 13). Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o país pressionava as nações emergentes por maior abertura de seus mercados e militava junto aos organismos multilaterais _ GATT, FMI, BIRD, OEA² _ em favor da liberalização do comércio mundial, contraditoriamente colocava dificuldades para impedir que produtos competitivos oriundos de mercados como o brasileiro, ocupassem espaços significativos em seu território. Dados compilados de Camargo e Ocampo (*ibid.*, p. 108-109) ilustram essas condições e nos

² GATT é General Agreement on Tariff and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio); FMI é Fundo Monetário Internacional; BIRD é Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e OEA é Organização dos Estados Americanos.

permitem acompanhar o processo de redução acentuada das trocas comerciais entre os dois países:

No que diz respeito especificamente às relações comerciais Brasil-Estados Unidos, elas tenderam a sofrer um processo de erosão que, começando por volta de 1968, se acentuou cada vez mais. Se nesta data o mercado norte-americano representava para o Brasil 33,3% do total de suas exportações, em 1973 passava a representar 18,1%, chegando, em 1980, a 17,4%. Quanto às importações brasileiras do mercado norte-americano, também o processo foi similar. Em 1968, 33% provinham dos Estados Unidos e em 1973 passaram para 29,2%, atingindo 17,9% no fim do governo Geisel.

Não só sob esse aspecto como em alguns outros, sobre os quais trataremos adiante, os pontos de atrito entre estes dois atores da cena internacional, com interesses diversos e, no mais das vezes, conflitantes, tenderiam a se acirrar. Ainda no campo dos negócios, os conflitos ganharam progressão com a reforma da Lei do Comércio, promulgada pelo Congresso norte-americano em 1974, como medida extrema de proteção a seus interesses industriais, em resposta à conjuntura de crise recessiva descortinada com o choque do petróleo. A reforma concebeu aos Estados Unidos a prerrogativa de aplicar direitos compensatórios e proteção tarifária, por meio do estabelecimento de cotas de importação sobre produtos que, em função de preços mais competitivos de mercado, provocassem perdas ao seu setor industrial doméstico correspondente, causando graves prejuízos às exportações dos países terceiro-mundistas, notadamente os emergentes como o Brasil, que tinha naquele país o principal mercado isolado para seus produtos exportáveis.

A blindagem da economia era uma tentativa americana de reverter o enorme déficit da sua balança mundial de comércio, mas também um instrumento de controle que afetava diretamente todas as economias periféricas, já que a nova Lei continha um dispositivo institucional que concedia ao Presidente da República o direito de conceder preferências tarifárias aos países em desenvolvimento, escolhidos segundo critérios próprios. A questão que se colocava era que tal dispositivo sobrepuja-se ao Sistema Geral de Preferências, uma

norma institucional antiga do GATT, que estabelecia o direito dos países em desenvolvimento a um tratamento preferencial no comércio, isentando de tarifas de importação determinados produtos oriundos daqueles mercados. Nesse sentido, o dispositivo buscava um caminho *legal* para estabelecer medidas coercitivas e discriminatórias a que as nações teriam de se submeter para alcançar o benefício, incluindo aí, segundo Camargo e Ocampo (*ibid.*, pág.112) “medidas retaliatórias contra os países em desenvolvimento que participassem de acordos de exportadores de matérias-primas, como era o caso dos países da OPEP” , representados no continente por Venezuela e Equador.

No caso específico do Brasil, a nova Lei do Comércio norte-americana colidia com a política nacional de estímulo às exportações feita através de aplicação de subsídios, reconhecidos como indispensáveis para compensar os problemas estruturais que obstavam o comércio exterior, agregando, graças àquela prática, grande competitividade aos produtos brasileiros no mercado estadunidense. Este tipo de medida adotada por alguns países em desenvolvimento para proteger suas indústrias nascentes da concorrência predatória das economias avançadas estava coberta pela regra do Tratamento Especial e Diferenciado do GATT (parte V), um reconhecimento por parte daquele organismo das dificuldades de implantação, desenvolvimento e inserção competitiva da indústria na periferia do capitalismo, sem o recurso à concessão de incentivos. Na análise de Vigevani (1993, p.10):

Mesmo sendo levados a aderirem mais intensamente às regras internacionais de comércio com sua inclusão no GATT, nos anos 1960 e 1970 muitos desses países buscavam implantar projetos de desenvolvimento baseados na intervenção do Estado na economia e na ampliação de seus parques produtivos nos moldes do modelo fordista. Com diferentes ritmos e, sobretudo, com políticas de desenvolvimento, de adequação competitiva e de comércio exterior distintas, eles buscavam substituir importações protegendo seus mercados com elevadas tarifas alfandegárias e, em certos casos, com rígidos controles sobre o mercado de capitais. Em alguns países, os instrumentos públicos não eram as tarifas ou o controle de capitais, mas outros instrumentos públicos que foram inicialmente permitidos pelo GATT durante um período transitório visando à adequação desses países. Entre esses instrumentos, um bastante importante foi o princípio da *infant industry* (indústria nascente).

Vale trazer para o debate, conforme salienta o interessante trabalho do autor acima, que parte significativa das normas que regeram o GATT, e hoje regem a OMC (Organização Mundial do Comércio que o substituiu), tiveram grande influência dos Estados Unidos. Em muitos casos, indubitavelmente, significou nada menos do que uma completa assimilação das regras da política de comércio exterior evoluída em seu território no decorrer do século passado, quando o debate entre protecionismo x livre mercado se institucionalizou e se desenvolveu concomitante à construção e consolidação de sua condição e imagem de potência. Desse modo, regras de proteção de mercado (direitos alfandegários, cotas de importação, legislação *antidumping*, etc), as mesmas que o país _ hoje possuidor de empresas sólidas e robustas econômica e estrategicamente _ utilizou largamente, e atualmente condena, tiveram seu nascedouro, desenvolvimento e maturação nos Estados Unidos. Vigevani defende que, no curso do século XX, a política de comércio exterior concebida no Congresso norte-americano, inclinou-se ao protecionismo em atenção às pressões de grupos empresariais de interesses corporativos. A opção pelo livre comércio, que aponta para uma situação de mudança estratégica perante antigas convicções e posicionamentos, teria sido adotada apenas no pós-segunda guerra, quando suas indústrias alcançaram um nível de maturidade tal que passaram a refletir a crescente capacidade competitiva do país, resultante tanto de seu enorme poder econômico como de seu poder estratégico, igualmente ascendente. Em poucas palavras, resume o autor, a opção pelo livre comércio só se definiu quando “a economia, a moeda e o poder político e estratégico apontaram ser este o caminho que levaria à constituição da hegemonia” (VIGEVANI,1993, p. 4).

Já David Harvey optou por jogar seus holofotes sobre a crise de acumulação capitalista do final da década de 60, e analisou as soluções buscadas pelo *império* para respondê-la. Considera o autor que diante do esgotamento da capacidade do grande capital norte-americano de cumprir a natureza que o fundamenta e reproduzir-se de maneira

ampliada, realizando-se basicamente no próprio mercado doméstico, escolheria Washington voltar sua atenção para fora de suas fronteiras e jogar todo o seu peso, influência e poder político e econômico para reverter, a seu favor, antigas regras de comércio que na nova conjuntura não interessava mais ao país manter ou apoiar. Segundo este autor, “a dependência do comércio externo norte-americano estava em ascensão e a necessidade de instaurar e proteger relações comerciais assimétricas veio para o primeiro plano como objetivo principal do poder político” (HARVEY, *ibid.*, p.60).

Voltando ainda à análise dos conflitos bilaterais entre a potência do norte e a aspirante do sul, coerente com sua histórica postura de defesa intransigente dos seus interesses estratégicos e comerciais, os Estados Unidos passaram a considerar que os subsídios brasileiros, por tratarem-se de um recurso artificial de fomento às exportações, produziam desvantagens à concorrência e distorções no comércio internacional provocando uma situação que justificava a imposição de direitos compensatórios que os neutralizassem, independentemente de sua condição de país membro da comunidade de nações inscritas no mundo em desenvolvimento.

Nesse quadro, aliás, o governo americano expressava uma dificuldade cada vez maior em identificar as tintas verde e amarela, diante dos inegáveis avanços econômicos conquistados nos últimos anos pelo Brasil, do aumento de suas exportações e da melhoria do nível de competitividade de suas empresas, condicionantes que o credenciavam a ser classificado numa categoria acima em termos de economia, ou seja, num nível intermediário de desenvolvimento que não mais justificava a manutenção de benefícios de mercado, como aqueles cobertos e disponibilizados para os países subdesenvolvidos pelo SGP (Sistema Geral Preferência) norte-americano. Forçava Washington, com essa decisão, o caminho para um tratamento mais equitativo nas relações comerciais bilaterais, através da imposição de princípios mais rígidos e restritivos que obstavam, sobremaneira, as possibilidades de

entendimento e negociação entre ambos, pois anunciavam riscos aos interesses estratégicos e comerciais de um Brasil que se definia pela objetividade, mas também pela certeza de estar trilhando um caminho autoral, apressado e sem volta, rumo ao crescimento e a projeção econômica. Nas palavras de Camargo e Ocampo (*ibid.*, p.113):

Do lado dos Estados Unidos, além das práticas de direitos compensatórios e da proteção tarifária, dois princípios, o da graduação e o da reciprocidade, criavam conflitos dificilmente solucionáveis nas relações comerciais entre os dois países. O da graduação atingia diretamente países como o Brasil que, considerados como de maior grau relativo de desenvolvimento, estariam isentos dos benefícios de um tratamento preferencial a que tinham direito como países em desenvolvimento. Essa graduação aplicada ao Brasil fez com que determinados produtos fossem excluídos do tratamento de isenção de impostos vigentes nos termos do programa geral de preferência (SGP norte-americano).

Quanto ao de reciprocidade, que significava que os parceiros comerciais deviam fazer concessões equivalentes nas negociações multilaterais sobre liberalização do comércio, entrando todos os produtos em conjunto, não era normalmente exigida dos países em desenvolvimento. Estes haviam obtido, nas negociações multilaterais sobre comércio, concessões tarifárias não recíprocas, na base da cláusula da nação mais favorecida. Contudo, nos últimos anos, os Estados Unidos vinham exigindo a liberalização do comércio, fazendo ameaças de retaliação contra países que concediam acesso desigual a seu mercado. Países como o Brasil, classificados como de industrialização recente, foram, assim, os alvos preferidos para a aplicação de pressões no sentido da reciprocidade, na medida em que eram países que protegiam fortemente sua indústria e que exigiam índices de nacionalização na sua produção e no desempenho de suas exportações.

Visto sob este ângulo, as reações de confronto partindo da superpotência americana só se justificavam, perante o Governo brasileiro, se interpretadas sob um enfoque de afirmação de hegemonia, em que a atitude de frear a velocidade do desenvolvimento e da internacionalização da economia brasileira trazia em seu âmago o interesse em garantir o *status quo* no continente, ameaçado pela ascensão cada vez maior do Brasil no cenário internacional.

Tamanha dificuldade no relacionamento bilateral levaria o Itamaraty a elevar o tom de seus discursos nos Fóruns dos Organismos Multilaterais, dentro e fora da ONU, como o GATT (rodada de Tóquio: 1973-79), a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento), e a OEA (Organização dos Estados Americanos), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) onde insistia na tese de que

as economias avançadas no norte manobravam para manter um vínculo de dominação permanente em relação às nações pobres do sul.

Em discurso agressivo na 8ª Assembléia Geral da OEA, ocorrida em Washington em 22 de junho de 1978, o Chanceler Azeredo da Silveira rejeitando generalidades, personificou a denúncia ao dizer que “o principal parceiro econômico da América Latina e do Brasil utilizava os órgãos internacionais, como o GATT, para promover suas exportações e a Lei do Comércio, de 1974, para limitar suas importações” (BRASIL, 1978, p.44).

Buscando assumir uma condição de porta voz do mundo em desenvolvimento, mas focando, sobretudo, seu próprio interesse, militava o Brasil incansavelmente junto aos organismos multilaterais pela aplicação do princípio de tratamento diferenciado e incondicionalmente favorável aos países do Terceiro Mundo que cobrisse todos os aspectos de comércio internacional desses países, defendendo que as dificuldades de seus balanços de pagamento eram de caráter estrutural.

O discurso sustentado pela chancelaria brasileira insistia na tese de que fortalecer e consolidar o Sistema Geral de Preferências era a única forma de possibilitar o término das distorções que afetavam o desenvolvimento econômico e social dos países pobres. Essa insistência manifestada nos diversos fóruns era entendida como crucial para um país na situação em que se encontrava o Brasil, altamente dependente da exportação de seus produtos e enfrentando enormes dificuldades para ampliar e consolidar mercados em razão das medidas restritivas vigorantes não só nos Estados Unidos, mas, de modo geral, em todas as economias avançadas; dono de uma dívida externa elevada e em ascensão, cuja adimplência condicionava o acesso a novos créditos, e esta dependia, em larga medida, das divisas geradas pelo comércio exterior e, tendo por fim, no centro de suas preocupações imediatas, a saída para os problemas que a escassez de energia prenunciava provocar a seus anseios de progresso.

Portanto, em face do exposto, não restava, na ótica pragmática de Geisel, alternativas ao país para não ver interrompidas suas metas de desenvolvimento senão a diversificação dos contatos políticos, financeiros e comerciais internacionais que permitissem equacionar o impacto de todas as crises anunciadas: a energética, a econômica mundial, bem como atenuar o choque das medidas comerciais restritivas dos Estados Unidos sobre os manufaturados nacionais.

Nesse contexto, vale reproduzir aqui um trecho da obra de Camargo e Ocampo (*op. cit.*, p. 42) onde mais uma vez podemos visualizar quais eram as expectativas de Geisel ao procurar imprimir uma limpeza de posições na conduta da política externa e redirecionar objetivamente suas estratégias político-econômicas:

(...) com a abertura na direção das duas regiões _ África negra e países árabes _ e mais, com o reconhecimento da República Popular da China _ vasto mercado potencial _ e com a aproximação com a Europa Ocidental e o Japão, sobretudo através do acordo nuclear com a Alemanha Federal, o Brasil esperava cobrir grande parte de suas necessidades externas de capital, tecnologia, mercados e suprimentos estratégicos.

Diante dessa conjuntura, a firmeza de decisão do Governo Geisel em defesa dos interesses econômicos, políticos, e estratégicos do país, redundará em um conjunto de medidas que afetarão seriamente as relações do país com os Estados Unidos em face de seu caráter 'independentista'. Essas medidas podem assim ser sintetizadas:

1. Política externa autônoma gerando atritos que diziam respeito não só ao comércio bilateral, mas estendiam-se também aos foros internacionais.
2. Universalismo no comércio internacional em busca de novos mercados na Europa, África e Ásia.
3. Aproximação comercial com regimes de esquerda na África; voto de abstenção na consulta aos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) com

relação à aceitação de Cuba na organização; reabilitação de relações comerciais com a União Soviética e restabelecimento de relações com a China comunista.

4. Condenação da política territorial de Israel no Oriente Médio e aproximação com os países árabes produtores de petróleo, decisão que significava uma ruptura com a política norte-americana de apoio israelense.
5. Não assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares na América Latina proposto pelos Estados Unidos; revisão da política atômica nacional e assinatura de acordo nuclear com a Alemanha: implicavam em confronto em função da perda do controle absoluto norte-americano sobre as opções nucleares do Brasil.

As medidas de política externa do quarto Governo militar do Brasil rompiam, portanto, definitivamente com o quadro comportamental ao qual se acostumara os Estados Unidos em relação a seu parceiro do sul, em que a atitude subordinada de cerrar fileiras automaticamente nas questões de âmbito internacional vinha sendo, desde o Governo Costa e Silva, progressivamente revisadas.

4.1.2. O Universalismo como Estratégia: África, Oriente Médio, Europa Ocidental e América do Sul

O caráter pragmático assumido pela nova conduta do Itamaraty se consubstanciava no princípio de que não poderia haver nem recusas a priori, nem solidariedades definitivas que interrompessem ou dificultassem o caminho do desenvolvimento nacional visto que o que estava em jogo era a firme decisão de somar esforços para projetar o país aceleradamente rumo ao clube dos grandes.

Nesse sentido, a abertura comercial e diplomática para a África Negra, fazendo coro com as nações que lutavam pela independência, bem como condenando a política de segregação racial na África do Sul, significou um rompimento com posturas tradicionais, que reuniam atitudes tanto de apoio à política colonialista de Portugal, quanto à omissão em relação ao *Apartheid*. Sobre esse último, o Brasil apesar de assumir na ONU, desde Médici, uma posição contrária a tal sistema político, abstinha-se de votar pela condenação do regime. A mudança da política exterior em relação ao continente era uma questão delicada para os militares devido aos acordos comerciais que o Brasil mantinha com Pretória e com o conjunto das colônias portuguesas através de Portugal além, fundamentalmente, de “razões estratégicas e de segurança nacional que reuniam essas três regiões”, ou seja, o triângulo de segurança do Atlântico Sul, que “passava por um pacto de segurança entre Brasília, Lisboa e Pretória” (CAMARGO e OCAMPO, *ibid.*, p. 47).

O pragmatismo de resultados, contudo, induziu o Brasil a agir pelo interesse próprio e pelo africano, e isso significava abster-se de alinhamentos automáticos de natureza ideológica, sem, contudo, abrir mão da defesa atlântica, disposto que estava em integrar a África Negra a sua estratégia de inserção internacional. Isso explica a razão de ter o país se apressado em reconhecer as novas nações que se formavam no continente - caso de Guiné-Bissau, em 1974, ocasião em que atropelou o tratado de Consulta e Amizade com Portugal, assinado em 1953; Angola em 1975, quando se apresentou como o primeiro país a reconhecer-lhe a nova condição de nação independente, e Moçambique, em favor do qual pressionou Portugal pela libertação e se ofereceu para atuar como intermediário nas negociações entre os movimentos independentistas nativos e a metrópole.

Tais atitudes se enquadravam na expectativa brasileira de ocupar o vácuo de poder oferecido pela saída de Portugal das antigas colônias, abrindo novos espaços para a influência política e os negócios brasileiros e, de igual modo, ampliar o leque de fornecedores do óleo

bruto tão cobiçado, objetivos para os quais os mercados da Nigéria, Argélia, Líbia e Gabão, eram essenciais (CERVO, *ibid.*, p.380).

Por essa mesma linha de raciocínio seguiu o interesse em estender as fronteiras diplomáticas e econômicas em direção aos países árabes. Nasceu de uma leitura pragmática da conjuntura energética, do momento e da necessidade do Brasil de se ajustar às novas condições históricas que ameaçavam seus projetos, na tentativa de revertê-las. O petróleo transformara-se em instrumento de pressão política dos países árabes, os quais condicionaram o acesso a sua abundante matéria-prima a um posicionamento claro e favorável dos países consumidores em relação ao conflito territorial e étnico na Palestina. A busca por resultados, obedecendo à lógica objetiva de desmontar as armadilhas que poderiam obstar o crescimento, levaria o Brasil a redefinir sua posição, que abarcava, além do apoio formal ao mundo árabe no conflito, o voto favorável na ONU sobre a questão que condenava o sionismo como uma manifestação racista. Tal atitude brasileira, além de provocar fortes reações dos EUA, reforçava sua disposição de romper com os velhos estereótipos ideológicos, se estes não estivessem *pari passus* com seus interesses, que conforme temos visto, durante o período Geisel, quase nunca se afinavam com os do parceiro hegemônico.

A nova política para o Oriente Médio foi bem sucedida, pois não só propiciou a assinatura de acordos comerciais com vários países da região (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Argélia e Líbia) garantindo o provimento de petróleo, como também significou uma diversificação dos produtos e serviços exportáveis para os novos parceiros comerciais, abrindo perspectivas e espaços para empresas e equipamentos brasileiros. Todavia, apesar de vitoriosa, em razão dos enormes gastos com a aquisição de petróleo, a balança comercial brasileira esteve sempre deficitária na relação de trocas com o Oriente Médio.

Em relação à Europa Ocidental, os mesmos propósitos, sempre presentes, de ganhar espaço na arena internacional, ampliando seu campo de luta diplomática e comercial contra a

dependência de mercado, o protecionismo que prejudicava as economias emergentes, a necessidade de abrir novas fontes de financiamento e de energia, o acesso às novas tecnologias que propiciasse a complementação de seu parque industrial, conduziram as ações brasileiras.

A diplomacia, mais uma vez, feita instrumento para expandir e consolidar a presença nacional esforçou-se, vigorosamente, para dar-lhe visibilidade e explicar os propósitos do Pragmatismo Responsável. Uma delegação chefiada pelo chanceler Azeredo da Silveira e enviada, em 1975, às principais nações líderes capitalistas na região, se encarregou de tal incumbência, tratando de vincular as revisadas formulações da política externa às novas necessidades e responsabilidades que a crescente integração da economia brasileira à economia internacional requeria, obrigando a uma política de comércio estrangeiro de resultados, racional e ecumênica, de modo a responder satisfatoriamente aos desafios lançados pela conjuntura de crise e às exigências da marcha avançada de seu crescimento econômico (CERVO, *ibid.*, p. 372).

Para tornar possível o pronto atendimento dessas aspirações, sustentava o Itamaraty, urgia a parceria e a contribuição dos países ricos do norte, aceitando transformar a retórica artificial clássica em ação política efetiva, dinamizando o intercâmbio comercial entre os dois mundos por meio de uma abertura real de seus mercados, cada vez mais fechados às exportações latino-americanas.

A nova formulação da diplomacia brasileira para a Europa Ocidental, se apoiava, em última análise, tanto em critérios econômicos quanto no novo papel que o país, como nação emergente, estava destinado a desempenhar no contexto da recente evolução do sistema internacional.

Contudo, a despeito dos ganhos políticos e diplomáticos que refletiram no reconhecimento por parte de importantes países europeus, como Grã-Bretanha e França, ao

maior peso e importância do Brasil na cena internacional, culminando no enaltecimento de sua política externa “qualificada de dinâmica, inteligente, moderada e importante para o mundo” (CERVO, *idem*), em termos mercadológicos, as exportações brasileiras, em razão das muitas dificuldades geradas pelo aumento das medidas protecionistas que conformavam o Mercado Comum Europeu; e restritivas como aquelas que garantiam preferência de comércio para países cobertos pelo seu SGP, o comércio com os países da região registraram um crescimento tímido, ainda que positivo (CAMARGO e OCAMPO, s/d., p. 117). A pulverização dos contatos diplomáticos e comerciais, via de regra, significou um aumento no horizonte descortinado pelo país para vencer suas vulnerabilidades, sobretudo a energética e tecnológica, representada pelo acordo nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, e reduziu, conforme o esperado, a dependência brasileira do mercado norte-americano.

Também na relação Sul-sul, procurou o Brasil remodelar suas ações, tratando de imprimir um novo comportamento em termos de relações diplomáticas, se preocupando em vender à região uma imagem de país não hegemônico, aberto à integração.

O esforço para dissipar antigos dissabores, além, evidentemente, do interesse em ampliar e fortalecer sua presença comercial e política naquela parte do continente, seja através do reforço dos programas iniciados nas gestões anteriores ou da assinatura de novos acordos bilaterais de cooperação (a maioria, em nível de intenção) com Bolívia, Paraguai e Uruguai, mirava, sobretudo, no convencimento do vizinho mais importante, a Argentina, terceiro maior destino para as exportações brasileiras e tradicionalmente arredia e desconfiada dos propósitos e das intenções integracionistas do país no continente, motivada pelo temor que lhes impunha as teorias geopolíticas de Golbery, chefe da Casa Civil no Governo Geisel. Os melindres dessas relações, conforme afirma Cervo (*ibid.*, p. 376), “forçavam a diplomacia brasileira a reiterar suas repulsas por hegemonias, que não tolerava nem pretendia exercer, a dar demonstrações de cautela e a mostrar-se, por vezes, menor do que era”.

Em síntese, os ambiciosos objetivos brasileiros para a região foram alcançados com maior presteza no âmbito político, reconhecida sua liderança no continente, a despeito da resistência de Buenos Aires, decorrente do maior tamanho e complexidade de sua economia em relação a toda a América Latina. No âmbito comercial, entretanto, ganhos também foram registrados, haja vista que as transações comerciais ganharam volume, com um saldo favorável ao Brasil durante o período (CERVO *op. cit.*, p. 377).

Todas essas medidas, os objetivos por elas perseguidos e o impacto de sua implementação sobre as metas de desenvolvimento e projeção internacional do país, bem como a contradição, a todo o tempo presente, entre a vontade de liberdade _ postura autonomista _ e os limites impostos pelas próprias condições estruturais do país, numa palavra incapacidade _ econômica e política de sustentá-la _ denotam o esforço brasileiro para vencer as adversidades impostas por um sistema mundial de poder que, insofismavelmente, limita a soberania e a auto-determinação dos povos a seu aspecto jurídico formal (GUIMARÃES, 2005), e exige dos países em desenvolvimento muito além de *força de vontade e clareza de objetivos* para romper com antigos paradigmas e ascender. É justamente na preocupação por encontrar os meios mais eficazes para erodir tais limites, ou seja, na busca dos meios efetivos para vencer a dependência e o atraso, condicionantes inibidoras do exercício real do poder, que será esculpido o projeto de potência de Geisel. E um dos vetores fundamentais de sua política de inserção internacional inscrevia-se no programa nuclear brasileiro.

4.2 A CRISE DO PETRÓLEO E A NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA DO BRASIL

Em 1974 o Brasil assistiu à transferência da faixa presidencial de Médici para Geisel. A esse ato simbólico de passagem de poder entre os dois generais estava atrelado um outro

que nada tinha a ver com a tranqüila mudança ritualística no comando do país. A temperatura política e econômica no mundo estava em ponto de ebulição e os respingos da fervura começavam a atingir diretamente o Brasil, sinalizando para a possibilidade de mudança na rota traçada e ameaçando pautar um ritmo diferente do almejado pelos Governos militares _ tanto o que estreava, quanto o que se despedia _ para o desenvolvimento nacional.

Assim, inserido numa conjuntura internacional de crise do petróleo que obrigou os países a saírem à procura de alternativas para equacionar o problema da dependência energética que tornava vulneráveis suas economias, além da necessidade de desprender-se do monopólio multinacional das fontes de abastecimento, o Brasil de Geisel investirá pesado no setor de energia com vistas a dotar o país da infra-estrutura necessária para bancar o ritmo acelerado do crescimento nacional. Daí os vultosos investimentos estatais no setor de hidroeletricidade com a inauguração de grandes empreendimentos como Itaipu e Tucuruí, o desenvolvimento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o estímulo às atividades de pesquisa de petróleo na plataforma continental, via Petrobrás, e complementando o ciclo de domínio das possibilidades energéticas, a implantação efetiva de um programa de energia atômica nacional, menina dos olhos dos projetos para o setor.

Para consumo público, os argumentos do Governo discorriam sobre a necessidade energética e estratégica de se desenvolver novas formas de aquisição de energia, diversificando a matriz energética do país, para fazer frente à crise mundial de petróleo, buscando a autonomia para garantir o abastecimento doméstico eficiente e seguro. Ao mesmo tempo, acreditava, uma vez implantado, o programa abriria ao país a possibilidade de dotar-se das mais modernas tecnologias, fundamentais para completar seu parque industrial, favorecendo e estimulando a capacitação técnica da indústria nacional, agregando, com isso, maior dinamismo à atividade empresarial. O programa nuclear era coerente, portanto, com as metas nacionais estabelecidas para seu Governo _ alcançar para o país autonomia em

tecnologia e, a partir desta, também em capitais _ e completamente adequado ao projeto de construção da potência brasileira.

Por outro lado, a conjuntura externa também trazia novidades no campo da geopolítica, ou seja, naquela esfera em que a correlação de forças entre as nações pode alterar-se de acordo com a aquisição ou o desenvolvimento de instrumentos genuínos de poder que desequilibrem a configuração vigente, obrigando a um novo paradigma (WIGHT, 1985). E o cenário naquele início da década de 70, que se delineara ainda na década anterior, com o advento dos testes nucleares protagonizados pela China Continental, apontava para a necessidade de um rearranjo do poder mundial, posto que já não era possível se ignorar a ampliação do poder militar conquistado pelo país comunista e nem deixar de reconhecer que sua emergência, de certa maneira, interessava ao Ocidente _ em razão de restringir o avanço soviético sobre a Ásia. Revestia-se, então, de cunho estratégico a decisão de abrir à China as portas da ONU, em 1971, de onde destituiu Taiwan, e passou a ocupar um assento cativo no Conselho de Segurança, haja vista que o equilíbrio de poder entre as potências tradicionais (EUA, URSS, Inglaterra e França) estava definitivamente abalado pela insurgência do gigante asiático.

Mais tarde, em 1974, ainda na Ásia, um outro gigante - desta vez a Índia - também dá início a seus testes atômicos, graças às pesquisas desenvolvidas a partir de tecnologia fornecida pelo Canadá, “tornando-se o primeiro país do Terceiro Mundo a produzir a bomba” (SKIDMORE, 1988, p.378), num claro sinal de que a proliferação dos artefatos atômicos dava partida e começava a fugir ao controle das grandes potências, provocando como reação o acirramento das medidas de salvaguardas (MENESES, 1981). Na América Latina, o gigante brasileiro, em meio à crise do petróleo, começou a compreender que a vulnerabilidade energética da qual era refém não se restringia apenas a sua dependência de petróleo, mas estendia-se, sobretudo, à dependência da tecnologia nuclear, que permitiria ao país dominar a

produção do combustível necessário ao funcionamento de suas usinas e ingressar na era do conhecimento tecnológico de elite, reforçando com essa conquista, sua soberania, seu prestígio e o respeito perante o sistema internacional.

Essa situação de vulnerabilidade ficou bastante evidente diante da facilidade com que os Estados Unidos revogaram o compromisso firmado com o país de garantir o abastecimento interno do urânio enriquecido necessário para as usinas projetadas, pondo fim à disposição do Governo brasileiro de aceitar um relacionamento baseado em um acordo cujas regras não podiam ser satisfatoriamente cumpridas por uma das partes e onde as novas condições impostas não contemplavam mais os interesses de um país que aspirava a autonomia e a autodeterminação na busca do caminho mais curto para seu progresso. Essa atitude dos norte-americanos resultaria na denúncia das negociações do Brasil com a empresa Westinghouse americana, com quem o país firmara contrato de construção da primeira usina atômica (Angra I) e planejara outras (Angra II e III) e impulsionaria a aproximação do Brasil com a Alemanha Ocidental. É o que nos esclarece Meneses (*op. cit.* p.25), dando relevo à atmosfera de desconfiança reinante com a magnitude dos eventos que assolaram o mundo no início da década de 70, tendo como contexto a crise mundial de petróleo:

(...) há uma “corrida” de países capitalistas buscando serviços de enriquecimento de urânio, nos Estados Unidos, para atender a seus programas nucleares emergentes, o que determina uma classificação dos contratos firmados; dessa classificação resultou que os contratos para o enriquecimento de urânio para Angra II e III caíram na categoria “condicionais”, isto é, ficaram no fim da lista de atendimento. Essa situação caracterizava, além da dependência, uma intolerável incerteza. Nos primeiros meses do governo Geisel, com a internacionalização de nossa economia e seu afastamento da hegemonia americana, realizaram-se consultas para a aquisição de um pacote tecnológico nuclear. Em 1975 vem à público o Acordo Nuclear entre o Brasil e a Alemanha Federal.

Esse acordo, firmado com a Alemanha sob protesto dos Estados Unidos, respeitava a exigência brasileira de transferência de tecnologia, façanha impossível no acordo anterior firmado com a Westinghouse, e abraçava um amplo leque de expectativas por parte do

governo: participação significativa e progressiva da indústria nacional; possibilidade de fazer parte, à médio prazo, do exclusivo clube de nações que detinham o conhecimento do ciclo completo do combustível; recuperação rápida da dianteira em relação ao programa nuclear argentino, então em estágio mais adiantado que o do Brasil; afirmação e reconhecimento no cenário nacional.

Segundo as resoluções do acordo, Brasil e Alemanha Federal se comprometiam a desenvolverem juntos um programa, com a ajuda do governo e das empresas privadas alemãs (lideradas pela Kraftwerk Union - KWU), de construção de oito grandes reatores nucleares para a geração de eletricidade, bem como a implantação no país de uma indústria teuto-brasileira para a fabricação de componentes e combustível para os reatores, no prazo máximo de 15 anos. O acordo com a Alemanha apesar de não reverter a opção pela tecnologia do urânio enriquecido, permitia ao Brasil absorvê-la gradativamente ao englobar a transferência progressiva do conhecimento científico-tecnológico em todo o campo nuclear dominado por aquele país.

A contenda com os americanos representou a culminância de uma crise de relacionamento que se iniciara ainda na administração Costa e Silva, quando os interesses brasileiros e estadunidenses entraram em rota de colisão, face à retomada de uma postura mais autonomista do país que, entre outras demonstrações, pôde ser asseverada com a recusa em assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1968. A crise progrediu com Médici e agravou-se na era Geisel, posto que os interesses de ambos os países não marchavam em consonância com as metas traçadas pelo nacional-desenvolvimentismo. O acordo nuclear era, portanto, uma oportunidade a mais para demonstrar a afirmação da vontade nacional em defesa dos objetivos julgados legítimos pelo país, que se desagradou ao parceiro do norte, recebeu internamente um amplo apoio de importantes setores da sociedade civil e militar. Segundo Skidmore (*ibid.*, p.380):

A esmagadora maioria da elite política estava feliz com o esforço de imagem do Brasil como nação soberana. Afinal, o Brasil perseguira com êxito uma política que os Estados Unidos combateram veementemente (...) O Governo Geisel conseguira afirmar o direito do Brasil de decidir por si mesmo até onde tentaria ir no desenvolvimento de sua capacidade nuclear, embora tivesse aceitado salvaguardas no acordo e ficasse dependente da Alemanha Ocidental. De grande importância para o Governo, muitos oficiais de linha dura ficaram satisfeitos com a atitude de um governo que, sob outros aspectos, eles detestavam. Enquanto isso, vozes importantes da oposição, como o *Estado de São Paulo*, apoiaram o acordo. Não podia haver dúvida: o Governo descobrira uma questão que tocava profundamente no sentimento nacionalista da elite.

A importância e a dimensão do feito alcançado acima, resultando na consolidação do apoio interno à política de enfrentamento e auto-afirmação nacional capitaneada pelo governo, foi um presente dos Estados Unidos a Geisel, oferecido pela habitual postura desdenhosa e arrogante dos norte-americanos em relação ao continente que, tradicionalmente, variava da completa indiferença ao chamado imperativo à hierarquia do seu poder político e econômico no trato das questões que lhe afetavam diretamente os interesses. E essa última faceta, que no caso brasileiro já se impunha nas relações de comércio, repetia-se também em relação ao seu desenvolvimento nuclear, uma questão cara ao país e, particularmente, à administração Geisel. As tentativas norte-americanas, primeiro de impedir, depois de inviabilizar os objetivos do acordo, mexeram com o orgulho dos brasileiros que viram nessas atitudes uma insustentável medida intervencionista da superpotência nos assuntos domésticos e um desrespeito à soberania nacional.

A postura norte-americana tornou possível, momentaneamente, a almejada coesão interna em torno da questão nuclear, uma questão que historicamente apresentara um crônico descompasso entre os fins perseguidos e os meios de viabilizá-los, hesitações e contradições que encontram sua razão de ser, conforme veremos a seguir, nas indefinições e incoerências das políticas nacionais desenvolvidas para o setor. Uma análise desse histórico integra nosso esforço no sentido de tentar conhecer ou clarificar as marchas e contra-marchas que

envolveram a matéria e resultaram nos processos pouco construtivos que pautaram o desenvolvimento nuclear brasileiro, examinados a seguir.

4.2.1 A Evolução Histórica do Desenvolvimento Nuclear Brasileiro

A história do interesse brasileiro pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear é antiga e data dos idos de 1934, quando pesquisadores europeus chegaram ao Brasil para trabalhar na recém criada Universidade de São Paulo (USP), mais precisamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A eles uniram-se os pesquisadores brasileiros Marcello Damy, Mário Shöemberg, César Lattes e Leite Lopes para inaugurar as primeiras investigações nacionais, a um nível profundo, do núcleo do átomo. Na década seguinte, os frutos iniciais das pesquisas sobre teorias das forças nucleares seriam apresentados nos Anais da Academia Brasileira de Ciências e, em 1951, instalou-se o primeiro acelerador de elétrons, na USP. O Rio de Janeiro também ofereceu sua contribuição através da Faculdade Nacional de Filosofia (hoje UFRJ), e do Centro Brasileiro de Ciências, complementando com suas instituições, o pioneirismo da pesquisa científica brasileira no campo da Física Nuclear.

Todavia, serão as implicações e os desdobramentos do final da Segunda Guerra, decorrentes da decisão americana de explodir a bomba sobre Hiroxima e Nagasaki e o conseqüente assombro, seguido da comoção planetária com o poder de destruição e morte alcançado pelos artefatos jogados sobre as cidades japonesas, que desenharão as novas perspectivas com que o desenvolvimento nuclear será encarado e determinarão o comportamento e as estratégias dos países em relação ao tema.

Da parte dos Estados Unidos, a sorte fora lançada. O espetacular esforço do Projeto Manhathan, em termos de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento bélico da

energia nuclear, desenvolvido concomitante ao período da guerra, atingira números consideráveis: “539.000 pessoas entre engenheiros, cientistas e trabalhadores” (KURT, 1979, pág: 93), sem contar que o custo total do projeto, em valores referentes à época, “montou a dois bilhões de dólares, tendo envolvido reatores especialmente construídos para a manufatura do plutônio e do urânio enriquecido (Handford e OAK Ridge, respectivamente)” (SOARES, 1974, p.71-72). As mentes mais poderosas, os cientistas mais brilhantes e os meios econômicos e tecnológicos mais sofisticados foram chamados a trabalhar a serviço da viabilização da destruição do planeta.

Tamanho investimento de tempo e recursos na aquisição de um armistício tão fantasticamente poderoso e sem paralelo no mundo, conferia um poder concreto de pressão e dissuasão enorme ao líder capitalista, que diante de um Japão combalido, mas ainda resistente, não exitou em se valer da oportunidade histórica para apresentar ao mundo, e principalmente à União Soviética, suas novas e incontestes credenciais de superpotência.

Inaugurada a era do terror nuclear, o verdadeiro clima de comoção e ansiedade mundial que se seguiu ao evento ocorrido no Japão se fez acompanhar de uma explícita e progressiva conscientização internacional acerca das ameaças reais que pairavam sobre cada cabeça e sobre cada nação, representadas pelo risco verdadeiro da proliferação dos artefatos atômicos. Juntamente com essas legítimas e justificadas preocupações humanitárias, havia algumas outras de natureza implícita, vindas da parte dos Estados Unidos, de caráter menos nobre para o senso comum, mas naturalmente qualificadas no jargão dos Governos como realistas, posto que se inscrevem na categoria de *interesse de Estado* em face de sua relevância política e estratégica, bem como mercadológica: assegurar que sua supremacia no setor nuclear não seria compartilhada com outros países, garantindo o ineditismo do poder militar conquistado e os lucrativos negócios vislumbrados para o único país capacitado a

desenvolver tal tecnologia e comercializar seus resultados, agora para fins pacíficos (GIROTTI, 1984, p. 2).

Com isso em mente, trataram os Estados Unidos de elaborar um projeto para o controle mundial do armamento nuclear, chamado “Relatório Lilienthal”, posteriormente conhecido como “Plano Baruch”, numa alusão direta ao nome do representante norte americano encarregado de defendê-lo junto à ONU, Bernard Baruch, que trazia a proposta de internacionalizar a propriedade das minas de urânio mundialmente existentes. Tal plano foi apresentado à Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, em 14 de junho de 1946 e “propunha a criação de uma autoridade internacional que seria proprietária de todas as usinas de urânio do mundo, geriria as usinas de preparação de combustível e os produtores de energia elétrica de fonte nuclear” (SOARES, *op. cit.*, p. 130).

Esse breve histórico nos é relevante porque é a partir desse momento que o interesse estratégico brasileiro pelo campo nuclear começa a ganhar seus primeiros contornos, assim como marca o ponto de partida das políticas vacilantes que marcariam o caminho do Estado brasileiro no setor. Essa descontinuidade é uma conseqüência direta das diferentes leituras que, por tradição, permeiam todo o curso da história política nacional: a luta entre conservadores e nacionalistas, o embate entre interesses de classe ou setoriais e interesses gerais, a indefinição entre o que são projetos de Governo e o que são projetos de Estado _ com prevalência, notadamente, dos primeiros sobre os últimos.

No limite, tais contradições, longe de se apresentarem como genuínas manifestações de colaboração próprias a uma sociedade que tem na liberdade de opinião um dos mais importantes pilares da democracia, em verdade expressam o seu contrário. A evolução histórica desses embates, vistos a olho nu, nos autorizam dizer que eles têm contribuído ostensivamente para retardar as metas de desenvolvimento do país, deixando dúvidas se o Brasil sabe, verdadeiramente, aonde quer chegar.

Retomando à questão anterior, quando da apresentação da proposta americana à Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da ONU, a delegação brasileira, presidida pelo almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, um físico-químico por formação e grande entusiasta do tema do desenvolvimento nuclear autônomo, prontamente a rechaçou, fazendo par com a União Soviética, alvo principal a quem os Estados Unidos pretendiam atingir, utilizando-se de impedimentos garantidos pela assinatura de um acordo internacional chancelado pelo recém criado organismo mundial. Ambos viam no acordo um instrumento pelo qual os norte-americanos pretendiam resguardar sua supremacia nuclear, em prejuízo dos demais países (GIROTTI, *op.cit.*, p.30).

Como represália, o Congresso americano resolveu radicalizar, “promulgando a Lei MacMahon, pela qual se garantia o monopólio estatal sobre os materiais físséis e se restringe ao máximo o intercâmbio de informações nucleares com outros países”, e indo ainda mais além, “autoriza a criação da Comissão de Energia Atômica dos EUA” (GIROTTI, *op.cit.*, p. 24), confrontando e contrariando resolução anterior, promulgada pelo órgão original vinculado à ONU. Ao ser criada em 24 de janeiro de 1946, a Comissão de Energia Atômica da ONU, sob o clamor das preocupações humanísticas mundiais e com a firme participação e avalização norte-americana, dado o grande interesse que a matéria apresentava para a superpotência, estabeleceu como objetivos principais os seguintes (GUILHERME, 1957, p.32):

- Extensão a todas as nações do intercâmbio de informações científicas básicas, para emprego da energia nuclear para fins pacíficos;
- Controle da energia atômica de maneira a assegurar o seu emprego exclusivo para fins não militares;
- Eliminação das armas atômicas e de todos os armamentos que possam ser empregados para a destruição em massa.

As razões de Estado, conforme podemos verificar, atribuíram forma concreta aos interesses estratégicos não livremente explicitados pelos Estados Unidos, produzindo eco dentro daquela esfera em que se concentram as nações do centro hegemônico, como também fora dela, onde numa periferia ainda muito distante, gravitava o Brasil, embrionariamente gestando sua candidatura à componente de um provável “clube atômico”. A corrida dos países em busca do poder projetado pela conquista do desenvolvimento nuclear se institucionalizou, colocando-se além e acima das preocupações e dos clamores da comunidade internacional. A reação virulenta dos Estados Unidos ao veto do Brasil e URSS a sua proposta de universalizar as reservas mundiais de urânio fundou o modelo institucional e legitimou, junto aos demais Estados, a reprodução do comportamento ao deixar nuas as intenções escondidas sob o véu de seu discurso salvacionista. Daí que criar comissões e conselhos nacionais de energia nuclear passou a ser um procedimento imediatamente adotado por várias nações, notadamente as européias (GIROTTI, *op. cit.*, p. 23), não por coincidência, o continente que hoje reúne o maior conjunto de países que detém o domínio do ciclo do átomo e têm forte presença desse modalidade de energia elétrica em sua matriz.

A tentativa brasileira de seguir a mesma tendência, proposta por Mota e Silva, não encontrou a mesma ressonância interna, e por essa razão, não vingou por aqui. Os esforços de interpretações sugeridos por analistas para explicar as cambiantes decisões políticas para o campo nuclear, registradas desde os seus primórdios, servem também de modelo para explicar tanto o voluntarismo do almirante, quanto o malogro de sua proposta. Tais interpretações elevam o nível do debate ao jogar suas luzes sobre as peculiaridades que caracterizam e engendram as contradições de nossa sociedade, uma sociedade dividida em classes, melhor definindo, diluída em frações de classes, cujos interesses específicos passam ao largo daqueles situados num plano mais geral em que se situam, grosso modo, as aspirações e perspectivas da chamada “vontade nacional”, essa entidade abstrata em que teoricamente se

abrigam, conjuntamente, os interesses de todos os grupos, setores, classes e frações de classe que compõem uma nação.

Assim, Morel (1979, p. 97) escolhe atribuir à formulação de Mota e Silva e sua posterior derrocada a emergência do conflito entre as óticas nacionalistas x tradicionalistas que dominavam as discussões políticas internas naquele tempo. Sob o espectro da influência da primeira, concorda Girotti (*op.cit.*, p. 24-25) germinou o ambiente favorável para a defesa da pesquisa científica autônoma na área da física nuclear como uma maneira de promover o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Inspirada nessa ideologia, também se daria a criação, em 1947, da Comissão de Fiscalização de Minerais Estratégicos, cujas propostas principais se pautavam na nacionalização das minas de urânio e tório; na recomendação para se revisar todas as concessões de exploração de minerais no país, vistas, a partir de então, como uma sangria do patrimônio nacional que precisava ser estancada; e no favorecimento do setor empresarial doméstico disposto a se ocupar do tratamento químico dos minerais.

Nasceu da sugestão desta Comissão e, notadamente, do empenho pessoal do almirante Mota e Silva junto a Getúlio Vargas, por exemplo, a criação em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), instituição que viria a desempenhar o papel de vértice do desenvolvimento nuclear autônomo e por essa mesma razão tornar-se-ia alvo da corrente conservadora.

Contudo, Girotti (*op.cit.*, p. 27), prefere estender sua análise também a outros parâmetros e foca suas lentes nos antagonismos das tendências políticas que refletiram no aparelhamento do Estado, ou seja, na luta protagonizada entre os diferentes grupos de interesses que regem a sociedade brasileira e que estruturam ou têm capacidade de influenciar os centros de poder e decisão. Na opinião do autor, para uma análise mais completa, necessário se faz não somente acatar o que sugere Morel ao propor “retomar a comparação

entre a *política explícita*, expressa em planos, leis e pronunciamentos, e a *implícita*, as ‘realizações’ ou implantações efetiva daquela” (o grifo é da própria autora), mas ir além e estabelecer uma ponte que permita “estudar a vinculação que existe entre essas contradições evidentes e a disputa entre tendências intra-estatais para dar à questão nuclear um caminho com nome próprio”, um viés analítico que introduz e ressalta o tema da vaidade e dos interesses de agenda corporativa como um elemento relevante a balizar as atitudes pró-ativas e reativas que se materializam nas lutas travadas entre inclinações políticas opostas, emergentes das entranhas do aparelho do Estado, que ao se confrontarem de maneira ininterrupta, tentando fazer prevalecer sua marca e seu paradigma, obstruem ou retardam os avanços nos campos de interesse do próprio Estado. A essas inclinações podem estar vocacionados certos grupos setoriais (assim como somente elementos infiltrados dentro deles) ou uma determinada coalizão de indivíduos com interesses semelhantes e ideologicamente afinados, ambos com poder de organização e capacidade material e política para pressionar e influenciar o processo decisório em voga, ou ainda, de fazer lobby em favor de interesses, que não são necessariamente, os de alcance mais amplos e gerais, nos quais se inscrevem os interesses nacionais.

A prática recorrente da política como um jogo rasteiro e setorizado de perde-ganha, estaria na origem do caminho vacilante e de rumo indefinido que caracterizou a história do desenvolvimento nuclear brasileiro, bem como na falta de apoio que culminou no congelamento da proposta do almirante no que diz respeito à criação do Conselho de Energia Atômica, levando a concretização desta a se arrastar por alguns anos, até a criação do CNPq, quando então foi englobada.

No que concerne à conjuntura internacional, no decorrer da década de 1950, os Estados Unidos exerciam total supremacia no campo tecnológico-industrial, particularmente no setor de energia nuclear. Disposto a enfrentar o desafio de desenvolver uma política

científica e tecnológica autônoma no setor, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, decidiu institucionalizá-la. Isso se deu por aqui nos idos de 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), presidida por seu idealizador e principal artífice, almirante Álvaro Alberto Mota e Silva. Durante seus primeiros anos de existência, o órgão pautaria sua política no princípio da autonomia, sofrendo por essa escolha forte oposição da ala conservadora e pró-americanista brasileira, cuja atuação e influência no seio da sociedade se estendia tentacularmente entre grupos de intelectuais, cientistas, empresários e setores da imprensa (os ditos formadores de opinião), sem falar em grande parte da classe política, atuante dentro e fora do governo.

Ao CNPq seria facultado, pois, todas as atribuições decisivas no campo nuclear. O órgão estabeleceria imediatamente um conjunto de normas que deveriam ser aplicadas todas as vezes que se assinasse um acordo internacional, uma espécie de sistema de compensações, de modo a evitar experiências como aquelas apresentadas pelo Programa de Cooperação para Prospecção de Recursos Minerais de 1940, fechado com os EUA, onde se permitiu ao líder capitalista realizar um minucioso levantamento das reservas minerais brasileiras; e novamente em 1945, com a assinatura do Primeiro Acordo Atômico entre ambos. Por esse último, o Brasil se comprometia a exportar areias monazíticas a preços módicos por tonelada, situação considerada intolerável pela ala nacionalista, posto que trafegavam na contra-mão dos interesses econômicos e estratégicos de país, e em favor dos norte-americanos (GIROTTI, *op. cit.*, p. 22).

O viés nacionalista que embrionariamente delineou o caráter estratégico embutido no projeto de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo no campo nuclear e que redundaria na institucionalização do novo órgão pela Lei 1310 de 15 de janeiro de 1951, corporificou-se em seus Artigos e Incisos (do 3 ao 5), registrados em seu Relatório (1951, pág. 65-66), que estabeleceram o seguinte:

Art.3 § 3: O conselho incentivará, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa, e a prospecção das reservas existentes no país, de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

Art. 4: É proibida a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de governo a governo, ouvidos os órgãos competentes.

Art.5: Ficarão sob controle do Estado, por intermédio do Conselho (CNPq) ou, quando necessário, do Estado-Maior das Forças Armadas, ou de outro órgão que for designado pelo presidente da República, todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica.

E foram aperfeiçoadas pelo conjunto de regras, ou normas de compensação, aprovadas em sessão extraordinária do CNPq, em 7 de julho de 1951, em que aparece, pela primeira vez, a exigência de transferência de conhecimentos e tecnologia, como contrapartida ao acesso aos minerais estratégicos nacionais, as quais nos apresentam Soares (1974, p.176):

a) garantia de sobrevivência e desenvolvimento das indústrias nacionais já existentes no país, de tratamento químico da monazita, mediante o compromisso de compra de sais de cério e terras raras, em quantidades iguais à monazita que fosse exportada para os EUA;

b) Auxílio técnico e facilidades de aquisição de equipamentos e materiais para o estudo, o projeto, o fornecimento de reatores nucleares dos tipos mais modernos atualmente em uso nos EUA e de acordo com o progresso atômico brasileiro. Este auxílio compreenderia: I. Fornecimento de planos completos e detalhados para a construção de reatores; II. Fornecimento dos materiais para sua construção e operação; III. Envio de técnicos e consultores ao Brasil para acompanharem e orientarem a construção;

c) Auxílio técnico e facilidades de aquisição de equipamentos e materiais para o tratamento químico integral da monazita, inclusive a obtenção de sais puros de tório e terras raras.

Aquilo que à primeira vista pode ser tomado como uma vitória da corrente ‘independentista’ na política estabelecida para o desenvolvimento nuclear, reforçada ainda mais pelo Decreto Lei nº 30.230, de 1º de dezembro de 1951, que regulamentava a pesquisa e a extração de minérios relacionados com a energia atômica, significava apenas mais *round* na disputa entre autonomistas x pró-americanistas que logo se tornariam explícitas, ao expor decisões controversas partindo de dentro do aparelho do Estado que reafirmariam a condução

cambiante e pouco objetiva do ponto a que, de fato, se pretendia alcançar em relação ao desenvolvimento do campo nuclear no país. Nas palavras de Soares, (*op.cit.*):

De modo muito claro pode se perceber que os EUA, desde 1940, haviam sido o único interlocutor nuclear do Brasil e que uma tendência intra-estatal deste trabalhava para consolidar a referida relação. Ao mesmo tempo, a estratégia de desenvolvimento inspirada na preservação dos materiais estratégicos é a mesma que procura diversificar as fontes do intercâmbio nuclear. O resultado de ambas as políticas é um jogo de marchas e contra-marchas (...) Trata-se de um conflito que envolve dois 'exércitos' opostos que se atacam e se defendem com armas administrativas, burocráticas, legislativas, etc, e cujas trincheiras não são outras senão os próprios bastidores do Estado. À temporária predominância da linha pró-norte-americana, sucede _através de medidas opostas_ a não menos temporária predominância da linha nacionalista. Assim se irá forjando o perfil particular do desenvolvimento nuclear brasileiro.

Tendo por base esse importante e peculiar aspecto da realidade nacional, é até discutível se podemos, efetivamente, afirmar que o Brasil desenvolveu uma “política nuclear”. Os fatos ocorridos quando acompanhamos ainda que superficialmente, desautorizam qualquer pretensão nesse sentido. Senão vejamos: em 18 de fevereiro de 1952, passados apenas alguns meses da fundação do CNPq, um novo Decreto, de nº 30.583, criava agora a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME), uma repartição do Ministério das Relações Exteriores cujo corpo funcional fora pinçado de vários órgãos e autarquias federais. Esse decreto viria a determinar como função da mais nova entidade, atribuições que, inadvertidamente, invalidariam o Art. 4 da Lei 1310 que instituiu o CNPq, retirando deste e transferindo para aquela, o controle sobre as exportações dos minérios de urânio, tório e seus compostos e minérios, consagrando-lhe o direito de “aprovar e modificar os planos de exportação de quaisquer materiais estratégicos, de ordem mineral ou vegetal” (MOREL, *op. cit.*, pág.99) . Como se isso não bastasse, ratificaria essa disposição assinando naquele mesmo dia um novo acordo atômico com os Estados Unidos para a exportação, num prazo de três anos, de 2500 toneladas de areias monazíticas “separadas segundo processo adequado que

dariam como resultado terras raras e tório” (GIROTTI, *op. cit.*, p. 28-29), sem que nenhuma compensação ao Brasil fosse exigida, atropelando violentamente todos os critérios elaborados anteriormente pelo Conselho Nacional de Pesquisa. Tratava-se segundo o autor acima, “do cerceamento unilateral do CNPq, isto é, da chamada tendência nacionalista”, trazendo à público a luta política-ideológica insensata e contínua em curso nos bastidores do Estado às quais subordinaram o interesse nuclear brasileiro.

O caráter estratégico do desenvolvimento nuclear assume forma e ação em 1953 com o envio, autorizado por Vargas, de duas delegações brasileiras para a Europa Ocidental, mais precisamente para França e Alemanha, sendo o grupo desta última chefiada diretamente por Mota e Silva, que lá estudou Física e cujos contatos com renomados cientistas atuantes naquele país eram freqüentes. O objetivo da missão outro não era senão buscar uma forma de driblar os obstáculos criados pela Lei McMahon, que impedia a troca de conhecimentos e a transferência tecnológica na área nuclear. Dessa visita resultou a compra secreta de três reatores nucleares para serem utilizados no enriquecimento de urânio no Brasil e na instituição de uma comissão de nacionalidade mista, composta de cientistas e industriais alemães para estudar a possibilidade de se construir uma usina no Brasil para enriquecer domesticamente o urânio. As negociações, que se supunham sigilosas, tiveram suas informações vazadas / interceptadas pelos serviços de inteligência norte-americanos, posto que 24 horas antes de serem transferidos para o Brasil, os equipamentos foram interceptados _ ainda no Porto Göttingem, em Hamburgo _ por um destacamento militar inglês responsável pela administração da área, acatando ordem, direta e sem floreios, da Comissão de Energia Atômica dos EUA. Documentos revelados posteriormente pela CPI, instaurada sob pressão interna (pró-americanistas) e externa (norte-americana) para investigar possíveis irregularidades no CNPq, mostram que o Brasil estaria sendo impedido de buscar enriquecimento do urânio por ser um país localizado dentro da área de influência dos Estados

Unidos, que viram nas pretensões brasileiras “uma ameaça potencial a sua segurança e do hemisfério ocidental” (GUILHERME, *op.cit.*, p.104-105).

Conforme podemos perceber do que foi exposto acima, assim como em tudo que cerca a vida e envolve o interesse humano, existe uma multiplicidade de enfoques possíveis para vasculharmos as situações e acontecimentos que afetam de modo inequívoco a nossa realidade, que se nos permitirmos considerá-los, teremos como recompensa uma visão mais clara e abrangente do problema. No caso em questão, o que nos interessa vasculhar aqui circunda a problemática do desenvolvimento nuclear nacional, e não vemos como fazê-lo sem cobrir com matizes fortes o pano de fundo em que ela evolui, tratando de dar destaque ao que costumeiramente passa incólume aos olhares mais superficiais, seduzidos que são pela confortável situação de julgar os fatos isoladamente. Por isso trouxemos as discussões sustentadas por Regina Moraes Morel e Carlos Girotti. Consideramos que elas oferecem um escopo teórico consistente para nossa proposta de investigar sob ângulos diversos, mas complementares, os rumos que este último classificou como “zigzagueantes” do desenvolvimento nuclear brasileiro. Temos claro, contudo, que tais discussões aproximam nossa compreensão do objeto, mas nem de longe esgotam as possibilidades reflexivas que o cercam. É esse escopo teórico com o qual imediatamente nos identificamos que irá nortear nossas análises e foi justamente da necessidade de definir com nitidez_ não só o método como também a direção de nossas investigações_ que insistimos em trazer à tona nossa leitura particular daquilo que concebemos como *origem* dos contratempos que continuamente envolveram a questão nuclear no Brasil, do nascedouro até os dias atuais. Na suposição de que tais expectativas tenham sido cumpridas, deste ponto em diante nossa conduta em relação ao tema será inevitavelmente arbitrária, posto que mais seletiva, descritiva e pontualmente analítica na tentativa de abreviar nosso caminho até o chegar à era Geisel, o Governo que materializou no tempo e no espaço as aspirações nucleares nascidas com Mota e Silva.

Investigar a natureza do programa nuclear implantado no período, relacionando-o com o projeto Brasil Grande é, originalmente, o verdadeiro objeto de nosso propósito investigativo.

Isto posto, voltemos à História. Com o inevitável avanço do desenvolvimento da energia nuclear sobre o centro hegemônico (URSS, Inglaterra e posteriormente, a França) os Estados Unidos tiveram que desistir do monopólio atômico e passaram a brigar pelo seu controle e vigilância através do programa “Átomos para a Paz” (1953), arrebatando com a couraça defensiva da lei McMahon, visto que esta restringia a expansão da indústria nuclear norte-americana às suas fronteiras nacionais (GIROTTI, *op.cit.*, p. 34). O programa sinalizava que os EUA não mais impediriam o acesso de outros países às tecnologias atômicas, e que essa decisão trazia a reboque uma disposição inédita de intercambiar informações sobre a matéria com as nações interessadas, comprometendo essa colaboração, contudo, exclusivamente ao seu uso pacífico. A mudança de tática inseria-se numa visão estratégica e pragmática da nova situação mundial, afinal, a emergência de outros atores no cenário nuclear significava um aumento do número de países com capacidade para fornecer tecnologia sensível, equipamentos e serviços para uma demanda potencialmente crescente, apontando para uma situação que por qualquer ângulo analisado, não interessava aos EUA: aumento da concorrência comercial e da competição por mercados, redução do seu poder de coerção e dissuasão, risco de propagação do uso bélico de tal tecnologia. Assim, sob um rótulo pomposo, o programa “Átomos Para a Paz” do Presidente Eisenhower, na verdade “se destinava a abrir caminho para a comercialização futura de reatores nucleares de potência, criando laços de dependência fortes com os fornecedores de equipamentos” (GOLDEMBERG, 1981, p.12).

E em que esse programa afetava diretamente o Brasil? Foi por força dessa nova estratégia norte-americana que chegariam ao país, na década de 50, “os primeiros reatores nucleares destinados à pesquisa, ao desenvolvimento científico e à produção em pequena

escala de alguns radioisótopos para a medicina e a indústria do Brasil” (ROSA, 1981, p.13), enterrando de vez a linha autonomista, golpeada em suas intenções, aqui e acolá, pelas pressões conjuntas e diretas do grupo pró-americanista e pelos Estados Unidos. Tais pressões teriam resultado, segundo Girotti (*op. cit.*, p.36), na renúncia de Mota e Silva da Presidência do CNPq, em 1955.

Com o almirante fora de combate, o espaço de manobra do grupo pró-americanista se ampliou. Nessa conjuntura, ainda naquele ano foram assinados dois acordos com os EUA: o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Atômica com Fins Pacíficos; e o Programa Conjunto para o Reconhecimento e a Pesquisa de Urânio no Brasil.

No primeiro acordo ficou estabelecido que o Brasil compraria dos americanos reatores de pesquisas baseados na utilização de urânio enriquecido para os seus laboratórios do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Para alimentar os reatores acertou-se também que o país arrendaria dos Estados Unidos, por um período de cinco anos, até seis quilos de urânio enriquecido a 20% a ser usado como combustível. As rígidas cláusulas impostas para o fornecimento engessavam qualquer possibilidade doméstica de pesquisa nessa linha, pois impediam o estudo do ciclo do combustível nuclear, limitando o uso dos reatores “apenas para fins médicos, pesquisa em Física, aplicações industriais e temas correlatos”, numa mensagem precisa e muito clara de que “as nações que detinham a tecnologia baseada no urânio enriquecido não a transfeririam a outros países e que a independência nesse campo deveria se basear em esforços autóctones” (GOLDEMBERG, *idem*). Esse acordo gerou uma grande polêmica nos meios científicos brasileiros, acirrando o conflito que vinha se desenvolvendo nos últimos anos entre os que defendiam a importação de tecnologia norte-americana e os que desejavam uma tecnologia própria, utilizando urânio natural ou tório como único caminho para se desenvolver uma política científica genuinamente nacional.

O segundo acordo estabelecia um compromisso, válido por dois anos, de pesquisa e avaliação conjunta das reservas nacionais de urânio e implicava no fornecimento, pelo Brasil, do minério em estado natural aos norte-americanos (SOARES, *op. cit.*, p. 180).

Com a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, uma nova conjuntura para a política nuclear brasileira seria delineada. Logo no começo de sua gestão duas novas autarquias federais seriam criadas: o IEA (Instituto de Energia Atômica) na USP, posteriormente transformado no IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares), e a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), diretamente subordinada à presidência da república. Essa nova Comissão passou a assumir o comando da política nuclear brasileira, vale ressaltar, consolidando o desgaste progressivo do CNPq na condução da matéria. Com Kubitschek foram estabelecidas diretrizes para uma política nacional de energia nuclear em que houve uma tentativa, através de medidas aparentemente contraditórias, de resgate da autonomia no setor (ver GIROTTI, 1984). Nos anos seguintes, seriam firmados acordos nessa área com outros países que não os EUA.

Não obstante, o período que vai de 1955 a 1974 seria o de maior desenvolvimento dos grupos de pesquisadores nas universidades e nos centros de pesquisas nacionais, tomando como ponto de partida o momento em que os reatores de pesquisa norte-americanos, chegaram aos diferentes grupos de cientistas brasileiros. O primeiro deles foi o reator de piscina, instalado no Instituto de Energia Atômica de São Paulo (IEA), atualmente Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Criado em 1952, o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) ligado à UFMG, em Belo Horizonte, hoje Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN), compôs o segundo grupo a receber um reator, denominado Triga. O Instituto também abrigaria, no final da década de 1950, o Grupo de Tório, uma equipe de pesquisadores que buscava o desenvolvimento de um reator de pesquisa diferente daqueles importados pelo Brasil, baseados em urânio enriquecido e água leve. A finalidade

desse grupo de cientistas era entusiasmada, objetiva e ambiciosa: “construir um protótipo de 30.000 kw de um reator de urânio natural e água pesada. Vencida essa etapa, se consideraria a construção no país de um reator comercial de grande potência, com tecnologia dominada pela experiência conseguida com o protótipo”. (GOLDEMBERG, *ibid.*, p.13). Suas pesquisas foram encerradas em 1975, quando o Governo Geisel sacramentou a opção feita por Costa e Silva, em 1969, pelos reatores de água leve e urânio enriquecido da Westinghouse, e firmou o acordo com a Alemanha Ocidental, cuja base tecnológica para o combustível era a mesma.

Em 1963, o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), no Rio de Janeiro, criado através de convênio entre a CNEN e a UFRJ, passa a construir um reator com muitos componentes nacionais, à exceção do combustível, mas com projeto norte-americano. Chamado de Argonauta, o reator entra em operação em 1965. Nesse momento era a CNEN o órgão que geria a exportação de minérios para uso nuclear.

As várias agências e autarquias federais que foram criadas ao longo da história do desenvolvimento nuclear brasileiro, frutos de desmembramentos ou resultados do esvaziamento político sofrido por órgãos ligados ao setor, conforme o caso do CNPq tão bem o ilustra, formaram uma burocracia técnica e corporativa para o campo nuclear, cujas ações tiveram importantes conseqüências na manutenção, desenvolvimento e, sobretudo, na quebra de continuidade das políticas para o setor, invariavelmente submetidas às linhas político-ideológicas dos dirigentes ocasionais. Essa pulverização das decisões políticas, muitas vezes favorecendo o estabelecimento de duplicidade de funções, conflitos, antagonismos e omissões, e a ausência de uma política industrial e de mercado bem definidas prejudicaram de modo inequívoco a seriedade e os objetivos fins da capacitação tecnológica brasileira e não só na área nuclear. O recurso continuado à institucionalização de novos órgãos específicos ou setoriais e o triunfo da tecnocracia ganhou ainda mais fôlego após a subida ao poder pelos

militares em 64, e o conseqüente e progressivo distanciamento entre o aparato institucional do Estado e as universidades, decorridos com a centralização cada vez maior do primeiro.

Em 1967, com o general Costa e Silva no poder, o Brasil assina o Tratado de Tlatelouco, no México. Através dele, alguns países da América Latina e do Caribe comprometeram-se a não fazer uso do poder nuclear para fins militares. Todavia, no ano seguinte, o Brasil recusou-se a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares em face da natureza ambígua que, a seu ver, conformava todo o texto do Tratado de 1967. O país via na assinatura do TNP, um grave fator de limitação da soberania nacional, e sua firme decisão causou grande estranheza junto aos Estados Unidos. (GIROTTI, *op. cit.*, p. 46 a 50).

Em 1968, o CNEN, agora vinculada ao Ministério das Minas e Energia, firma um acordo com a Eletrobrás para a construção da primeira central de geração de energia nuclear. O lugar escolhido é Angra dos Reis, principalmente pela proximidade com os grandes centros do Sudeste. A incumbência de construí-la recaiu sobre a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A, principal subsidiária do sistema Eletrobrás, e responsável pela produção e transmissão de energia na região Sudeste e a parte sul da região Centro-oeste. Uma concorrência internacional foi então aberta, em 1969, para a compra do reator de Angra I e vencida pela norte-americana Westinghouse, subsidiária da General Electric. Segundo opinião de Goldemberg (*op.cit.*, p.14), a CNEN, subordinada à linha pró-americanista de seus dirigentes no período, além de celebrar a tecnologia americana de reatores de água pressurizada como superior, desconfiava da capacidade brasileira _ que julgava ambiciosa demais _ de desenvolver tecnologia nuclear própria.

Essa decisão do governo brasileiro foi dura e amplamente atacada por grande parte da comunidade científica nacional, dado que a tecnologia desenvolvida para esse tipo de reator (urânio enriquecido e água leve), trafegava em via oposta àquela que o Brasil desenvolvia, baseada em urânio natural e água pesada. A contradição residia no fato de que de nada teria

adiantando ao país manter firme a decisão de não assinar o TNP, reservando-se o direito de dirigir com mais autonomia seu programa nuclear, se, concomitantemente, optava pela compra de um produto com tecnologia estrangeira, num contrato do tipo “caixa-preta”, em que a última coisa que ocorreria seria a incorporação de tecnologia, desestimulando os esforços e as pesquisas internas em busca de uma efetiva independência tecnológica nesse campo. (ROSA, *op.cit.*, pág. 16). De igual modo, o argumento de que a energia nuclear como produtora de eletricidade não era uma necessidade premente, em face do grande potencial hidroelétrico ainda não aproveitado, e por essa mesma razão, nem justificável, aquecera a discussão, levando muitos a concluírem que a finalidade estratégica do objetivo nuclear retomara o tradicional lugar de destaque que sempre ocupara no imaginário militar. Assim, a finalidade perseguida com a decisão de importação dos reatores nucleares norte-americanos seria de queimar etapas para adquirir rapidamente tecnologia junto ao setor. O desastre que a encerra é que não havia da parte dos Estados Unidos nenhuma disposição no sentido de atender a tais expectativas do governo brasileiro, e assim sendo, a usina adquirida junto à Westinghouse obedeceria ao sistema “turnkey”, isto é, chegaria pronta, acabada “e com a participação local restrita às obras” (GOLDEMBERG, *op. cit.*, p. 13).

Em 1972, o Brasil assinou um novo acordo com os Estados Unidos para o fornecimento do combustível para os reatores das usinas Angra I, já encomendada, e Angra II e III (programadas). Pelo tratado, os EUA se comprometiam a fornecer urânio enriquecido numa quantidade que não ultrapassasse 2300 kg, ao longo de 30 anos, em troca do urânio natural brasileiro (GIROTTI *op.cit.*, p. 37). Depois de usado, o combustível deveria ser devolvido aquele país para ser reprocessado. Nenhuma possibilidade de transferência de conhecimento para o enriquecimento doméstico fora aventada, significando dizer que a pretensão de independência nuclear com ajuda norte-americana estava fora de discussão. Ficava ainda a cargo da Comissão de Energia Atômica dos EUA o controle sobre as

instalações nucleares brasileiras para que estas não fizessem uso militar do material recebido. Portanto, conforme podemos aferir, por esse acordo o Brasil não só abria mão da possibilidade de desenvolver capacitação tecnologia autônoma como também alienava em parte sua soberania ao deixar-se amarrar por critérios tão rígidos de negociações que subordinavam totalmente seus interesses nucleares estratégicos, bem como suas futuras instalações ao interesse estratégico-comercial da superpotência, submetendo-os à vigilância e à fiscalização da agência de inspeção nuclear norte-americana.

O Governo Médici não alterou nada que fosse significativamente importante na política nuclear proposta por seu antecessor, seguindo, portanto, em linhas gerais, a direção apontada por Costa e Silva.

No âmbito do Terceiro Mundo, outros governos de importantes países do bloco também vinham pesquisando projetos de reatores nucleares de potência, como eram o caso dos Governos de Nova Delhi e de Buenos Aires. Os progressos registrados pelo vizinho imediato deixava em alerta o Governo brasileiro, afligido pelo incômodo conhecimento de que a Argentina, àquela altura, “já estava construindo seu primeiro reator de potência, a urânio natural, adquirido da Siemens alemã” (Rosa, *op. cit.* pág. 14). Esse fato teria influenciado substancialmente a decisão brasileira de adquirir o produto norte-americano motivada pela preocupação com a dianteira tomada pela Argentina.

Por seu turno, a Índia, sigilosamente, desenvolvia suas pretensões estratégico-militares. Assim é que dois anos depois realizaria com sucesso seu primeiro teste atômico com tecnologia desenvolvida a partir daquela fornecida por um país estrangeiro, no caso, o Canadá, “acontecimento que estimularia ainda mais seus congêneres sul-americanos a exigirem progressos mais rápidos na aquisição de sua própria capacidade nuclear, com a implicação de que seria com o ciclo completo do combustível” (SKIDMORE, *op. cit.*, p. 378). Contrariamente ao que vislumbrava, tal acontecimento viria a enterrar de vez as vagas

pretensões e esperanças brasileiras de conseguir junto aos EUA, por meio de pressões exercidas sobre a Westinghouse, a colaboração para a assinatura de um contrato que permitisse a nacionalização progressiva da tecnologia no campo nuclear. A empresa, seguindo as diretrizes rigorosa e restritamente comerciais estabelecidas pelo Governo estadunidense, rechaçara essa proposta limitando-se a oferecer mais usinas nucleares, todas, porém, seguindo o padrão “caixa preta”.

A essa dificuldade viriam a se somar muitas outras consoante vimos anteriormente: a crise do petróleo e a conseqüente incapacidade norte-americana de honrar o acordo de fornecimento de urânio enriquecido, a conjuntura interna de crescimento acelerado bem como os propósitos do Brasil-Potência o qual prescrevia, obrigatoriamente, o domínio interno de tecnologias sensíveis. Junte tudo isso e teremos então o caldo de cultura que fomentou e produziu no âmbito do pragmatismo do Governo Geisel, a necessidade de encontrar um parceiro com condições e disposição para suprir as expectativas nacionais para esse setor, tendo em vista as frustradas tentativas no interior do continente. O acordo nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, em 1975, prometia, portanto, atender a todas essas demandas. A ele e às discussões que se desdobraram após esse evento é ao que vamos nos ater com mais detalhes na próxima sessão. Nossa expectativa é conseguir fazer as conexões entre tal programa e o projeto Brasil-potência, ou seja, capturar o sentido da urgência de Geisel por desenvolvê-lo, tomando por hipótese que o programa era encarado pelo Governo como um atalho certo para conquistar mais rapidamente as metas de projeção nacional bem como assegurar para o país um assento cativo entre aqueles com voz de comando na cena internacional.

4.2.2 O Programa Nuclear e a Estratégia da Autonomia Tecnológica Brasileira: uma relação estreita com o Projeto de Potência?

Que o Governo Geisel imprimiu um novo modelo de relações com os Estados Unidos nós já tivemos a oportunidade de ver por aqui. De estilo autocrático e personalidade austera e discreta, o Presidente é retratado por estudiosos de seu Governo como o mais marcial dos generais que ocuparam o poder na seqüência militar. Seu estilo duro, centralizador e objetivo de administrar não deixavam dúvidas sobre a quem deveria ser jogada a responsabilidade pelos bônus e os ônus das decisões tomadas no governo. Paradoxalmente, seria este mesmo Presidente, de aparência severa e temível, que contrariando seus pares da chamada “linha dura”, daria início ao processo de anistia política aos adversários cassados pelo regime e abriria o caminho para a recondução do Brasil aos trilhos da democracia. (GASPARI, 2002), (SKIDMORE, 1988).

O Presidente, pelo próprio tipo de personalidade que o definia, era menos inclinado do que seus antecessores, como Castello Branco principalmente, a aceitar a idéia de serem os Estados Unidos um aliado indispensável a quem deveria o Brasil prudentemente seguir, por vezes até flexibilizando seus interesses mais imediatos, postergando essas reivindicações a momentos mais adequados. A delicada situação do país encontrada pelo novo mandatário podia ser classificada como dramática para quem, como Geisel, se dispusera a avançar com o projeto de grandeza nacional alavancado por Médici. Seu espaço de manobras, nesse contexto, necessitava imperativa e incondicionalmente, ser ampliado.

Relembremos que a nova configuração da ordem mundial na década de 70 emergira de condicionantes específicas: a diversificação do centro capitalista, a distensão da guerra fria, a relativização do poder militar e econômico dos Estados Unidos. O primeiro em face do aparecimento de novos atores nucleares e o último em razão do surgimento de novas

potências econômicas na Europa e na Ásia. Essa conjuntura internacional mais elástica abria uma janela de oportunidades para que países como o Brasil anteviessem, a partir daquela perspectiva, uma chance histórica de rever antigos posicionamentos, redefinindo as bases de seus relacionamentos com os Estados Unidos. Não só consciente, mas, sobretudo, confiante de que seu maior peso econômico delegava-lhe também maior autonomia e poder de negociação internacional, o Brasil de Geisel passou a se permitir maiores ousadias em busca de um caminho próprio para o desenvolvimento que apontavam para o estabelecimento de relações mais próximas com outros países.

Historicamente a relação entre Brasil e Estados Unidos sempre estivera na trincheira do conflito e do confronto político, alternando comportamentos que iam da subserviência ao enfrentamento vindo da parte do aliado mais fraco, sinal claro de que a aliança entre os dois países jamais primara pela estabilidade. Os pontos de atritos mais importantes, até o início do Governo Geisel, subscreviam-se, principalmente, na esfera das relações econômicas e comerciais e no desinteresse norte-americano em apoiar uma reforma do sistema comercial e financeiro mundial. Com a chegada de Geisel ao poder, a questão nuclear tomaria espaço e relevo frente a esses problemas tradicionais que, não obstante tenham se agravado ainda mais em função das pressões e estratégias das quais lançou mão o parceiro maior para frear o crescimento econômico brasileiro, tornaram-se secundarizados perante a firme decisão do Governo _ em face da inflexibilidade americana, e da expansão do mercado de reatores nucleares provocada pelo surgimento de novos fornecedores em condições de concorrência, na década de 70 _ de buscar soluções para o tema do desenvolvimento nuclear que passavam ao largo do controle norte-americano, uma afirmação de autonomia que viria provocar ostensiva e virulenta reação da superpotência, que jogou com o seu peso e influência para sufocar as pretensões brasileiras.

A crise mundial do petróleo fora o principal mote de campanha com que o Brasil de Geisel procurou justificar publicamente a necessidade de desenvolvimento nuclear e conquistar adesão interna a seus propósitos. Mas não só isso movia o país naquele período. A mais importante mudança que se deve registrar (posto que seria dela que adviriam as condições políticas, materiais e psicológicas para a viabilização das decisões de governo) inscrevia-se na esfera da auto-imagem segura e positiva com que o país passou a encarar a si mesmo e apresentar-se diante do mundo, bem como da percepção deste acerca da própria capacidade e da responsabilidade maior e exclusiva de escolher os caminhos para alcançar suas metas e programas. Essa nova postura, que levava o país a sustentar posicionamentos inéditos na arena internacional em defesa de seus interesses, todavia, não rompia nem confrontava aquela que originalmente dera essência e fôrma à sociedade brasileira e da qual o próprio regime militar era mais que um reflexo, senão um produto. Nesse sentido, a nova imagem explicitou de modo exacerbado essa natureza intrinsecamente autoritária do regime, ilustrada pela decisão do Governo Geisel de revestir a nova política nuclear de um caráter secreto e restrito, situando-a fora de qualquer debate com a sociedade civil e a comunidade científica. O sentido de urgência que tomara de assalto o Governo, em face das razões geopolíticas e estratégicas que o incomodavam, concentrou a decisão pela assinatura do acordo com a Alemanha Federal no núcleo central e fechado da Presidência da República. Confrontado com essa questão, Simon Rosental, funcionário de carreira das Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB) de 1976 a 2001 e diretor industrial da NUCLEMON, uma subsidiária da INB, na década de 90, em entrevista concedida a essa pesquisadora em 22/02/2007, fez análise contextual interessante e precisa do tema estabelecendo um viés explicativo possível para a lógica governamental que teria sustentado tal conduta:

Se o Governo tinha pressa, o desenvolvimento autônomo em institutos de pesquisa não seria a solução adequada. Cabe saber o que é melhor para quem quer aprender de forma mais rápida e eficiente: aprender com quem sabe e está disposto a ensinar, ou; aprender partindo do zero, por conta própria como autodidata?

Segundo a visão de Camargo & Ocampo (*op.cit.*, p. 93), o fundamento da nova política nuclear não admitia a democratização das discussões pela sociedade porque se inscrevia num outro plano. Nesse plano, podemos supor, situava-se também a missão militar frente ao país, uma missão postergada pela *ineficiência e a incompetência dos Governos civis*, e tomada-lhes das mãos por uma categoria que se acreditava com plena competência, disposição e zelo por realizá-la.

O acordo nuclear com a Alemanha era uma das peças centrais da estratégia nacional desenvolvida pelas autoridades militares que, apoiando-se no binômio “segurança e desenvolvimento”, pretendia que o sonho de potência se tornasse realidade. A nuclearização pacífica do Brasil significava a possibilidade de desenvolver as capacidades econômica e militar combinadamente e sem dependências excessivas do exterior, provocando o salto tecnológico necessário para a construção do tipo de país que o regime militar almejava.

Visto sob esse prisma, o acordo parecia indicar um avanço em dois níveis importantíssimos das expectativas brasileiras, válidas não só para aquele momento, mas para todos os outros a partir dele, posto que se supunha desenhar definitivamente o futuro do país como potência: o de conquista de uma maior autonomia decisória imputando-lhe vez e voz, não só diante do parceiro hegemônico, mas também perante o sistema internacional, pavimentando o caminho de conquista definitiva de um lugar no Conselho de Segurança da ONU; o de solução tecnologicamente mais adequada para se prosseguir no caminho de um desenvolvimento acelerado. Já fazia algum tempo, as discussões no seio dos organismos de apoio ao Governo militar como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Sistema Nacional de Informações (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN), concentravam-se na preocupação com o aumento das disparidades tecnológicas apresentadas entre países ricos e pobres e o conseqüente aumento da vulnerabilidade e dependência que esse distanciamento provocava ao Brasil como integrante que era de um grupo intermediário. Cada vez mais na história da evolução humana, a prerrogativa do domínio científico e tecnológico de alta

sensibilidade determinaria o lugar a ser ocupado pelas diversas nações no planeta e selariam seus destinos em termos de alcance, expressão e autonomia política, econômica e estratégica perante a nova configuração sistêmica mundial. Quanto maior a disparidade, infinitamente menores eram as possibilidades de migração de um país do Terceiro Mundo para etapas mais avançadas do desenvolvimento e, no caso brasileiro, bem mais pedregoso e longínquo o caminho para o ponto no qual aspirava fincar sua bandeira.

Desse raciocínio derivava o sentido de urgência que levou o Governo Geisel a procurar saídas para um problema identificado como imediato e cuja solução, também imediata, condicionava seu projeto de gestão. Daí não haver tempo ou disposição da Presidência de levar a questão ao debate junto à sociedade ou amarrar-se a velhas conjecturas geopolíticas que recomendavam o tradicional alinhamento do país às políticas internacionais de “interesse gerais”, defendidas pelo parceiro hegemônico. As chamadas *razões de Estado*, as mesmas que inspiraram os países que desenvolveram, de modo igualmente sigiloso e restrito a um determinado grupo operacional ou de interesse direto, ou seja, às expensas do debate com a totalidade da sociedade, seus incipientes programas nucleares, também ditaram as regras no Brasil. Nenhuma nação que tenha dirigido tão pesados esforços financeiros para um campo de científico-tecnológico reconhecido como altamente estratégico e de poder, o fez sem o resguardo do segredo ou sem pretensões geopolíticas futuras. O grande senão que podemos registrar em relação ao Brasil é que diferente daquelas nações, o país do período era governado por um regime de exceção, onde o autoritarismo e o arbítrio eram pilares fundamentais do sistema, expressões peculiares da fragilidade e da ilegitimidade do poder militar instituído em 64, posto que sem o lastro e a autoridade que a escolha democrática confere. E essa diferença de natureza do regime político sobrecarregava em peso, importância e desconfiança qualquer decisão de Governo que sustentasse uma ótica político-estratégica.

Dentro dessa conjuntura, a expectativa de queimar etapas e acelerar o processo de desenvolvimento nuclear, importando tecnologia e atropelando as pesquisas nacionais (cujos resultados demandariam longo tempo de resposta), isolando de qualquer participação no programa, não só os cientistas que as desenvolviam, como também os que as defendiam, é uma postura não somente explicável do ponto de vista das pretensões imediatistas e da natureza autocrática da administração Geisel, como também é coerente e corroboradora do caráter estratégico-militar que conformava, desde a sua origem, o desenvolvimento nuclear brasileiro. Este assumia, diante das idiossincrasias da interpretação do Governo sobre a evolução geopolítica mundial no período, um caráter de urgência frente a chegada do momento considerado ideal, propiciado pela reunião de condições interna e internacionais inéditas e, sob o olhar da Presidência, favorecedoras de posturas mais ousadas que levassem o país a aproveitar a oportunidade histórica de realizar seu destino de potência, não deixando espaço para o serviço de debater as esperadas objeções de uma classe científica corporativamente ferida em seu orgulho e contrariada em seus anseios de desenvolver uma tecnologia nuclear autônoma.

Em síntese, havia diante de Geisel obstáculos de toda ordem que precisavam ser removidos ou contornados para que seu firme propósito de investir no setor de alta tecnologia nuclear se concretizasse. Estes se estenderiam para além da discussão no meio científico doméstico e da necessidade de encontrar um parceiro que aceitasse as exigências de transferência de tecnologia, concentrando-se, sobretudo, nos meios de resistir às pressões internas e internacionais que os Estados Unidos impetraram para impedir que o Brasil adquirisse conhecimento sensível no setor, as quais manifestaram-se desde o primeiro momento em que o país decidiu sair em campo em busca de outros fornecedores na América (Canadá), na Ásia (Japão) e na Europa Ocidental (Inglaterra, França e Alemanha), concentrando nesses dois últimos países, seus maiores esforços.

As negociações com as duas potências nucleares, feitas concomitantemente, colocavam na bandeja o que o Brasil podia oferecer e o que almejava conseguir em troca de seus interlocutores: “acesso à prospecção de urânio no Brasil e a preferência na venda de equipamentos para as nossas centrais nucleares” e, em contrapartida, “a transferência de toda a tecnologia de processo e de projeto de centrais nucleares e de usinas de enriquecimento e de reprocessamento do combustível (CONANT e GOLD, 1981, p. 226). As negociações com a França não tiveram êxito por conta de restrições contratuais que ainda atavam a empresa nativa Framatone, fabricante dos reatores da linha PWR, à empresa americana Westinghouse, proprietária daquela tecnologia e que proibiam o país europeu de comercializá-la no mercado internacional (GIROTTI, *op. cit.*, p. 72).

Esse tipo de problema com suas empresas a Alemanha não apresentava e, por conta disso, sua resposta foi mais eficiente e positiva às pretensões brasileiras, pois convergiam com os interesses comerciais e estratégicos germânicos em relação ao seu florescido, porém perturbado setor nuclear. O país vinha sendo fortemente sacudido internamente por contestações protagonizadas por movimentos de pressão anti-atômicos, os quais lhe questionava em vários aspectos: quanto à intensidade e a pujança dos investimentos industriais privados (subsidiados pelo Governo) no desenvolvimento desse campo; em relação ao predomínio dos interesses industriais “irresponsavelmente” economicistas de construção e exportação de centrais nucleares e a inexistência de uma postura de igual intensidade no resguardo da máxima segurança técnica dessas usinas, visando minimizar os riscos para a vida humana e o meio ambiente; quanto à conveniência de seu desenvolvimento dada a natureza perigosa de tal modalidade energética.

O sucesso desses movimentos contestatórios na Alemanha resultou num refreamento considerável de suas encomendas domésticas. Internacionalmente, o fator de perturbação residia na suspensão do combustível irradiado fornecido pelos EUA _ consequência da maior

demanda mundial por urânio enriquecido provocada pela crise do petróleo e da incapacidade norte-americana de dar conta de todas as encomendas _ levando o país a um impasse, resumido assim nas palavras de Girotti, (*op.cit.*, p.76):

(...) a Alemanha Federal possuía uma indústria nuclear de envergadura que caminhava para uma crise; carecia de jazidas próprias de urânio e, ademais, tinha o fornecimento de combustível enriquecido em mãos dos EUA; por último, seu Governo estava submetido à crítica crescente da sociedade. Nessas circunstâncias, as primeiras sondagens que realizaram os Ministérios das Relações Exteriores e das Minas e Energia do Brasil constituíram para os alemães um virtual salva-vidas.

E complementado por Camargo e Ocampo (*op.cit.*, p. 90):

Com efeito, com a diminuição da demanda interna, as empresas alemãs necessitavam, urgentemente, colocar seu produto fora de suas fronteiras, passando a competir, em grande escala, pelos mercados do Terceiro Mundo. É nesse ponto que o Brasil, que vinha mantendo uma relação difícil com os Estados Unidos no que se refere à questão da tecnologia nuclear, decidiu optar por um acordo com a Alemanha Federal que lhe permitia romper com a parceria definitiva com os Estados Unidos.

A convergência dos interesses comerciais e estratégicos alemães com aqueles consubstanciados no projeto de potência nacional resultaram, portanto, no acordo nuclear Brasil-Alemanha e arregimentou da parte do Estados Unidos, virulenta oposição, pois feriam-lhes interesses regionais de toda ordem: comerciais, visto que encerrava um ciclo de completa dominação norte-americana do mercado de bons negócios no setor nuclear latino-americano em favor da Alemanha Ocidental, inaugurando uma indesejável era de competição intra-potências no continente; diplomático, posto que consolidava o distanciamento e a disposição brasileira de desfazer a aliança incondicional e favorável aos interesses estadunidenses com a qual estes se acostumaram a enxergar o relacionamento entre ambos, representando a possibilidade de perda de um aliado de peso e importância na América do Sul; político-estratégico, diante do fantasma do risco de uma corrida atômica no Terceiro Mundo em face da voracidade e dos investimentos não só brasileiros e argentinos, mas também sul-africanos

_ sem falar nos resultados positivos obtidos pela Índia na busca do completo conhecimento da tecnologia nuclear.

Sobre essa última questão se concentraria a argumentação dos Estados Unidos para tentar reverter o acordo _ que não conseguira impedir _ entre as duas nações. Segundo propagava, o alargamento do clube atômico por novos membros originados do Terceiro Mundo estava em processo graças à facilidade com que as novas potências nucleares, sobretudo da Europa Ocidental, como Alemanha e França, lhes davam acesso. Entrava na agenda norte-americana a estratégia de trabalhar corações e mentes para sua causa, sob uma roupagem de *preocupações humanitárias*, alertando a comunidade internacional _ já devidamente assombrada com a corrida armamentista e o crescimento vertical do poderio atômico em curso entre as duas maiores potências nucleares _ para o perigo que representava a difusão do conhecimento técnico-científico nuclear sobre o Terceiro Mundo, em razão da instabilidade geopolítica que o caracterizava, vislumbrando no horizonte um risco real para a humanidade da “nuclearização de seus eventuais conflitos regionais” (CAMARGO e OCAMPO, *op. cit.*, p.94). Não deixa de ser contraditória a preocupação norte-americana quando é de conhecimento universal que o único registro de uso bélico da tecnologia nuclear na resolução de um conflito fora dado exatamente pela grande potência do norte. Mirava-se em si mesma ao explicitar tal visão aterrorizante?

Trabalhar no plano ideológico, jogando com os legítimos temores e inquietações da comunidade internacional, pelos quais, insofismavelmente, respondiam e alimentavam continuamente, era apenas um dos tentáculos empreendidos pelos Estados Unidos para garantir a velha ordem estabelecida para o continente. Todavia, foram as políticas concretas efetuadas pelo país que nos podem dar a verdadeira dimensão da preocupação que a emergência de uma nova potência nuclear em sua periferia representava para os norte-americanos. Nesse sentido, a pressão vitoriosa exercida sobre a empresa Urenco, um

consórcio multinacional formado pela Alemanha, Grã-Bretanha e Holanda, de quem o Brasil esperava adquirir, em primeira mão, a comprovada tecnologia de reatores alimentados por centrifugação de gás, e que fora lhe negado pelo mais vulnerável dos sócios, a Holanda, constituiu-se em apenas uma das medidas de poder tomadas; o resgate da jornada em defesa dos direitos humanos no continente, para os quais viraram as costas no período áureo da Guerra Fria, e que agora como consequência da distensão, retornara convenientemente à pauta de preocupações de seu Congresso, fora outro ponto com qual os Estados Unidos buscaram “emparedar” o Brasil.

No primeiro caso, a capitulação da Urenco, eliminava qualquer possibilidade do Brasil absorver a tecnologia de domínio já estabelecido na Alemanha, ou seja, a dos reatores alimentados por ultracentrifugação “uma tecnologia de enriquecimento que, em termos comparativos, era muito mais barata que a usada pelos norte-americanos (difusão de gás)” (GIROTTI, *op. cit.*, p.78). Não obstante, a crença e a determinação brasileiras na possibilidade de dominar rapidamente o conhecimento nuclear, instigara o país a se associar a Alemanha na pesquisa de um método de enriquecimento de urânio baseado no sistema de jato centrífugo (jez nozzle), ainda em estudo experimental no país, e por essa razão, não comprovado comercialmente, compartilhando os riscos e os custos da pesquisa como também da produção na fase industrial do processo (GOLDEMBERG, *op. cit.*, p. 15-16). Sob a ótica do Governo, uma oportunidade de garantir direitos sobre uma tecnologia sofisticada, em adiantada fase de desenvolvimento, assegurando a proteção de seus interesses energéticos e estratégicos e sua decisão, em termos de política industrial, de concentrar os investimentos no setor de bens de capitais. Para seus críticos, uma aposta errada em que somente o sócio europeu se beneficiava amplamente, não só porque rateava os custos da pesquisa, mas, sobretudo, porque garantia um mercado cativo às empresas nucleares alemãs, considerando-se que o método de enriquecimento de urânio do jez nozzle demonstrava ser inviável em termos

de competitividade industrial-comercial, uma vez que para processar o combustível, consumia bem maior quantidade de eletricidade que o método desenvolvido por seus concorrentes, a Westinghouse (difusão de gás) e a Urenco (ultracentrifugação).

No segundo caso, a mudança de rumo no modo de condução da política externa dos Estados Unidos, cuja nova orientação era de condenar os regimes autoritários no continente _ regimes estes anteriormente estimulados, apoiados e, alguns casos, financiados pelo Governo americano nos momentos mais críticos do confronto bipolar (GASPARI, 2002) condicionava a assistência militar fornecida pelos EUA à garantia de respeito às regras de não violação dos direitos humanos. Nesse novo contexto, o relatório emitido por seu Departamento de Estado criticava fortemente o Brasil, com base em documentos de Entidades como a Anistia Internacional, transformando-se, na visão do Governo brasileiro, em mais uma ferramenta de poder e pressão na incansável tentativa de enquadrar o país e obrigá-lo a desistir da idéia “de construir as fábricas de enriquecimento e reprocessamento de urânio previstos no acordo com a Alemanha” (CAMARGO & OCAMPO, *op. cit.*, p. 105). Tal atitude foi interpretada pela administração Geisel, que vinha fazendo esforços no sentido de combater os excessos da chamada “linha dura”, como uma interferência intolerável em assuntos soberanos do Brasil, excitando o sentimento nacionalista de importantes setores da sociedade: comunidade científica, militares, parcela das esquerdas, setores da imprensa brasileira e a opinião pública de modo geral, culminando na decisão de cancelamento de todos os acordos militares que o país mantinha com os Estados Unidos (SKIDMORE, *op. cit.*, p.383-384).

Esse apoio, entretanto, não pode ser confundido com uma adesão integral e irrestrito à causa da ditadura. Antes sim, deve ser lido como uma afirmação do orgulho nacional, uma reunião de adversários políticos em torno de um sentimento comum que calava fundo à alma do brasileiro medianamente informado: o sentimento de violação provocado pelo que se tomou coletivamente como uma intromissão indébita dos Estados Unidos em assuntos de

alçada exclusiva do Brasil _ no caso da questão dos direitos humanos _ e de Brasil e Alemanha, nações soberanas, no caso do acordo nuclear. Sob a ótica do Governo, o cerco imprimido pela superpotência envolvendo todos os campos do relacionamento bilateral entre ambos, tinha o claro objetivo de reprimir sua audácia 'independentista' e frear o crescimento e a projeção internacional brasileiros que colocavam em xeque a hegemonia norte-americana no continente.

Tanto é verdade que podemos interpretar a forte reação interna mais como uma postura antiamericanista do que propriamente de apoio ao programa nucleo-energético do Governo, que jamais cessaram os argumentos de seus opositores para condenar, não exatamente o desenvolvimento nuclear (excetuando desse grupo, naturalmente, os *ambientalistas ortodoxos*), mas o momento, o modelo e a forma escolhida para fazê-lo.

4.2.3 O Programa Nuclear em Debate: argumentos e contra-argumentos

Especialistas em energia como Joaquim Francisco de Carvalho (1980, p. 3), engenheiro responsável pelo curso de tecnologia de energia do Centro de Pesquisas Físicas, afirmava que a energia nucleoeletrica não era ainda vital para a realidade brasileira, pois o potencial hidroelétrico nacional não estava esgotado e nem totalmente inventariado. E prosseguia enumerando uma série de outras razões para justificar seu argumento: além de ressaltar o custo proibitivo da geração nuclear na comparação com o mw/h do modelo hidroenergético, defendia o uso mais racional da energia fóssil, propondo como alternativa à produção para uso não destinado à eletricidade, o plantio, pelo vasto território brasileiro, de culturas energéticas (biomassa), respeitando a vocação climática de cada região, medida que contribuiria para assegurar empregos no campo, antevendo uma situação que, décadas mais tarde, faria parte da agenda brasileira, dada sua liderança na produção de biocombustíveis _ e

mundial _ em decorrência dos efeitos preocupantes provocados pelo fenômeno do aquecimento terrestre; citava novos estudos elaborados pela ELETROBRÁS, os quais asseguravam que a disponibilidade hidroelétrica nacional inventariada era capaz de responder pela instalação de 213.000.000 mw/h ano, o equivalente a apenas 13% do total utilizado em 1980, atualizando dados técnicos anteriores da própria estatal, consubstanciados no chamado PLANO 90, que apontavam, já em meados da década de 70 para uma direção contrária, emitindo sinais de urgência em se promover a utilização articulada dos recursos hídricos com a energia nuclear, esta última de modo crescente, até tornar-se preponderante na matriz eletroenergética nacional (CONANT e GOLD, *op.cit.*, p.225):

Em 1974, a Eletrobrás submeteu ao Governo um programa de obras para atendimento do mercado de eletricidade no período de 1975-1990. O chamado PLANO-90, baseado na expectativa de crescimento da demanda de eletricidade à taxa média anual de 8,7% no caso de mercado baixo, ou de 11,4%, no caso de mercado alto, incluía a proposta de 6 a 8 usinas nucleoeletricas de 1.200 MW cada no quadro de um programa de 44.600 MW de usinas hidrelétricas e de um potencial hidráulico estimado em 150.000 MW.

Portanto, os argumentos desenvolvidos pelo Governo para justificar a opção pela modalidade nuclear não foram arrancados da cartola, mas escoraram-se sobre projeções de altas taxas de crescimento de consumo energético elaborado pelo Órgão responsável pela elaboração oficial da política energética nacional, ainda que saibamos que tal fato não imunize a Entidade da influência de grupos lobbistas com interesses políticos e/ ou econômicos particulares, ao contrário até fomenta essas ações. Contudo, a decisão do Governo Geisel tinha base em dados, *a priori*, confiáveis, e projetava-se sobre elevados níveis de crescimento econômico, conjugada à necessidade equivalente de garantir o acompanhamento adequado e livre de dependências externas da oferta de energia elétrica, conforme justificativa da Presidência da República ao explicar perante a opinião pública o “Programa Nuclear Brasileiro” (BRASIL, 1977, p. 8 e 9):

Na definição de novo balanço energético, o Governo considerou conveniente fazer uso crescente da eletricidade. As mesmas razões, porém, que militam contra o aumento da dependência do petróleo afastam a hipótese de desenvolvimento em escala considerável da produção termelétrica convencional. Quanto à opção hidrelétrica, que tem sido prioritária no desenvolvimento da produção de eletricidade no Brasil, aproxima-se ela dos seus limites econômicos naturais. Na previsão de uma vigorosa taxa nacional de crescimento do consumo, que dobra a cada sete anos, as perspectivas são de exaustão, ainda na próxima década, do aproveitamento hídrico nas regiões mais industrializadas do país, onde se localizam cerca de 80% da demanda nacional, e no nordeste. Ao final do século, o que se pode prever é a necessidade de uma potência instalada de geração de eletricidade da ordem de 180.000.000 kw, demanda de qualquer modo superior ao potencial hídrico existente em todo o país, ainda que este fosse integralmente aproveitável do ponto de vista econômico e técnico.

Sem levar à julgamento a confiabilidade dos dados levantados pelo Governo ou pela ELETROBRÁS, Simon Rosental, na qualidade de ex-componente do quadro de altos funcionários da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), ressalta na mesma entrevista concedida a esta pesquisadora em fevereiro de 2007, que para entender a questão energética, devemos lembrar que esta se divide em três fases distintas: geração, transmissão e distribuição. Segundo este especialista, o maior potencial hidroelétrico remanescente para geração de energia por fonte hídrica do Brasil está na região norte. Esse dado é importante, pois responde por um alto custo na fase de transmissão devido à longa distância que a energia precisa percorrer até a chegada aos mercados consumidores do Sudeste, onde será distribuída _ sem esquecer das perdas consideráveis de energia ao longo do percurso (a hidroelétrica só pode ser implantada onde está o potencial, ao contrário da nuclear, que pode ser implantada junto aos centros consumidores). Em sua opinião, perigosa também é a decisão brasileira de concentrar sua produção de eletricidade, a um nível quase absoluto (aproximadamente 95%), em hidroeletricidade, mesmo considerando que um país com o potencial hidráulico do Brasil deve ter essa modalidade como predominante. Nos países desenvolvidos, acrescenta, costuma-se diversificar as fontes para reduzir a vulnerabilidade _ aqui nesse caso representada pelos períodos de seca, recorrentes em nosso país em intervalos que variam de quatro a cinco anos. De igual modo, discorda daqueles que condenam a opção nuclear usando como argumento a comparação de custos entre uma usina hidroelétrica e uma usina atômica. Segundo Rosental,

antes, necessário se faz comparar hidroelétrica com hidroelétrica e usina nuclear com usina nuclear. E esclarece:

Uma hidroelétrica deverá ser mais barata em local com diferença de altitude se comparada com outra implantada em terreno plano. Já a usina nuclear dependerá de uma maior racionalização do projeto para reduzir o impacto de seus custos. Veja o caso, por exemplo, da França, o país de maior êxito em energia nuclear para a geração de eletricidade no mundo (cerca de 80% do consumo interno de eletricidade é de fonte nuclear, e ainda possui um excedente que exporta para a vizinhança). Lá, em face da inexistência de recursos próprios para a geração de energia, o governo, na década de 70, decidiu-se pelo desenvolvimento da opção nuclear. Tomada a decisão, juntou-se à líder do mercado norte-americano (Westinghouse) e projetaram a melhor usina possível para a época. Começaram a produzir usinas iguais, de forma modular. Isso significa dizer que o projeto básico era o mesmo para todas e que os detalhamentos se restringiam apenas a adaptação às peculiaridades de cada usina. Quanto aos equipamentos pesados, que constituem 55% dos custos de uma usina, eram fabricados de forma contínua, o que acarretava ganhos pela economia de escala. Hoje, o país é capaz de implantar uma usina do porte de Angra II por menos de US\$ 900,000 milhões. Quanto nos custou Angra II? O mais fundamental a ressaltar disso tudo é que o projeto de desenvolvimento da energia atômica no país não sofreu problemas de continuidade em função da alternância de poder entre governos conservadores e governos socialistas. Tratava-se de um projeto de Estado e não de um projeto de governo.

Na afirmativa final do especialista está sintetizado o problema maior a envolver o desenvolvimento nuclear brasileiro: o amadorismo e a superficialidade com que diferentes governantes trataram o tema atribuíram uma certa aura de imaturidade e inconsistência as suas propostas, agravadas em muito pela ausência, ao longo do processo, de discussões que poderiam contribuir para dar clareza, solidez e direção aos seus objetivos, que resultaram em uma enorme insegurança sobre o que de fato pretendia o Brasil alcançar com o desenvolvimento do setor, atrapalhando sobremaneira sua evolução. Essa indefinição abriu espaço não só para a eclosão de um ideologismo do tipo maniqueísta acerca da questão nuclear quanto permitiu a emergência de interesses menos nobres, restritos ao universo particular dos grupos de classe e/ou setoriais, cujas ações e decisões impetradas, na ponta do processo, esvaziaram o conteúdo da matéria e sabotaram a possibilidade de tornar verdadeiramente coesa a identificação da nação com o projeto.

Esse comportamento já característico de nossa sociedade, facilmente observável ao longo de toda a nossa história política, repetia-se no Governo Geisel e no setor elétrico com o embate público travado entre a ELETROBRÁS e a NUCLEBRÁS, estruturas estatais paralelas, criadas para tratar da mesma problemática: a política energética nacional. Entretanto, desde o início de sua coexistência, tais instituições manifestaram constante vocação para um tipo de desempenho que se caracterizava muito mais pela descoordenação e pelos seguidos conflitos do que pela cooperação. A complementaridade de ação entre os dois organismos, esperada pelo Governo quando da repartição das responsabilidades e das atribuições de cada qual frente a implantação do programa nuclear foi solapada pela tentativa de uma e outra instituição de tentar emprestar ao programa energético sua marca corporativa. A materialização dessa disputa, evidente no antagonismo que marcou o posicionamento de ambas as estatais nesse terreno, abarcava não somente a diferente análise técnica da situação energética do período, mas atingiu também suas projeções futuras, culminando na apresentação de propostas totalmente adversas para o setor. Sinteticamente, o quadro que nos apresenta Meneses (1981, p. 28), complementado por dados fornecidos por Luiz Pinguelli Rosa (1981, p. 35), ilustram essas contradições:

Para a NUCLEBRÁS, empresa holding do setor nuclear, que tinha como principais subsidiárias, as binacionais NUCLEP (equipamentos pesados), NUCLEN (engenharia), NUCLEI (enriquecimento de urânio), NUCON (construção de usina) e ainda a nacional NUCLEMON (monazita), a questão energética brasileira apresentava as seguintes questões:

- As reservas hidroelétricas se esgotariam em pouco tempo, sobretudo no Sudeste, coração econômico do Brasil. A taxa histórica de crescimento anual do consumo de eletricidade, da ordem de 10%, indicava que, a prevalecerem estes parâmetros, o esgotamento do potencial hidráulico ocorreria por volta de 1995. Portanto,

resguardando uma conveniente margem de tempo, era necessário iniciar já em 1975 a transição da matriz energética do sistema gerador baseado na hidroeletricidade para um sistema estruturado crescentemente na núcleo-eletricidade. Era, como visto, a defesa do posicionamento original da Eletrobrás, tomado antes da criação dessa nova estatal de energia, só ocorrida em dezembro de 1974 ;

- Os custos de produção nuclear não eram tão altos (cerca de \$ 600,00 por kw instalado, segundo cálculos de 1975) e seriam progressivamente absorvidos à medida que um parque industrial nacional de alta tecnologia _ que na teia do processo, inevitavelmente seria instalada _ se consolidasse;
- A tramitação de energia elétrica à longas distâncias, para trazer energia do norte (onde estava geograficamente localizado o maior potencial hidroelétrico) era custosa, perdulária e, portanto, pouco viável economicamente.

Para a ELETROBRÁS, empresa holding do setor elétrico, atualizando o discurso, e sua principal subsidiária, Furnas, encarregada da construção e operação de Angra I (e desde o nascimento da NUCON, afastada da construção de Angra II e III, ficando sua função reduzida à operação), o quadro era totalmente diferente:

1. O potencial hidroelétrico estimado estava desatualizado: sua capacidade era bem maior que as projeções de crescimento da demanda, portanto, não haveria necessidade de investir no setor nuclear antes da virada do século.
2. Crescimento econômico nem sempre significa crescimento da demanda por energia elétrica, conforme demonstração dos países do primeiro mundo. Outras variáveis além do aumento do PIB tinham que entrar no cálculo: projeção de crescimento

demográfico e consumo per capita, tipo de industrialização: se de consumo intensivo ou extensivo (maior tecnologia = menor consumo);

3. Os custos de produção da energia nuclear tornavam-na proibitiva, posto que eram altíssimos se comparados com os custos do MW/h hidroelétrico, mesmo considerando os investimentos em linhas de transmissão de longa distância. Convergindo opinião com a Eletrobrás, defendia Rosa que a viabilidade técnica e econômica dessa última já estavam demonstradas: “A própria transmissão de Itaipu a São Paulo cobre 900 km. No Canadá, nos Estados Unidos e na África há linhas de transmissão de 1400 a 1700 km de extensão, usando corrente contínua” (*op.cit.*, p. 45).

Esse debate, cujas disposições contrárias às expectativas do Governo em torno do domínio da energia nuclear nunca foram levadas em consideração a tal ponto de merecer um reexame de propostas e projeções de investimentos, foi resolvido pela Presidência de maneira objetiva e coerente com sua natureza autocrática, ou seja, por decreto, quando a questão dos custos de produção de energia, sustentados pela Eletrobrás, e encampados por grupos setoriais contrários ao programa, ganhou maior proeminência do que a capacidade argumentativa dos técnicos do Planalto em combatê-la.

CONANT & GOLD (*op. cit.*, p. 230), ao fazerem a análise da geopolítica energética brasileira, posicionam-se argumentando que é preciso afastar falsas bases de comparação, como contrapor diretamente custos de construção de hidroelétricas já acabadas, ou em execução _ geograficamente localizadas em seus melhores aproveitamento disponíveis, detendo já um certo grau de nacionalização na produção de equipamentos, com projeto técnico e construção domésticos _ à novidade das núcleo-energéticas, “particularmente Angra II, sobrecarregada pelo ônus da inexperiência”, e ainda assim pretendê-las mais baratas. Outro sofisma que precisa ser esclarecido, segundo os autores, é aquele que leva a

acreditar que o custo do kw instalado da modalidade hídrica segue uma rota de estabilidade, quando não de declínio, e que a construção de usinas hidroelétricas obedece a um custo-padrão. Segundo ilustração dos autores “Itaipu é um projeto caro em relação a Itumbiara, mas é barato em relação à Tucuruí e extremamente barato em relação à Balbina, cujo kw poderá ser superior ao de uma usina nuclear”.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, e determinado a dominar o sofisticado conhecimento nuclear, estabeleceu o Governo que os custos de uma usina que excedessem certo nível de referência seriam subsidiados. Esse sacrifício seria recompensado pela contrapartida de possibilitar ao país a propriedade a uma tecnologia inovadora, vista por aquela administração como tendo grande possibilidade de viabilizar-se competitivamente, e que uma vez inteiramente dominada, completaria e dinamizaria o parque industrial nacional, trazendo a reboque o almejado destaque no campo internacional.

Crítico mordaz dessa posição, Goldemberg (*op. cit.*, p. 15), aponta o que para ele seria uma contradição entre as intenções direcionadas à política industrial e as prioridades estabelecidas pelo Governo envolvendo os interesses estratégicos de sua gestão. E replica, citando o caso da empresa NUCLEP, uma das quatro empresas binacionais criadas a partir do acordo com a Alemanha para acelerar a transferência de tecnologia.

Para viabilizar esse esquema de transferência, se decidiu construir uma fábrica de componentes pesados (NUCLEP) capaz de fazer as peças essenciais de um ou dois reatores por ano e instalar uma usina de enriquecimento de urânio no Brasil baseado no método do “jato centrífugo”, ainda em desenvolvimento na Alemanha. (...) a instalação da NUCLEP representava na prática um afastamento das indústrias nacionais de bens de capital, pois o Governo se propunha a “fazer tudo”, num certo sentido. Uma vez instalada, a própria NUCLEP se constituía numa arma de pressão para a construção de novas usinas.

E conclui, não sem antes ressaltar que, exceto o setor de construção civil, as empresas nativas de bens de capital não conheceram o esperado “boom” tecnológico em virtude da falta de confiança dos dirigentes no preparo, adequação e capacitação das empresas nacionais e,

sobretudo, na suspeita dessa classe se tais empresas dariam conta das novas demandas do programa nuclear. E arremata:

O que muitos acreditam é que o modelo usado pela Nuclebrás nunca fez justiça à capacidade científica, tecnológica e industrial existente no país: daí a tentativa de “verticalizar” a indústria nuclear através da NUCLEP e a preferência por firmas alemãs, distribuindo no país apenas as encomendas mais tradicionais e periféricas. A verdade é que um pouco mais de confiança nos próprios brasileiros permitiria envolver as empresas de engenharia e projetistas nacionais e com elas o resto da indústria. Isso vale para atividades mais “científicas” como enriquecimento de urânio e preparação de hexafluoreto de urânio em que os próprios institutos de pesquisa do Governo, como o IPEN de São Paulo, foram marginalizados.

4.2.4 Panorama Geral da Atual Situação Nuclear Brasileira

Apesar dos embates, da incapacidade de cumprimento do cronograma, dos infinitos problemas de ordem técnica e, sobretudo, das ingerências políticas, a política nuclear continuou até o período atual, quando, graças aos resultados das pesquisas do Programa Nuclear Paralelo desenvolvido pela Marinha, o Brasil já consegue beneficiar urânio. Na década da 80, pressionado pela militância de seus opositores, que se reuniram em torno de uma CPI (instaurada em 1978 para investigar denúncias de irregularidades e favorecimentos na execução das obras entregues às empresas nacionais de construção civil) e espremido pela grave crise econômica, o programa oficial foi praticamente paralisado, sobrevivendo apenas determinados setores em virtude de ações isoladas. Grande parte do complexo industrial montado para atender às demandas do programa ficou sem função definida, como foi o caso da NUCLEP, posto que a construção de Angra II e III ficou suspensa por tempo indeterminado. Frente a tais problemas, ao assumir o Governo, o general João Baptista Figueiredo decidiu dar continuidade ao objetivo de seu antecessor, por meio do programa paralelo de pesquisa. Não obstante estar inicialmente aberto à participação dos institutos de pesquisas e centros universitários e ter como projeto original a construção de um reator

doméstico de pequena dimensão, cuja finalidade *modesta* era a “produção de radioisótopos usados na medicina, no tratamento do câncer, em certas indústrias e em laboratórios científicos” (ROSA, *op. cit.*, p. 70), de sua origem foi se afastando na medida mesmo em que crescia, em importância e sigilo, as pesquisas desenvolvidas pelos militares no Centro Técnico Espacial da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos (SP); e do Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares (IPEN), órgão originalmente estadual e que foi imediatamente encampado pelo Governo, tornando restrita à Marinha a área dedicada ao Programa Paralelo.

Para o objetivo estratégico a que se dedicavam as três Armas o método escolhido foi a ultracentrifugação, abandonando a tecnologia do jet nozzle, que não se mostrara viável industrialmente. O fim explícito _ conquistar autonomia no ciclo do combustível, não só dominando as etapas de irradiação do urânio, mas também seu reprocessamento _ o sigiloso: desenvolver o submarino nuclear, atendendo aos imperativos de segurança e defesa nacional, no limite, expõem o alcance do interesse estratégico brasileiro. Na opinião de Rosa (*op. cit.* pág. 83):

O interesse militar pela tecnologia nuclear no Brasil é devido ao fato de que o Brasil seria o único país do Terceiro Mundo e do hemisfério sul capacitado a ser uma alternativa ao Norte. Em termos militares, esta posse imporá precauções inéditas a quaisquer adversários (...) A posse de um submarino nuclear poderia ainda servir como ferramenta de política externa. Poderia ser usada na defesa de, ou como pressão sobre, outras nações, como as da costa ocidental da África.

Tal programa paralelo estabelecido no âmbito das Forças Armadas, diferentemente do acordo Brasil-Alemanha, comprometido com as salvaguardas estabelecidas pela AIEA (Agencia Internacional de Energia Atômica) contra a fabricação de armas nucleares, mantinha-se à margem de qualquer restrição nesse sentido (*op. cit.*, p. 59).

O resultado de tanta insistência e objetividade brasileiras mostra-se na atualidade: o país é um dos poucos no mundo a dominar todo o processo de fabricação de combustível para usinas nucleares. O processo de enriquecimento isotópico do urânio por ultracentrifugação, peça estratégica dentro do ciclo do combustível, é totalmente de domínio nacional e o insumo utilizado nos reatores de pesquisa brasileiros pode ser totalmente produzido no país. De igual modo, o submarino à propulsão nuclear, apesar das restrições orçamentárias sofridas ao longo do processo, prossegue em curso.

Recentemente, em 2004 o país foi alvo de polêmica no cenário mundial ao receber inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica na unidade de enriquecimento de urânio instalada em Resende (RJ), construída pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal responsável pela produção do combustível. A polêmica era sustentada por reportagens publicadas em jornais norte-americanos, como o influente “Washington Post” que sustentavam haver uma resistência brasileira em permitir o acesso dos inspetores da AEIA a determinadas alas das instalações de sua fábrica. O texto insinuava, por conta dessas restrições, que o país se preparava para entrar num programa secreto de armas nucleares. Na verdade, os cuidados do país se atinham à necessidade de proteger da espionagem industrial, comum no mundo corporativo de alta tecnologia, a cópia da inovadora e caríssima tecnologia nuclear brasileira, obsessivamente perseguidas pelo país ao longo de quase quarenta anos. Ao inaugurar a fábrica, em 2006, o Brasil garantiu seu ingresso num seleto grupo de nove países com potencial para produzir o combustível irradiado em escala industrial (O Globo, Caderno Economia, 14/01/2006, pág. 23). Segundo informações dadas àquela agência de notícias pelo presidente da INB no período, Roberto Garcia Esteves, “agora apenas a etapa de transformar o concentrado de urânio, o *yellow cake* (pasta amarela), em gás é feita nos exterior, por não ser economicamente viável ter uma usina no país”. Até o ano 2010, o Brasil deverá estar apto a atender até 60% das necessidades de urânio enriquecido para suas usinas de Angra I e II, se

os investimentos previstos para tal (US\$ 400 milhões) forem cumpridos. Para atingir a auto-suficiência no fornecimento de combustível para ambas “mais US\$ 150 milhões serão necessários”, acrescentou.

A viabilidade e a conveniência atual da conclusão de Angra III assumiram o debate junto ao Governo e setores da sociedade civil e um novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB) foi solicitado em 2005 pelo Presidente Lula de forma conjunta aos técnicos dos ministérios da Defesa, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento e Casa Civil, logo após a viagem que o chefe do Planalto fez à China, em maio de 2004. Com aquele país, na ocasião, Lula assinou acordos de cooperação e fornecimento de urânio enriquecido. No novo PNB, estaria previsto a construção de mais seis usinas, além da conclusão de Angra III (JORNAL DO COMÉRCIO, caderno Economia, pág. A-5, 30/05/2005). As reservas brasileiras de urânio já inventariadas são da ordem de 300 mil toneladas e estão entre as seis maiores do mundo. Esse percentual significa apenas um terço da área física prospectada, o suficiente para alimentar “o funcionamento de dez reatores equivalentes aos existentes _ Angra I e II _ por cerca de 100 anos” (Revista Ciência Hoje, 2005 pág.44).

O novo programa em avaliação pelos técnicos do Governo, tem como marca, mais uma vez, a grandiosidade. O risco que se corre é de insistir em velhas fórmulas já testadas e não aprovadas e, conforme nos ensina o velho Karl Marx, ver a história repetir-se como uma farsa de si mesma. O Governo e a sociedade têm diante de si a melhor oportunidade que a história já lhes delegou de discutir profundamente qual programa nuclear melhor atende aos interesses nacionais. Os investimentos intelectuais e financeiros empregados incansavelmente ao longo de quase quatro décadas em busca de uma capacitação autônoma das etapas de produção do combustível nuclear, finalmente deram frutos e não podem, de maneira alguma, serem desprezados, mas devem sim, serem estendidos agora a outros domínios, tais como desenho, construção e operação de usinas domésticas. Contudo, há que se pensar um

programa que seja racional, condizente com as condições econômica do país de sustentá-lo, para que esse esforço financeiro de Governo e sociedade possa distribuir seus efeitos positivos tanto sobre os interesses da economia, quanto sobre os interesses geopolíticos de projeção internacional.

Em suma, apesar de não ser propósito desse trabalho tratar à fundo o presente da problemática nuclear nacional, o próprio vigor com que o tema *energia nuclear* voltou a ser discutido nos cenários doméstico e internacional, nos obrigou a abrir um espaço para atendê-lo. O ressurgimento, em grande medida, é decorrente das preocupações ecológicas de velho e novo tipo que se cruzam envolvendo a matéria: centradas nas projeções científicas catastróficas dos estudiosos e nos efeitos _ já observáveis no meio ambiente planetário _ do aquecimento global, que em grande parte é provocado pelo uso de energia fóssil; e na necessidade de se pensar em alternativas _ inclusive a nuclear _ que não emite partículas de gases do efeito estufa, e, portanto, não causa esse tipo de dano, mas ainda não se mostrou capaz de oferecer saídas para o que fazer com os resíduos radioativos, nem reduzir a um nível tranquilizador, os riscos de acidentes em usinas nucleares.

Outra forte razão para o reaquecimento da discussão se deu como consequência das turbulências geopolíticas que atualmente sacodem o planeta envolvendo o embate entre EUA x Irã e Coréia do Norte em relação aos seus respectivos programas nucleares, gerando um impasse para o Ocidente frente ao desafio de interpretar, na justa medida, as intenções destas nações em relação à natureza de seus programas. Os países detentores de tecnologia nuclear podem construir usinas e gerar energia, mas também podem fabricar artefatos atômicos e isso muda a correlação de forças com seus vizinhos, inimigos ou mesmo aliados. Daí a preocupação do fechado clube atômico em manter restrito o número de filiados.

Portanto, a opção pela energia nuclear, em qualquer lugar do mundo é uma decisão estratégica que exalta os efeitos positivos dessa modalidade, mas não permite eliminar os aspectos imponderáveis dessa escolha. Apesar de toda a problemática que a envolve, são fortes os sinais de que hoje já maior espaço para a aceitação da opinião pública acerca do maior desenvolvimento desse tipo de energia em razão da urgência em se deter um outro tipo de bomba, a qual anuncia maior brevidade em seu risco de explodir: a bomba do efeito estufa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que foi se aprofundando a sensação geral de crise no Brasil de João Goulart, grande número de oficiais de alta patente passou a sentir que dispunha da estratégia mais apropriada e realista para desenvolver o país e dos tecnocratas mais qualificados para por em prática esta estratégia.

O fantasma da penetração da ideologia comunista no Brasil, além de corroer a confiança dos militares na capacidade civil de sustentar a estrutura democrática, também insuflou a forte dimensão simbólica que conformava a percepção que aquela classe tinha de seu papel e do momento histórico que estava vivenciando, flexibilizando a imagem anterior que trazia de suas funções e de sua relativa *incapacidade de governar*. O alto comando encontrou nessa crença a realização da velha missão dos militares, no que diz respeito à responsabilidade de construção da grandeza do Estado Nacional. O projeto de potência passou assim a ser solução adequada às questões consideradas pendentes, como por exemplo, a estabilidade interna do regime político democrático e a projeção brasileira no concerto das grandes nações, por força de sua posição e tamanho.

A ação estratégica da Escola Superior de Guerra teve grande influência no rompimento do padrão tradicional que pautara as relações entre civis e militares ao convocar suas elites para o desafio e a responsabilidade conjunta de pensar caminhos para viabilizar o desenvolvimento da potência brasileira e sua projeção internacional. De igual modo, as idéias defendidas pela instituição, associando desenvolvimento econômico com segurança, serviram

para reforçar a percepção de crise generalizada e risco institucional que a forte polarização político ideológica do período e as ebulições internas provocadas pelos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora no Brasil de João Goulart alimentavam. Tanto à esquerda quanto à direita, a tática de se apropriar daqueles discursos era usada à exaustão: a primeira buscando a imediata adesão e solidariedade à causa proletária, convocando e incitando à radicalização dos meios de luta como estratégia eficaz de conquista das aspirações de classe. A última, preocupada em manter seus privilégios, tomando aquelas lutas como ameaçadoras à paz e à ordem públicas e ensaio para a subversão comunista iminente. Ambas contribuiriam, portanto, para gerar uma tal atmosfera interna de insegurança, que assombrando a conservadora sociedade brasileira, insuflou a tomada do poder pelos militares.

Assumindo o poder, os militares tinham na ocasião a oportunidade de fazer jus às expectativas, que sempre guardaram em relação a sua categoria, de dar a melhor condução aos destinos do país. Contudo, a proximidade entre a instituição militar e a política de potência não fora inaugurada com o evento de 64. Alguns historiadores identificam já no conflito com o Paraguai o primeiro teste prático da política de potência brasileira. A contenção da autonomia modernizante paraguaia que ameaçava o *status quo* brasileiro na América do Sul teria sido a principal razão da entrada do país naquele conflito. Com a vitória brasileira e o comando da Tríplice Aliança, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, passaram desde então a opinar e a intervir paulatinamente na política interna como um sujeito autônomo em relação aos partidos políticos.

A partir de 1964, com a tomada do poder, o projeto de potência nacional com a rubrica das Forças Armadas começou a ser executado. O Brasil conheceu êxitos progressivos no plano da economia ao longo do período, porém esse crescimento, discreto a princípio, conquistou uma rota ascendente à medida que o realismo político foi sendo incorporado e aplicado pelos Governos da seqüência no atendimento dos propósitos nacionais, libertando-se,

e liberando-os de ideologismos que prejudicavam, freavam ou interrompiam a realização dos interesses desenvolvimentistas do Estado brasileiro.

Vencer o atraso em relação às democracias industriais e construir a potência brasileira era o grande imperativo a balizar as ações dos diversos gestores militares e cada qual, de acordo com as especificidades de sua visão de mundo, das convicções pessoais e da interpretação do jogo político e econômico internacional, ou mesmo segundo os traços de sua personalidade, manobrou esforços para alcançar tal objetivo.

Dentro desse novo contexto, a progressão ao longo das gestões militares, da frequência e da gravidade com que a potência hegemônica atritou-se com o Brasil foi um termômetro a medir a intensidade da preocupação norte-americana com as tentativas de desprendimento do país de antigos modelos de comportamento subservientes que tradicionalmente pautaram a conduta brasileira no relacionamento bilateral, agora concebidos como amarras a obstaculizar o desenvolvimento nacional.

Essas pressões norte-americanas reforçaram a visão realista do Governo Geisel de que o desafio do crescimento e da realização da potência tem várias vertentes e, portanto, não se restringe apenas à obediência a critérios de base material _ como tamanho de território _ ou abstrata, como a aspiração à grandeza. A vontade de poder, indubitavelmente, é uma dimensão doutrinária fundamental, mas apartada de condições infra-estruturais efetivas corre grande risco de diluir-se em utopia. E essa constatação sempre esteve muito clara na administração Geisel, daí esta escolher como lema para denominar seu projeto de potência o *Pragmatismo*, a política de resultados efetivos, sem recursos a ufanismos que desvirtuassem a realidade e embotassem a capacidade crítica do Governo, desmontando a verve criativa imprescindível a um país com as condições do Brasil, que frente a sua realidade de nação altamente dependente de recursos financeiros/tecnológicos e dono de uma fraca infra-estrutura, não poderia abrir mão da capacidade criativa e “criadora” de saídas que

respondessem aos impasses que se colocavam na arena política nacional, e, sobretudo, internacional.

Tais impasses eram gerados pela constatação de que não interessava ao sistema internacional atender aos apelos desenvolvimentistas ecoados do mundo em desenvolvimento e que cabia unicamente ao Brasil a responsabilidade de encontrar soluções próprias para o malogro de suas expectativas que assim se desenhavam: receber capitais e tecnologia por meio da cooperação internacional _ mais exatamente dos Estados Unidos; desenvolver novas estratégias para lutar contra a deterioração dos termos de troca no comércio internacional, bem como contra as medidas restritivas de mercado adotadas pelo Norte que prejudicavam as exportações brasileiras e, por fim, desenvolver mecanismos para ampliar seu mercado exterior a fim de aumentar-lhe a capacidade de importação de bens e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento.

É sob esse raciocínio, portanto, que reside o conteúdo *Responsável* que define e completa a segunda linha de ação de seu governo. Ser responsável para Geisel era não perder de vista os obstáculos que se apresentavam, reconhecendo essa dimensão impactante, mas sem ver nela uma condicionante engessadora de avanços econômicos e geopolíticos. Fazer com que o país tivesse uma visão adequada de seu tamanho e dessa forma ativa se apresentasse perante o mundo para brigar pelo direito ao desenvolvimento, agregou confiança aos passos do Brasil no cenário internacional. De igual modo, também afetou a percepção psicossocial do brasileiro, enchendo de orgulho um povo, que como qualquer outro, experimenta um sentimento de satisfação frente ao resguardo da soberania de seu país. A máxima de Morgenthau encontrou ambiência adequada no cenário doméstico nacional, haja vista que a intrepidez do Brasil de Geisel frente aos vários confrontos com os Estados Unidos, mormente na questão que tocava a decisão de contrariar a superpotência e dar prosseguimento ao acordo nuclear com a Alemanha, conseguiu fazer convergir coletivamente as expectativas

e o apoio dos nacionais de todas as classes e categorias em torno dos feitos do Estado brasileiro, deslocando-lhes o foco de suas frustrações e ambições de progresso pessoal para o acompanhamento atencioso da *performance* do país. Naquele momento especial da história política nacional, a afirmação viril de soberania fez com que as divergências, insatisfação e malogros individuais fossem momentaneamente esquecidos e depurados pela ousadia da façanha brasileira ‘massageadora’ dos brios coletivo de identificação e pertencimento.

No desenrolar da era Geisel, a combinação dos efeitos das estratégias política, econômica e de política externa desenvolvidas, em razão das correções e à despeito dos relativos insucessos, mudou radicalmente a face do país. Os desdobramentos dessas políticas se fizeram sentir a curto, médio e longo prazos: conseguiram impelir o Brasil à conclusão de seu ciclo industrial e o projetaram efetivamente como potência hegemônica sul-americana. Seu projeto de construção da potência brasileira buscava lastrear-se com o desenvolvimento nuclear porque o entendia como um expediente agregador de benesses que encurtavam o caminho pedregoso do desenvolvimento. Sua ótica, objetiva e realista, não lhe permitia acreditar que a economia internacional algum dia, por simples medida de justiça de seus líderes, viria mover-se pela equilibrada distribuição do produto econômico e que recursos tais como capital e tecnologia seguiriam igual destino. Sabia que a discriminação das oportunidades de acesso não seria eliminada pela *preocupação* das democracias industriais em abrir seus mercados em face dos protestos dos países pobres, ainda que como nação membro dessa comunidade, não abrisse mão de deixar registrada nos fóruns internacionais sua posição contra essas práticas e contra a exclusão da quase totalidade dos países do processo decisório internacional. Daí enxergar no desenvolvimento nuclear a ponte que faltava construir para ligar mundos tão distantes e conseguir para o país uma credencial que permitiria furar bloqueios e somar dividendos em várias ordens: tecnológicos, econômicos,

políticos e estratégicos, alçando o Brasil ao seu espaço de direito entre aquele reduzido grupo do Conselho de Segurança da ONU com poder efetivo de influenciar o destino do mundo.

O acordo nuclear assinado com a Alemanha Federal se não realizou o intento de autonomia sonhado por Geisel, e seja por muitos apontado como uma aposta errada daquele Governo, deixou contudo uma marca e um legado: a determinação de um governante que *ousou redefinir o conceito de dependência nas relações do Brasil com outras nações*, buscou saídas corajosas para os problemas brasileiros e tentou dar *cara própria* ao desenvolvimento nacional, equilibrando seus pratos na corda bamba da dependência econômica.

Todavia, o projeto de potência brasileira, não é uma exclusividade da classe militar, apenas com esta ganhou batismo e repercussão. Suas políticas podem ser identificadas a todo o momento na história brasileira, em diferentes modos e versões, demonstrando que tal projeto, assim como o de desenvolvimento nuclear com o qual está intrinsecamente ligado jamais foi engavetado. Isso pode ser visualizado com clareza na atualidade da era Lula, quando se observam os limites ambiciosos do novo Plano Nuclear Brasileiro em estudo, animado pelas conquistas nacionais de domínio do ciclo do átomo e tido por setores do Governo com fundamental para conferir ao país maior peso em sua política exterior, ajudando a abrir portas na disputa por uma sonhada vaga no Conselho de Segurança da ONU.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio. **Brasil, uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BARBOSA, Aداuri Antunes; FREIRE, Flávio; OLIVEIRA, Germano; AGGEGE, Soraya. Tirando a prova dos três erros do Governo Lula. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de maio de 2005. Caderno O País, p.8.

BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. **Manual básico da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG. Departamento de Estudos, 1976

_____. Presidência da República. **Discurso do chanceler Azeredo da Silveira na 8º Assembléia Geral da ONU em Washington**: 22 de Junho de 1978. Brasília, p. 44.

_____. **Metas e bases para a ação de Governo**. Brasília, 1970.

_____. **O programa nuclear brasileiro**. Brasília, 1977.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972-1974**. Brasília, 1971.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975-1979**. Brasília, 1974.

CAMARGO, Sônia de; OCAMPO, José Maria Vasquez. **Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil**: uma década de política exterior – 1973-1984. S. n. t. Mimeo.

CARLOS, N. Silveirinha, o pragmático. **Revista Opinião**, Rio de Janeiro, n. 89, Inúbia, 1974.

CARVALHO, Eliseu de. **Brasil potência mundial**: inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1919.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. Panorama Energético Brasileiro: O Papel da nucleoeletricidade. In: ENERGIA nuclear em questão. Rio de Janeiro: Instituto Elvaldo Lodi, 1981, p. 1 a 21. (Coleção Universidade e Indústria: Monografias).

CASTRO, Therezinha de. **América do Sul**: vocação geopolítica. Rio de Janeiro: ESG, 1997.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Autonomia militar e construção da potência. In: OLIVEIRA, E. R. (Org). **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

CELESTINI, Helena. G-4 faz proposta para Conselho de Segurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 maio 2005. Caderno O Mundo, p. 25.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHAYES, Abram; LEWIS, W. Bennett. **O ciclo do combustível nuclear**. Rio de Janeiro: Atlântida, 1978.

COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999.

CONANT, A. Melvin; GOLD, Fern Racine. **A geopolítica energética**. Rio de Janeiro: Atlântida, 1981.

CORREA, Antônio Jorge. **A influência da ESG no pensamento político e estratégico das elites brasileiras**. Discurso de abertura do ano letivo de 1976. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 61-69.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo e geopolítica do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

_____. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1967.

_____. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955.

DIPLOMACIA: limites da ambição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de maio de 2005. Caderno Opinião. Editorial. p.A 14.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, vol.24, n° 47. Julho de 2004. p. 181 a 212.

FIGUEIREDO, Janaína. Fogo vizinho: irritado, Kirchner ataca as ambições e projetos do governo Lula na América Latina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 de maio 2005. Caderno O País, p.3.

FONSECA JR, Gelson. **Mundos diversos, argumentos afins**: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável. Rio de Janeiro: IRI-PUC, s.d. Mimeo.

GASPARI, Élio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GIROTTI, Carlos A. **Estado nuclear no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDEMBERG, José. Um Programa Nuclear Alternativo. *In*: ENERGIA nuclear em questão. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981. (Coleção Universidade e Indústria: monografias).

GONÇALVES, Odair Dias; Almeida Ivan Pedro Salati de. A Energia nuclear e seus usos na sociedade. **Revista Ciência Hoje**, v. 37, n. 220, p.36-44, out. 2005.

GONÇALVES, Williams da Silva. **O pensamento estratégico brasileiro**: o discurso de Golbery. 1984. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - PUC, Rio de Janeiro, 1984.

GUILHERME, Olympio. O Brasil e a era atômica. Rio de Janeiro: Vitória, 1957.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, O. **América Latina e América Inglesa**. Rio de Janeiro: Garnier, 1980.

LULA defende agenda externa dizendo que exportações do país aumentaram. **O Globo** Rio de Janeiro, 17 maio de 2005. Caderno Economia, p.20.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Carlos Estevan. **A evolução da política externa brasileira na década 64-74**. Estudos CEBRAP, São Paulo n. 12, 1975.

_____. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977. Vol. 7.

MATOS, Heloiza. Das relações públicas ao marketing público: (des) caminhos da comunicação governamental. *In*: CORREA, Tupã Gomes; FREITAS, Sidnéia Gomes (org.). **Comunicação, marketing, cultura**: sentidos da administração do trabalho e do consumo. São Paulo: ECA/USP; CLC, 1989. p. 58-66.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção mundial do Brasil**. São Paulo: Gráfica Leal, 1960.

_____. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

MENESES, Luiz Carlos; SIMON, Davis Neiva. Dois erros em cadeia: a política nuclear e a estrutura organizacional do programa nuclear brasileiro. *In*: ENERGIA nuclear em questão. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981. p.23 a 33. (Coleção Universidade e Indústria: monografias).

MIROW, Kurt. **Loucura Nuclear**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MIYAMOTO, Siguenoli. **Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico**: geopolítica e política externa no Brasil pós-64. 1985. Tese (Doutorado) – USP. São Paulo, 1985.

MOREL, Regina Moraes. **Ciência e Estado**. A política científica no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, série 1: Estudos Brasileiros, volume 4.)

MORGENTHAU, Hans J. A essência do poder nacional. *In*: _____. **Politics among nations**,. New York: Knopf, 1953. Tradução exclusiva da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. 11 p.

OLIC, Nelson Basic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Gomes. Políticas de mercado industrial e de ciência e tecnologia: o caso do programa nuclear brasileiro. *In: ENERGIA nuclear em questão*. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981. p. 58 a 72. (Coleção Universidade e Indústria: monografias).

PAMPLONA, Nicola. Salto no programa nuclear. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 29 maio de 2005. Caderno Economia. p. A - 5.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil – África e geopolítica do Atlântico Sul**. 1998. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

ROSA, Luiz Pinguelli. O papel da energia nuclear na geração de energia elétrica no Brasil. *In: ENERGIA nuclear em questão*. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1981.p. 34 a 57. (Coleção Universidade e Indústria: monografias).

ROSA, Luiz Pinguelli; Barros, Fernando de Souza; Barreiros, Suzana Ribeiro. **A política nuclear no Brasil**. São Paulo: Greenpeace, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Contribuição aos estudos da política nuclear brasileira**. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - PUC-SP. São Paulo, 1974. Mimeo.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TAVARES, Mônica; CAMAROTTI, Gerson. Após veto de Dilma, Dirceu defende Angra 3. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 abril de 1995. Caderno Economia, p.25.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1947.

VIGEVANI, Tulio; Oliveira, Marcelo Fernandes de; Mariano, Marcelo Passini. Origens dos instrumentos de formação da política comercial norte-americana. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 25 jan. 2007.

WIGTH, Martin. **A política do poder**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

A N E X O S

ANEXO 1

A POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DE BUENOS AIRES



Fonte: OLIC, N. B. Geopolítica da América Latina. São Paulo, Moderna, 1992. p.34.

ANEXO 3

O BRASIL A CAMINHO DO PACÍFICO



Fonte: OLIC, N. B. Geopolítica da América Latina. São Paulo: Moderna, 1992. p.52.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)